



Sinais

Revista de
Ciências Sociais

Universidade Federal do Espírito Santo



Sinais 23/2 2019
ISSN: 1981-3988



Carta Editorial

Caros leitores,

Publicamos hoje o segundo volume de 2019 da revista Sinais. A novidade desta edição é o Dossiê “Ativismo Digital” organizado Paulo Edgar R. Resende e Cássio Brancalion. Tema atual e que faz parte do cotidiano de todos mundo afora, a relação entre ação política e tecnociência explora novos padrões de sociabilidade que se realizam nas plataformas digitais. Não há dúvidas quanto a importância e validade acadêmica das cinco contribuições (quatro artigos e a tradução de uma entrevista) que formam esse excelente dossiê.

A seção de artigos livres apresenta três contribuições: Mariana Delgado Barbieri analisa as políticas ambientais na China; Luana Leite Rabelo e Lara Maria Alves Falcão debatem a incomensurabilidade entre os sexos na obra de Georg Simmel e como esse autor, de acordo com o estudo, define como masculino o próprio domínio do social e o feminino um caráter intrinsecamente não-relacional, ou seja, a construção de uma concepção do indivíduo enquanto homem e do social enquanto masculino; fechando esse volume, Daniel Luiz Arrebola e Lilian Cezar discutem, por meio de estudo de caso junto aos congadeiros do município de Dores do Indaiá, a eficácia e a efetividade da política cultural, especialmente do ICMS Cultural mineiro e a chamada “Lei Robin Hood.

Em tempos de quarentena, onde ficar em casa é um ato de saúde pública civilizatório, o qual curiosamente nos aproxima enquanto seres humanos apesar de nos distanciar na prática cotidiana da vida, a leitura surge como uma janela para arejar o espírito. O novo volume da Sinais vem, portanto, em boa hora.

Marcelo Fetz
Márcia B. F. Rodrigues
Luciléia Colombo
Luciana Martins
30/03/2020



Política pública ambiental e novos atores sociais: o caso chinês

Mariana Delgado Barbieri¹

RESUMO

A Política Ambiental Chinesa teve início na década de 1970, com o Estado centralizando as tomadas de decisão. Insuficiente para lidar com a intensificação da problemática ambiental o Estado reconhece a necessidade de reformular sua legislação, incorporando novos elementos. A revisão da legislação ambiental chinesa de 2015 acompanha os debates internacionais que demandam esforços por uma maior fiscalização e punição aos infratores ambientais. A revisão fortalece o papel de fiscalização dos órgãos públicos, ao obrigar a divulgação de dados ambientais, ao punir infratores. Tal revisão incorpora os preceitos da governança ambiental multiautores, fundamental para a condução da complexa problemática ambiental, ao possibilitar uma atuação direta das organizações não governamentais, que assumem papel de importante ator social, ao serem reconhecidos como elementos aptos a abrirem processos judiciais contra empresas poluidoras e participarem ativamente da gestão ambiental.

Palavras-Chave: China, Legislação Ambiental, Governança, ONGs, Políticas Públicas.

Recebido em 20/01/2020

Aceito para publicação em 26/03/2020

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.29065>

Introdução

A China, um país com mais de 5.000 anos de história e civilização, se revelou aos olhos do mundo ocidental graças à rápida expansão industrial e forte crescimento econômico ocorrido a partir da década de 1980, com o projeto de modernização conduzido por Deng Xiaoping. O projeto, baseado em reformas econômicas amplas e profundas, permitiu que a China se tornasse a segunda maior economia do mundo (considerando o PIB e também o Poder de Paridade de Compra), com o maior volume de importação e exportação (CHINA HOJE, 2015).

Com a maior população do planeta, 1,4 bilhão de pessoas, com 9,6 milhões de km² e crescimento econômico em torno de 8% ao ano (após

¹ Mestre em Sociologia (IFCH/UNICAMP); Doutora em Ambiente e Sociedade (NEPAM/UNICAMP). E-mail: marianabarb@yahoo.com.

vertiginoso crescimento de mais de 10% ao ano na década de 1980 e 1990), não é difícil imaginar que as decisões políticas e econômicas repercutem em todo o mundo.

Entretanto, na atual sociedade, não apenas a esfera política e econômica extrapola os limites territoriais e influencia diretamente diversos países. A questão ambiental é apenas mais uma das esferas que ocasiona impactos em todo o mundo. Implementar políticas públicas aptas a responderem ao desafio da problemática ambiental é, atualmente, umas das principais preocupações governamentais da China, que visa conjugar crescimento econômico com desenvolvimento sustentável, conforme defendeu Li Keqiang, primeiro-ministro chinês, em 2014.

Esse artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de doutorado conduzida no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, vinculada ao LABGEC (Laboratory of Social Dimensions of the Global Environmental Changes in the Global South). Utiliza-se uma reconstrução histórica e uma análise dos fatos, a partir de fontes primárias e secundárias, privilegiando autores chineses ou especialistas em China.

Para compreender as atuais políticas públicas ambientais chinesas iremos recuperar importantes elementos da transformação econômica ocorrida a partir da década de 1980, com o Plano das Quatro Modernizações. Em decorrência de tal crescimento econômico temos uma grave deterioração ambiental, e conseqüente resposta governamental e da sociedade civil, analisadas a partir da análise das políticas ambientais. Por fim, apresentamos a mais nova alteração na legislação ambiental, ocorrida em 2015, que traz importantes elementos que indicam uma possível transição rumo à governança ambiental e a incorporação de diversos atores sociais na criação, implementação e fiscalização das leis ambientais. Com essa alteração as ONGs ambientalistas conquistam um importante espaço para atuação e participação política.

A problemática ambiental: desenvolvimento econômico e uso dos recursos naturais

A problemática ambiental na China se intensificou a partir da década de 1980, em virtude do intenso crescimento econômico incentivado pelo Plano das Quatro Modernizações, proposto por Deng Xiaoping². Tal plano objetivava

² Usaremos o sistema de romanização *Pin Yin*, adotado desde 1982, como o modelo padrão para o chinês moderno.

atingir a agricultura, a indústria, a defesa e a ciência e tecnologia, estimulando a reinserção internacional (GAMER, 1999; LEITE, 2013), de forma a tornar a China uma grande potência mundial até 2050. Deng Xiaoping afirmou que o objetivo era quadruplicar o PIB, além de absorver os investimentos estrangeiros, a tecnologia e a ciência, abrindo a China para o mundo, com a chamada *política de portas abertas* (HSÛ, 2000).

Para obter tal crescimento econômico foi necessário aumentar brutalmente o consumo de carvão, a principal matriz energética da China, e responsável por boa parte das emissões de gases de efeito estufa (LIU, 2015). O que observamos ao longo da década de 1980 é o incremento nas emissões desses gases, além de sérios casos de poluição da água, do solo, desertificação e chuva ácida, fenômenos ligados diretamente ao aumento da produção industrial e do consumo de recursos naturais sem qualquer preocupação com conservação e correto uso.

O crescimento econômico chinês veio acompanhado do adensamento populacional e do aumento no consumo energético, gerando consequente aumento vertiginoso da poluição e emissão de gases de efeito estufa (GEE), atuando diretamente nas atuais mudanças climáticas sentidas em todo mundo. Dados indicam que a China, em 2008, era responsável por 23% da emissão mundial de GEE, com crescimento de 5% ao ano, sendo então considerada uma *potência climática*, que juntamente com EUA e Rússia contribuem com 60% das emissões de GEE (VIOLA, 2010). O aumento da queima de carvão, principal fonte de energia na China, contribui diretamente com o aumento da poluição e eleva os índices de gases tóxicos e material particulado, afetando localmente a saúde da população, e contribuindo globalmente com as mudanças ambientais (IPCC, 2007; IPCC, 2013).

O impacto na qualidade de vida é nítido e diversas cidades da China vem apresentando índices alarmantes de gases tóxicos. Estudos recentes apontam a morte de mais de 366.000 pessoas por ano em virtude dos índices de poluição, e esse número pode chegar 1,3 milhão de mortes em 2030, se os índices não abaixarem (SHUXIAO, 2016). Além das mortes a população é afetada diariamente, a partir da suspensão de atividades escolares e fabris, proibição na circulação de veículos, paradas no funcionamento das usinas de carvão, tudo em decorrência dos altos índices de poluição.

Não é apenas a poluição atmosférica que chama atenção. Mais de 40% dos rios chineses estão poluídos, e mais de 80% da água consumida pelas indústrias, casas e áreas rurais é imprópria para o banho ou ingestão. A poluição

do solo também atinge mais de 20% das terras aráveis (LIU et al, 2017). Tais números revelam a dimensão urgente dos problemas ambientais na China, que em sua maioria são ocasionados pela atividade humana e intenso uso dos recursos naturais.

Não são apenas as atividades antrópicas que intensificam a vulnerabilidade da China às mudanças climáticas. Sua enorme extensão territorial, a posição geográfica, e suas condições climáticas tornam o país extremamente sensível a tais mudanças e por isso é fundamental que o país reveja suas estratégias de crescimento e utilização da matriz energética (FERREIRA, 2017).

Como resposta à necessidade de conter o avanço das emissões de GEE, buscando controlar o aumento da temperatura na superfície terrestre, a atuação dos governos é elemento fundamental. A constituição de uma governança preocupada com a questão ambiental é primordial para o controle dos riscos. Reconhecendo tal importância, acordos como o de Copenhague, Tratado de Kyoto, e mais recentemente o Acordo de Paris, buscam apresentar metas a serem cumpridas pelos governos, entretanto ainda enfrentam uma efetividade limitada (VIOLA, 2010).

A noção de governança traz embutida a perspectiva de que nenhum ator, público ou privado, possui conhecimento ou informações suficientes para resolverem os novos problemas complexos, dinâmicos e diversificados que a modernidade nos traz (Yu, Guo, 2012). *“Nenhum ator tem uma visão geral suficiente para tornar efetiva a aplicação dos instrumentos necessários e nenhum ator único tem potencial de ação suficiente para dominar unilateralmente em um modelo de governo específico”* (YU, GUO, 2012, p. 4).

Enquanto elemento espacialmente planetário, as questões relativas à governança do meio ambiente necessitam de uma nova ressignificação, abrangendo diversas esferas sociais, atores, instituições políticas. A governança ambiental requer uma atuação multiescala, multiator e multinível, principalmente para lidarmos com as mudanças climáticas. A governança multiescala refere-se principalmente às questões de escala do problema de adaptação às mudanças climáticas, a criação de responsabilidades para a adaptação nos diversos níveis de governança, e em como lidar com a tensão entre escala de governança e o problema da adaptação (DEWULF et al, 2015). É uma efetiva governança que relaciona-se diretamente com a governança multinível, isto é, a governança ambiental, em virtude de buscar soluções para um problema transversal e complexo, deve ser enfrentada nos diversos níveis

do setor político: local, regional, estadual, nacional, transnacional, global, que implementam políticas de adaptação e mitigação em seus níveis, mas com resultados que impactam todos os demais níveis (DEWULF et al, 2015; NEWELL et al, 2012).

Apesar do reconhecimento da importância da governança multiescala e multinível, iremos priorizar a compreensão da governança multiatores, na qual os diversos atores públicos e privados desempenham papéis e assumem responsabilidades na governança das mudanças climáticas, que demandam novas formas de arranjos em função da complexidade da problemática ambiental. Ao lidarmos com a dimensão multiatores nos referimos aos modos de governança, na alocação das responsabilidades públicas e privadas, na interação entre os atores públicos e privados, e nos papéis específicos desempenhados pelas organizações não-governamentais e pela sociedade civil. Quando tratamos desses múltiplos atores nos referimos não somente ao Estado/governo (a esfera pública), mas também às empresas/mercado, ciência/centros de pesquisa, mídia, sociedade civil/ONGs, sendo todos esses atores fundamentais na condução da governança ambiental, e com uma atuação muitas vezes interconectada e com estabelecimento de parcerias e redes de apoio (DEWULF et al, 2015).

As políticas ambientais na China

A questão ambiental foi praticamente ignorada durante todo o período de Mao Zedong (de 1949 a 1976), aparecendo na pauta de discussão do Partido Comunista Chinês apenas no final de década de 1970, quando o Plano das Quatro Modernizações de Deng Xiaoping determinava um grande crescimento econômico e forte desenvolvimento da China, com aumento da industrialização, urbanização, investimento em tecnologia e conseqüente incremento no consumo de combustível, de energia, de água.

Devemos destacar que a Conferência da ONU em Estocolmo, no ano de 1972, propiciou as primeiras reflexões acerca da questão ambiental, mas apenas em 1979 teve início as bases para a política nacional de proteção ambiental. Entretanto, na década de 1980, com a intensificação do crescimento econômico tivemos também a intensificação dos problemas ambientais, que somados à pressão externa, foram coadjuvantes para a criação da legislação ambiental de 1989 (FERREIRA; BARBI, 2013).

Com o surgimento da Lei de Proteção Ambiental em 1989, foram firmados quatro princípios de governança: a coordenação da proteção ambiental, a prevenção de poluição, a responsabilidade do poluidor e a importância da gestão ambiental (ZAGO, 2017). Paulatinamente, ao longo dos anos 90, a consciência ambiental foi se desenvolvendo na China, num momento em que o crescimento acelerado consumia cada vez mais carvão, despejando na atmosfera gases e partículas poluentes. A poluição passa a ser visível aos olhos, com nevoeiro cobrindo as grandes cidades, com ocorrência de chuva ácida em algumas regiões, intensificação das mudanças climáticas e poluição de rios.

Ligada a essa crescente conscientização, temos no início da década de 1990 o surgimento das ONGs ambientalistas, voltadas para a atuação frente aos problemas ambientais. A primeira ONG foi fundada em Pequim, no ano de 1994, a Friends of Nature (FoN) (XIE, 2011).

É possível reconhecermos 3 fases no desenvolvimento das políticas ambientais na China: (1) o primeiro momento refere-se à criação de um sistema de comando inicial, com o estabelecimento do *Environmental Protection Bureau* (EPB) em 1974, incorporado ao *Ministry of urban and rural construction*. (2) O segundo momento, marcado pela adoção de políticas ambientais e instrumentos de governança ambiental, com criação da *National Environment Protection Agency* (NEPA) em 1990, que se torna uma *State Environment Protection Agency* em 2003. Nesse momento, a partir de 2002 há o reconhecimento da importância da participação de diversos atores sociais, como é o caso das ONGs (organizações não-governamentais), que participam da Rio+10, em Joanesburgo, como entidades autônomas. (3) O terceiro momento é marcado pela incorporação das abordagens científicas para a proteção e desenvolvimento ambiental, com definição de agenda voltada para a governança ambiental, com incentivo e permissão para divulgação de informação pelo governo, além de marcar uma importante mudança na condução da política nacional: desenvolvimento econômico e proteção ambiental devem ser privilegiados igualmente, e para isso deve-se buscar um modelo que integre Estado, mercado e sociedade civil na condução das políticas nacionais (RAMAN, 2016; FERREIRA, 2017).

A China possui uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, ainda que haja um *implementation gap*, consequência da própria organização política, que dificulta a implementação. O governo central deve guiar a política ambiental e o governo local deve empreender medidas adequadas às condições locais. Nesse sentido, um grande obstáculo encontrado

é a priorização do desenvolvimento econômico em detrimento da proteção ambiental. Outra dificuldade é a falta de conhecimento técnico de muitos funcionários responsáveis por monitorar, assim como a existência de um complexo sistema burocrático, e a falta de transparência nos projetos implementados nas localidades.

O governo central chinês tem demonstrado explicitamente nos últimos anos a relevância da governança ambiental, porém, em virtude da dimensão territorial, das características de cada localidade, e dos diferentes estágios de desenvolvimento encontrado em cada região do país, um modelo único de desenvolvimento econômico, modernização e desenvolvimento sustentável mostra-se inadequado, demonstrando ser imprescindível uma governança ambiental que vincule as lideranças centrais do país às lideranças locais dos diferentes setores, aptas a reconhecerem as necessidades da localidade e a melhor maneira de se promover a proteção do meio ambiente, a mitigação das emissões e a adaptação às mudanças climáticas.

Para lidar com a problemática ambiental, o país foi obrigado a rever sua legislação em 2014, de forma a atualizá-la, após ter transcorrido 26 anos desde a primeira versão.

As transformações ocorridas nas políticas ambientais demonstram que há uma mudança na concepção da política ambiental: de mera política nacional ela se transforma em estratégias para o desenvolvimento sustentável. Se em 1983 a proteção ambiental era uma das duas políticas básicas nacionais, na década de 1990, a partir do 9º Plano Quinquenal a *estratégia para o desenvolvimento sustentável* passa a ser o foco principal para o desenvolvimento chinês e condução das políticas nacionais. Para isso, o governo enfrenta o dilema entre priorizar o crescimento econômico ou o desenvolvimento sustentável, esforçando na condução das duas políticas, ao buscar manter o crescimento econômico enquanto melhora a qualidade de vida da população, fiscalizando e punindo os infratores das leis, que poluem o ambiente, desperdiçam recursos, e dificultam a implementação das leis ambientais.

Nessa transformação a política ambiental deixa de se preocupar apenas com a poluição, problema central das políticas da década de 1970 e 1980. Enchentes, secas, desmatamento, uso dos recursos, poluição atmosférica, hídrica e do solo, resíduos, geração de energia, são temas essenciais encontrados nas políticas ambientais mais recentes. Fundamental sinalizar o tema das mudanças climáticas, presente a partir de 2007, com a promulgação do Plano Nacional das Mudanças Climáticas.

A nova Lei de Proteção Ambiental de 2015

Com as alterações sofridas na Lei de Proteção Ambiental, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2015, o governo espera conseguir controlar melhor os níveis de poluição, principalmente ao cercear as empresas, de forma a torna mais efetiva a fiscalização e a imposição de multas aos infratores.

Destacamos cinco pontos fundamentais da nova Lei de Proteção Ambiental: (I) maior responsabilização dos poluidores; (II) aumento da responsabilidade dos órgãos oficiais; (III) maior divulgação de informações sobre monitoramento ambiental, qualidade ambiental, taxas de poluentes; (IV) ações judiciais de interesse público, impetradas por organizações não governamentais; (V) proteção ao denunciante (FALK; WEE, 2015).

Tal atualização na legislação busca aumentar a aplicabilidade das leis e fortalecer o controle ambiental. Uma maior responsabilização dos poluidores (I) é ponto fundamental, pois a legislação de 1989 estabelecia multas e punições que eram financeiramente mais baixas do que os valores necessários para adequar as empresas à legislação. Agora, além do aumento das multas os responsáveis são passíveis de prisão, e para ser aprovada novas construções e novas empresas, é preciso a apresentação pública de relatórios de impactos ambientais (III). A nova lei também estabelece que qualquer violação à legislação pode vir a se tornar pública, não mais transcorrendo o processo em segredo de justiça. Tal fato pode prejudicar a reputação da empresa no mercado.

Para se cumprir essas novas regras foi delegada uma maior responsabilidade aos órgãos oficiais responsáveis pelas fiscalizações (II), prevendo punição aos casos de corrupção, abertura de processo crime contra os funcionários do governo que não cumprirem a lei, além de alterar o sistema de avaliação desses servidores, que devem se atentar para alcançar os resultados ambientais, ao lado dos resultados econômicos, até então os únicos almejados.

A revisão de 2015 almeja maior participação dos governos locais na aplicação da lei. Segundo Wang Canfa (2017), *“sistema de gestão ambiental direcionado está sendo progressiva e efetivamente implementado, enquanto a divulgação de informações ambientais nas províncias e cidades também melhorou”* (CANFA, 2017, p.2).

Para maior implementação da lei cinco novas medidas foram primordiais, afinal refletem diretamente o novo direcionamento da política ambiental, que visa um controle e punição mais rígidos:

- Multas diárias para infratores
- Apreensão de equipamento poluidor e / ou instalações em caso de violação
- Ordem para limitar ou suspender a produção em caso de violação excessiva dos limites de poluição
- Para violações graves que ainda não constituem crime, os poluidores podem enfrentar detenção administrativa
- Por suspeita de crimes ambientais, os poluidores sofrerão sanções judiciais (CANFA, 2017, p.2)

A criminalização da poluição torna-se um mecanismo efetivo na luta contra a poluição, um dos grandes problemas atuais da China, reconhecido por mais de 80,9% da população chinesa, que se diz profundamente preocupadas com as condições ambientais gerais. A guerra contra a poluição foi declarada pelo primeiro-ministro Li Keqiang, durante reunião no Congresso Nacional do Povo em Pequim, em 2014, e motivou a reformulação da legislação ambiental.

Entre tantas alterações implementadas a partir de 2015, uma alteração fundamental da nova lei passa a ser a legalização e incentivo às denúncias e aberturas de processos ambientais pelas organizações não governamentais. Tal mudança é um grande avanço na legislação chinesa, afinal, até então era praticamente impossível a denúncia de crimes ambientais pela população ou mesmo pelas organizações, pois não havia nada na legislação que expusesse tal possibilidade. O artigo 58 da nova legislação tenta amenizar essa dificuldade, ao possibilitar que ONGs deem entrada em processos e denúncias de poluição ou de conduta ambientalmente irregular (CHUN, 2015).

Artigo 58. Para atividades que causam poluição ambiental, danos ecológicos, danos ao interesse público, as organizações sociais que atendem às seguintes condições podem arquivar litígios nos tribunais populares: (1) Ter seu registro nos departamentos de assuntos civis do governo, no nível municipal ou superior, como nos subdistritos, de acordo com a lei; (2) ser especializado em atividades de interesse público de proteção ambiental por cinco anos consecutivos ou mais, e não ter registros de violação da lei. Os tribunais deverão aceitar os litígios apresentados por organizações sociais que atendam aos critérios acima. As

organizações sociais que arquivam o litígio não buscarão benefícios econômicos com o litígio (CHINA, 2014, p.13)

A legislação estabelece que para ter direito à abertura do processo a ONG precisa estar devidamente registrada nos órgãos oficiais e deve ter uma atuação ambiental há mais de cinco anos. Calcula-se que em torno de 300 ONGs atendam a essas determinações (KING & WOOD, 2014). Esse já é um limite à atuação das ONGs, afinal, num país com dimensões continentais e com população de mais de 1,4 bilhão de pessoas, 300 ONGs é um número ainda muito baixo. Outros desafios são grandes: falta maior clareza, tanto para as autoridades quanto para as ONGs, dos caminhos a serem percorridos para se fazer valer esse direito; os custos com os processos são altíssimos; é preciso maior conscientização (na esfera da sociedade civil e nos órgãos oficiais) do papel que essas organizações têm no controle da poluição.

O primeiro caso de sucesso vinculado à essa revisão da legislação foi registrado na província de Fujian, onde um processo foi aberto por ONGs, denunciando uma empresa de mineração da cidade de Nanping. Tal empresa extraía pedras ilegalmente e despejou resíduos tóxicos entre 2008 e 2011. Por meio da ação movida pelas ONGs Friends of Nature e pela Fujian Green Home Environmental Friendly Center a empresa foi condenada por danos ambientais, destruição de floresta, poluição do solo e da água. Três responsáveis foram presos. A empresa foi obrigada a remover os equipamentos do local e a restaurar a floresta. A multa aplicada foi de US\$ 230.000 (CHUN, 2015).

Tal sucesso e atuação dos tribunais abrem precedentes para novas ações no futuro. Tal caso é emblemático, afinal, partiu de um processo impetrado por ONGs e obteve bons resultados, ao se punir os responsáveis, aplicar multas e exigir o restauro ambiental.

A revisão da legislação ambiental chinesa expressa os esforços governamentais para lidar com a questão. Com o reconhecimento da necessidade de se conjugar as preocupações ambientais com o crescimento econômico, tal revisão supre lacunas importantes que se encontravam deficitárias quando da promulgação em 1989.

Os impactos para o país devem ser analisados com o decorrer dos anos, mas análises objetivas da legislação indicam que o principal deve ser alcançado: um fortalecimento da posição do Estado, com punições mais rígidas, preocupação com a restauração do meio ambiente degradado, conscientização

da população a partir de divulgação de dados e análises, além da parceria firmada com as ONGs, que devem possibilitar uma maior fiscalização e maior número de denúncias.

O esforço em conjunto precisa trazer resultados expressivos para conseguir conter os desastres ambientais que assola a China. É evidente que manter o crescimento econômico com a degradação da natureza, conforme visto na década de 1990, é um modelo impróprio e perigoso, pois afeta diretamente a população.

A nova legislação tem o foco direto na atuação das empresas, que devem seguir rigorosamente as determinações, desenvolvendo novas tecnologias, estabelecendo sistemas ambientalmente equilibrados, divulgando relatórios e estatísticas de impactos ambientais (KING & WOOD, 2014).

O governo chinês incentiva as empresas a agirem de acordo com a lei, se adequando o mais brevemente possível. Dessa adequação todos saem ganhando: o governo, ao conseguir cumprir as metas previstas de redução de poluentes; as empresas, por se adequarem às leis, evitando multas, e fortalecendo sua imagem perante o mercado; e a população, que sofre diretamente os impactos ambientais do uso indiscriminado e incorreto dos recursos naturais.

A legislação inova ao incorporar as ONGs como aliadas nessa mudança de postura que o país necessita, e demonstra que a revisão na legislação não foi mero esforço retórico. As consequências serão analisadas com o decorrer dos anos, com as decisões judiciais, as fiscalizações rigorosas, que deverão corroborar para um futuro com forte apelo ambiental, em que a preservação e o correto uso dos recursos naturais estejam incorporados na dinâmica social, política e econômica.

Mas um ator social sai fortalecido: as ONGs assumem um lugar importante na dinâmica governamental e deve conseguir cada vez mais espaço para expressar suas reivindicações e preocupações, atuando numa esfera intermediária entre sociedade civil e Estado. Efetivamente a China avança rumo a governança multiatores, na qual atores públicos e privados se engajam conjuntamente na resolução dos problemas sociais.

As ONGs ambientalistas, que surgiram no início da década de 1990 finalmente conquistam algum espaço para atuação política, auxiliando a implementação das políticas ambientais num momento crucial, em que o Governo chinês depende de profundas mudanças que visem a sustentabilidade

ou a problemática ambiental, o acirramento da poluição enquanto uma questão de saúde pública, poderá levar à instabilidades políticas e insatisfação popular com o comando político do país.

Governança multiatores

O Estado chinês atuou sozinho na formulação de leis e normas relativas à problemática ambiental, a partir da década de 1970, entretanto sua atuação foi insuficiente para lidar com o problema e ao longo dos anos 2000 passou a incorporar novos atores, numa clara transição do *governo* para a *governança*. Tal passagem não ocorre voluntariamente pelas decisões estatais, mas sim por pressão dos atores nacionais e também internacionais, que acompanharam a intensificação dos danos ao meio ambiente, que surgiu com o forte desenvolvimento econômico dos anos de 1980. Não basta a criação de legislação específica, que não é nada mais que letras num papel em branco, é preciso que essa legislação se converta em ações efetivas, em fiscalização, punição, controle, orientação, educação, e é nessa implementação e difusão das ações que os diversos atores sociais podem colaborar.

A governança multiatores demanda que as decisões não mais sigam o padrão *top-down*, mas efetivamente promove processos multiníveis e dialógicos, que permitem uma governança ambiental não só no nível local e nacional, mas também global. Destacamos que muitas vezes esses novos atores têm fundamental papel em promover uma governança global ao superarem as barreiras políticas nacionais e extrapolar suas políticas para o maior nível de governança. As ONGs e corporações econômicas são grandes atores que possuem a capacidade de atuação global, perpassando os limites do nacional, ao qual o Estado muitas vezes fica restrito (NEWELL et al, 2012). Num momento em que os Estados estão falhando em responder aos desafios ambientais em larga escala, os demais atores têm se destacado ao oferecerem novas abordagens experimentais e soluções inovadoras, demonstrando maior capacidade para propor soluções transnacionais.

O surgimento de uma governança ambiental multiatores na China atual demonstra a existência de microliberdades de atuação, ainda que na essência o Estado chinês continue sendo autoritário e fechado à democracia. Esta questão da transição governo-governança ilumina uma ideia central que é a existência de um ambientalismo autoritário até final da década de 1990 com claros sinais de um emergente ambientalismo democrático que passa a se desenvolver no

século XXI, a partir da incorporação dos novos atores sociais, que lentamente vêm conquistando maior espaço de atuação e colaboração na política ambiental chinesa. Tais atores, principalmente a sociedade civil, são fundamentais ao conseguirem mobilizar a sociedade e uma massa crítica: “*mais pessoas são trazidas à mesa, mais atores estão sendo envolvidos, e mais mãos, corações e cabeças são mobilizados em prol de um problema complexo*” (NEWELL et al, 2012, p. 370).

Considerações finais

Para além de mera revisão da legislação, as inovações trazidas a partir de 2015 refletem diretamente uma nova concepção de se fazer política, não mais no modelo *top-down*, mas incorporando os novos atores sociais, como elementos fundamentais para a implementação das leis.

A revisão de 2015 estimulou maior transparência no governo local, que passou a divulgar relatórios ambientais com mais frequência. Além disso, 9 das 31 províncias já lançaram planos de proteção ambiental entre 2015 e 2017, e a Equipe de Inspeção Ambiental do Governo Central promoveu duas rodadas de inspeção em 2016, com 1.030 funcionários detidos, 8.483 questionados e 9.741 responsabilizados (CANFA, 2017).

Os primeiros resultados divulgados, referente à atuação das ONGs em conformidade com a nova legislação, mostram que houve, em 2016, 133.000 casos impetrados nos tribunais nacionais, número muito superior ao de 2014, que teve apenas 3.331 casos levados aos tribunais por meio de denúncias civis (CANFA, 2017).

Esses primeiros números indicam que a nova legislação está cumprindo seu papel, e ainda que haja lacunas e falhas na implementação, a política ambiental chinesa tem avançado na luta contra à poluição e dano ambiental, com participação cada vez maior da população, seja por meio das ONGs ou a partir de denúncias anônimas, presença em protestos ou no acesso aos relatórios públicos.

A transição *governo – governança* está apenas no início, mas já demonstra o potencial existente nessa parceria entre Estado e sociedade civil, que deve fortalecer a luta por um ambiente mais equilibrado, proporcionando melhores condições de vida, melhor alimentação e saúde à população. O caso chinês ilustra, dessa forma, a governança ambiental multiautores como uma

real possibilidade de enfrentamento da questão ambiental, que por sua natureza é um problema complexo e que envolve dimensões distintas: níveis, atores, esferas, num emaranhado de relações.

Discute-se a partir da constatação desse novo modelo de governança se a China estaria em um processo de transição rumo a um Ambientalismo Democrático, em oposição ao Ambientalismo Autoritário vigente até os anos 2000, no qual pouco espaço era concedido para a participação popular, com os diversos *stakeholders* sendo ignorados durante a formulação e implementação da política pública ambiental.

O governo chinês esforça-se para conjugar crescimento econômico com preservação dos recursos ambientais, em busca de sustentabilidade, que permita viver na chamada *sociedade harmônica*, um ideal confuciano resgatado pelo governo chinês para guiar o desenvolvimento da sociedade e indicar os rumos necessários para alcançar uma sociedade equilibrada, com disciplina e harmonia, num renascimento dos ideais confucionistas.

Tal mudança de postura perante a problemática ambiental coloca a China como um novo ator fundamental na condução da governança global. Uma mudança endógena foi responsável por rápidas transformações na diplomacia ambiental chinesa, levando o país a adotar posturas proativas nas negociações climáticas, após a adoção de políticas internas que visavam a melhoria do meio ambiente e a redução do custo ambiental.

Desde 2014, com o Acordo de Paris, a China destaca-se como ator chave na política climática, mas se destaca também em outro setor, o chamado *green finance*, onde almeja a consolidação de uma economia verde, entre os anos de 2016-2020. Com objetivo de criação de Sistema financeiro verde, e desenvolvimento dos *green credits e green bonds*, a China levou essas discussões ao G20, visando o crescimento econômico mas também a proteção ambiental. Por se colocar como líder também nessa área (*green finance*) a China se consolida como liderança global em várias vertentes, podendo alterar a configuração do poder político atual, avançando cada vez mais em direção ao patamar ainda hoje ocupado pelos Estados Unidos.

Analistas afirmam que o *soft power* chinês está reconfigurando as relações globais de poder, com a China frequentemente buscando parceiros aptos a se unirem a ela, com objetivo de inovação, modernização e desenvolvimento de novas tecnologias. Torna-se um novo *player*, com regras próprias e objetivos claros: manutenção do crescimento econômico, redução da

pobreza na China, minimização dos efeitos de tal crescimento, assegurando recursos naturais para seu crescimento, com forte investimento em infraestrutura, tanto na própria China como em países exportadores de matérias-primas e recursos naturais.

Referências

CANFA, Wang. Environmental Law: 2 Years On. **China Water Risk**, June 14, 2017.

CHINA. **Environmental Protection Law of the People's Republic of China**. 24 April, 2014.

CHINA HOJE. São Paulo: Segmento, jun/jul 2015. ISSN: 2446-7057

CHUN, Zhang. NGOs Win China's First Public Interest Environmental Lawsuit. **The Diplomat**. November 14, 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/11/ngos-win-chinas-first-public-interest-environmental-lawsuit/>> acesso em 23 de março de 2018.

DEWULF, Art. et al. The governance of adaptation to climate change as a multi-level, multi-sector and multi-actor challenge: a European comparative perspective. **Journal of Water and Climate Change**, n. 06, v. 01, 2015.

FALK, Robert; WEE, Jasmine. China's New Environmental Protection Law. **Morrison & Foester LLP**, September 30, 2014.

FERREIRA, Leila C. (org.) **O Desafio das Mudanças Climáticas: os casos Brasil e China**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

FERREIRA, Leila C. e BARBI, Fabiana. Algumas questões sobre as preocupações ambientais no Brasil e na China (Justiça social e sociedades em transição). In: FERREIRA, Leila da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **CHINA & BRASIL: desafios e possibilidades**. São Paulo: Annblume; Campinas: CEA v, Unicamp, 2013.

GAMER, Robert E. **Understanding contemporary China**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1999.

HSÜ, Immanuel Chung-yueh. **The rise of modern China**. New York: Oxford University Press, 2000.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the International Panel on Climate Change'. Cambridge, Cambridge University Press. 2007.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Working Group I Contribution to the IPCC Fifth Assessment Report. Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Summary for Policymakers. 2013.

KING & WOOD MALLESONS COMPLIANCE GROUP. Environmental Protection Law: Big Changes in 2014. Disponível em: <
<http://www.chinalawinsight.com/2014/05/articles/compliance/environmental-protection-law-big-changes-in-2014-2/>> acesso em 22 de março de 2018.

LEITE, Alexandre C. Cunha. A industrialização de áreas agrícolas na China: uma consequência do recente desenvolvimento chinês. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 36, outubro 2013.

LIU, Zhu. **China's Carbon Emissions Report 2015**. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2015.

LIU, Lei, et al. The drivers of local environmental policy in China: Na analysis of Shenzhen's environmental performance management system, 2007 – 2015. **Journal of Cleaner Production**, v. 165, november, 2017.

NEWELL, Peter; PATTBERG, Philipp; SCHROEDER, Heike. Multiactor Governance and the Environment. **Annual Review of Environment and Resources**, n. 37, 2012.

ORTS, Eric W. Environmental Law with Chinese Characteristics. **William & Mary Bill of Rights Journal**, vol. 11, 2003.

RAMAN, G. V. Environmental governance in China. **Theoretical Economics Letters**, v. 6, 2016.

SHUXIAO, Wang. New Study: Air pollution from coal a major source of health burden in China. **Health Effects Institute**, august, 2016

VIOLA, E. A dinâmica das potências mundiais e o acordo de Copenhague. **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. N. 23, 2010.

XIE, L. China's Environmental Activism in the Age of Globalization. **Asian Politics & Policy**, Volume 3, Number 2, 2011.

YU, Jianxing; GUO, Sujian. **Civil Society and Governance in China**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

ZAGO, Lisandra. A questão ambiental na China de Mao Zedong e Deng Xiaoping. In: FERREIRA, Leila (ed.). **O desafio das mudanças climáticas: o caso Brasil e China**. Jundiaí: Editora Paco, 2017.

Public environmental policy and new social actors: the chinese case

ABSTRACT

Chinese environmental policy began in the 1970s, with the state centralizing decision-making. Insufficient to deal with the intensification of environmental

problems, the State recognizes the need to reformulate its legislation, incorporating new elements. The review of the Chinese environmental legislation of 2015 accompanies international debates that call for greater enforcement and punishment of environmental offenders. The review strengthens the oversight role of public agencies by requiring disclosure of environmental data by punishing offenders. Such a revision incorporates the precepts of multi-environmental environmental governance, fundamental to the conduct of the complex environmental problem, by enabling direct action by non-governmental organizations, which assume the role of important social actor, as they are recognized as being capable of initiating legal proceedings against polluting companies and actively participate in environmental management.

Keywords: China, Environmental Legislation, Governance, NGOs, Public Policy.



A teoria da cultura de Georg Simmel: a construção das noções de indivíduo-homem e monopólio masculino do relacional

Lara Maria Alves Falcão¹
Luana Leite Rabelo²

RESUMO

Os escritos de Georg Simmel, autor que integra o cânone da Sociologia, sobre o que vem sendo apontado como a questão da mulher, o problema dos sexos e a possibilidade de uma cultura feminina têm sido revisitados por estudos mais contemporâneos de gênero e da teoria feminista. Dentro desta temática, o objetivo deste artigo é percorrer a construção argumentativa do autor acerca da incomensurabilidade entre os sexos, percebendo como essa argumentação é utilizada para definir como masculino o próprio domínio do social. Partimos de uma descrição da teoria da cultura de Simmel, a fim de introduzir as contradições entre esse quadro teórico e a sua caracterização do feminino. Em segundo lugar, acompanhamos a construção do argumento da incomensurabilidade entre os sexos para, em seguida, apontar as características que o autor atribui ao masculino e ao feminino, com ênfase na categoria do relacional. Por fim, tecemos conclusões acerca da relação entre essas características e as noções de modernidade e do social, defendendo a ideia de que, ao atribuir ao feminino um caráter intrinsecamente não-relacional, o autor contribuiu para a construção de uma concepção do indivíduo enquanto homem e do social enquanto masculino.

Palavras-Chave: Simmel, Teoria da cultura, Modernidade, Gênero.

Recebido em 11/01/2020
Aceito para publicação em 19/03/2020

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.29024>

Introdução

Muito já se disse sobre “a importância dos clássicos” (Alexander, 1987) e da formação do cânone sociológico. Como apontam Anne Witz e Barbara Marshall (2004), define-se um cânone para criar identidade, linguagem compartilhada e foco simbólico entre acadêmicos de uma área. De acordo com essa perspectiva, a consolidação de certo cânone na sociologia se basearia na

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: lleiterabelo@gmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). lamarfalcao@gmail.com.

ideia de que a produção desses autores levantou questões que permanecem passíveis de formulação na contemporaneidade, estabelecendo visões de mundo quanto às características e tendências centrais da modernidade. Por outro lado, há o reconhecimento cada vez mais difundido de que a formação do cânone sociológico é uma espécie de *mito de origem* (Connell, 2019, p. 350) cujas pretensões de universalidade vêm sendo cada vez mais questionadas.

Partindo dessa perspectiva, não há dúvidas de que Georg Simmel se apresenta como autor importante para a teoria sociológica clássica diante da gama de temas que, ao longo de sua obra, foram discutidos. Seu estilo ensaístico e impressionista, de uma dialética sem síntese, também contribui para essa visão, uma vez que é Simmel aquele que propõe leituras dos paradoxos e ambivalências de variados fenômenos sociais. No entanto, e como qualquer outro, possui certas contradições que precisam ser observadas a fim de possibilitar novos movimentos de articulação teórica. Nesse sentido, seus escritos (Simmel, 1934) sobre o que vem sendo apontado como *a questão da mulher*, *o problema dos sexos* e a possibilidade de uma *cultura feminina* têm sido revisitados por estudos mais contemporâneos de gênero e da teoria feminista. Dentro desta temática, o objetivo deste artigo é percorrer a construção argumentativa de Simmel acerca da incomensurabilidade entre os sexos, percebendo como essa argumentação é utilizada pelo autor para definir como masculino o próprio domínio do social.

Utilizamos como fio condutor para a discussão a categoria do relacional, por entender que ela é central na teoria de Simmel sobre a relação entre os sexos e a cultura: ela integra tanto a definição simmeliana acerca de como devem ser pensados os dois sexos – aqui, através da ideia do incomensurável – como as características que o autor atribui a cada um dos sexos, configurando um monopólio masculino do relacional³. Seguimos, nesse intento, a seguinte estrutura organizativa: primeiro, descrevemos brevemente a teoria da cultura de Simmel, a fim de introduzir as contradições entre esse quadro teórico e a sua caracterização do feminino. É importante ressaltar que tal esforço não visa a uma reconstrução exaustiva da teoria de Simmel, mas sim a tornar possível, através da apresentação dos conceitos mais relevantes de sua teoria da cultura, a posterior ênfase na questão dos dualismos metafísicos do autor e de seu impacto em sua concepção de cultura e modernidade. Segundo, dedicamo-nos a acompanhar a construção do argumento da incomensurabilidade entre os sexos

³ No ensaio “Cultura feminina”, Simmel chega a utilizar a expressão *monopólio masculino da cultura objetiva* (Simmel, 1934, p.55, tradução nossa). Propomos, aqui, que esse monopólio é consequência de outro, anterior, que também está presente em Simmel, mas não é articulado nessa fórmula de expressão: o monopólio masculino sobre o relacional.

para, em seguida, apontar as características que o autor atribui ao masculino e ao feminino, com ênfase na categoria do relacional. Por fim, tecemos conclusões acerca da relação entre essas características e as noções de modernidade e do social, defendendo a ideia de que, ao atribuir ao feminino um caráter intrinsecamente não-relacional, o autor contribuiu para a construção de uma concepção masculina do social.

A teoria da cultura simmeliana

Em certa medida, é possível afirmar que Simmel se destacou entre os teóricos clássicos nas análises da vida social a partir de uma perspectiva fundamentalmente relacional. Se pensarmos acerca do processo de “surgimento” do indivíduo moderno, o autor esteve entre aqueles que buscavam identificar a relação entre indivíduo e sociedade para além das amarras de determinações sociais que estiveram presentes na consolidação da sociologia enquanto disciplina. Em “O indivíduo e a liberdade” (Simmel, 2005b) fica demonstrado o interesse simmeliano na identificação das duas noções principais de individualismo desenvolvidas na Europa. A primeira concepção teve por base o contexto social do século XVIII e tinha como ideal básico de individualidade a liberdade, a qual se tornaria, em certo grau, a medida pela qual o indivíduo se coloca diante da sociedade. Tal noção possuía uma exigência prática universal de liberdade e igualdade, consolidando em seu centro a ideia do “homem-genérico”, em que a abstração passava a ser um valor último da personalidade e percorria o caminho oposto ao do indivíduo situado historicamente e singularizado. Já no século XIX, quando a contradição entre igualdade e liberdade, inclusive nos planos reais, se mostrou mais evidente, a análise de Simmel apontou para outra noção de individualismo - sem descartar, contudo, a articulação com aquela primeira concepção - que focalizava na dimensão da desigualdade. O movimento, aqui, passou a ser o da busca dos indivíduos autônomos em distinguir-se entre si, enfatizando um ideal de personalização no sentido de procura daquilo que eles teriam de particular. Como descreve, *o acento da vida e do desenvolvimento não é dirigido ao igual, mas ao absolutamente peculiar* (Simmel, 2005b, p.113). Tal movimento, para o autor, se mostraria na procura moderna pela diferenciação, a qual acompanhava o ritmo de complexificação da vida no geral. Especialmente nos espaços urbanos das metrópoles, a produção cultural mais diversificada tenderia a promover um maior processo de subjetivação dos indivíduos, consolidando uma noção de individualismo concreto na perspectiva do surgimento histórico do sujeito enquanto aquele que se autodetermina. O desenvolvimento da economia monetária e a divisão do trabalho são pontos importantes para a compreensão do tema.

Seguindo a concepção simmeliana, o dinheiro, tendo se estabelecido como instrumento universal de troca, possibilitaria uma maior objetividade das

relações sociais, na medida em que ele retira a dimensão qualitativa e mais individualizada e a reduz a critérios quantitativos. Simultaneamente, a economia monetária possibilitaria a expansão do exercício de liberdade e de individualidade nas relações entre os seres humanos, ampliando a dimensão das vontades individuais. A divisão moderna do trabalho, a seu turno, passou a ser vista como responsável pela relação atual entre cultura objetiva e subjetiva e também descenderia dessa economia monetária (Simmel, 2005a). Em um mesmo sentido, o processo de divisão e de especialização das atividades humanas, ao ampliar a dependência entre as pessoas, permitiria também que tal dependência não fosse equivalente a ficar à mercê das personalidades singulares daqueles que estão produzindo os artefatos da cultura moderna, criando, assim, uma esfera de liberdade. São essas idas e vindas que indicam o quanto as proposições simmelianas buscam movimentos de aproximações e distanciamentos para analisar os fenômenos sociais.

A diferenciação entre cultura objetiva e subjetiva é central na teoria da cultura de Simmel. A cultura objetiva consiste no domínio dos conteúdos culturais - *costumes, moral, conhecimento, arte, religião, formas sociais, formas de expressão* (Simmel, 1934, p.13, tradução nossa) -, que constitui o próprio desenvolvimento da essência humana. A cultura subjetiva, por sua vez, faz referência ao cultivo interior dos indivíduos, de seus conteúdos mentais e dos valores que cada um possui, e é obtida a partir da absorção daqueles conteúdos da cultura objetiva. Aqui, a concepção de Simmel remete, em certa medida, ao tema hegeliano da passagem de algo que estava na dimensão subjetiva, do pensamento, para o tecido cultural, externo ao indivíduo e, portanto, objetivo. Assim, a cultura é representada como um processo de duas dimensões que se relacionam dialeticamente (Oakes, 1984): a cultura objetiva possui uma gênese subjetiva e, por sua vez, fornece o material, a substância para a elevação cultural dos sujeitos que irão criar novas formas culturais. E é exatamente o trabalho que, em Simmel, permitiria a objetivação daquilo que é subjetivo. A divisão do trabalho representaria assim um processo duplo que, por um lado, permite a individualização ao gerar maior autonomia do indivíduo em relação aos outros; mas, por outro, retira a possibilidade de cultivo da individualidade, visto que a maior dependência da relação com o outro também pode representar perda de autonomia e, ainda, uma medida de “desumanização” por alienar.

É a partir desse quadro teórico que o autor irá desenvolver seu problema: o crescente descompasso entre a proliferação dos conteúdos da cultura objetiva e o ritmo em que esses conteúdos são incorporados pelos indivíduos. Simmel chama esta incorporação de *processo definitivo da cultura* (Oakes, 1984, p.10, tradução nossa) e, nesse aspecto, a divisão da vida social no dualismo de formas e conteúdos ganha destaque analítico. Considerando a ideia de forma como o aspecto mais geral e abstrato de como as coisas se apresentam e a de conteúdo como tudo aquilo concebido como particular, contextual, idiossincrático, assim como elementos gerados por interesses práticos e por motivos e interesses

concretos, temos que, ligado à divisão do trabalho - especialmente no processo de instrumentalização que faz parte da objetivação da cultura - há o enriquecimento das formas e o empobrecimento dos conteúdos. No entanto, é importante ressaltar que a ideia de conteúdo não tem equivalência absoluta com a ideia de subjetividade. Tais conceitos se fazem presentes na obra de Simmel através de sua filosofia vitalista, em que a vida é algo distinto de uma natureza não viva; ela é fluxo e só pode ser pensada como algo não estático. Nessa perspectiva, o processo de objetivação da cultura é também formalização no sentido de que os artefatos da cultura passam a ter a tendência de perda de seu conteúdo, sendo, portanto, um processo de abstração e generalização e de enfraquecimento das particularidades. Vida e conteúdo, assim, fazem referência à ideia do que é qualitativo e compreendido no seu singular. Quando formalizamos, se abstrai no sentido de tornar tais qualidades comparáveis inclusive no nível quantitativo. E é nisso que se faz presente a oposição simmeliana entre forma e vida.

Ademais, o processo de afastamento da vida que ocorre com o processo de objetivação da cultura significaria dizer que se tem uma cultura cada vez mais distante dos processos humanos, vitais e individuais. Daí, a pergunta central: quais as consequências dessa cultura que se objetiva sobre as subjetividades das pessoas? O questionamento, em Simmel, assume a dimensão da tragédia da cultura no sentido do descompasso entre a intensa objetivação da cultura e o não acompanhamento desse ritmo no cultivo dos conteúdos da personalidade da cultura subjetiva e do próprio indivíduo. A noção, aqui, retoma o movimento ambivalente e paradoxal que ocorre na modernidade, em especial com a monetarização da economia e a divisão do trabalho, quanto aos processos de individualização e ganho de liberdade com a produção de cultura objetiva e, ao mesmo tempo, o fato de que apenas esta se torna crescente - fazendo com que, em certa medida, a autonomia do indivíduo permaneça uma possibilidade e que o mesmo, apesar de inserido, consumindo e produzindo os objetos da cultura moderna, não os assimile por completo (Simmel, 2005b).

A inserção das mulheres nesse quadro teórico se dá a partir da discussão acerca da sua capacidade de objetivação. Como visto, a objetivação é de suma importância no esquema simmeliano sobre a cultura: ela é o próprio processo de autonomização⁴ da fonte subjetiva a partir do qual uma forma cultural passa a integrar o que o autor chama de cultura objetiva. De acordo com Guy Oakes (1984), a maneira através da qual as formas culturais se tornam objetivadas é

⁴ Não pretendemos com essa expressão dizer que a cultura objetiva se autonomiza da cultura subjetiva. Como Oakes explica, a cultura objetiva obedece a uma *curva progressiva de autonomização* (Oakes, 1984, p.10, tradução nossa) em relação à cultura subjetiva, mas sem jamais emancipar-se por completo: novos conteúdos continuam tendo sua gênese na atividade criadora e subjetiva do indivíduo. Mas, uma vez objetivados, os conteúdos específicos da cultura já não dependem daquele indivíduo que os criou, por isso se diz que foram objetivados. Trata-se da objetividade como a *independência das coisas relativamente as condições de sua gênese subjetiva ou psicológica* (Oakes, 1984, p.03, tradução nossa).

um dos assuntos centrais da obra de Simmel e está contido no seu pressuposto de que a cultura é a objetivação da experiência humana. Esse conceito de cultura carrega consigo, por sua vez, dois aspectos essenciais: a reificação e a instrumentalização. A reificação das formas culturais se traduz como o processo pelo qual a cultura objetiva se torna cada vez mais ampla, diversificada e sofisticada, com conseqüente ampliação da margem de não incorporação da cultura objetiva na subjetiva. A instrumentalização da cultura, por seu turno, parte do pressuposto de que os seres humanos não podem agir sem buscar atribuir valores autênticos às suas condutas para designar, então, os processos de encobrimento dos valores autênticos⁵, cujo efeito seria a sensação de perda de sentido da vida.

O ponto fulcral para a observação do aspecto que estamos abordando está na consideração simmeliana de que o processo de objetivação teria uma característica masculina. Essa masculinidade da objetivação derivaria das afinidades eletivas entre uma “natureza masculina” e a divisão do trabalho - este o fator causal, concreto e efetivo da diferenciação entre cultura objetiva e subjetiva (Simmel, 2005a). Como resultado dessa construção, Simmel formula a pergunta acerca da possibilidade de contribuição das mulheres para a produção da cultura objetiva. Poderão as mulheres objetivar a própria experiência vivida, criando artefatos culturais que se autonomizem de sua fonte subjetiva?

Oakes (1984) chama atenção para o fato de que Simmel frequentemente mescla duas perguntas diferentes: 1) quais as contribuições que as mulheres podem dar à cultura objetiva que os homens não podem? 2) a cultura pode ser feminina, no sentido de que certas formas culturais seriam qualificadas como objetivações da existência feminina? Nos parece que enquanto a primeira pergunta é plausível dentro de uma concepção de ontologia igualitária (ora, é possível conceber que as mulheres poderiam dar contribuições diferenciadas em função de ocuparem posições sociais historicamente diferentes em relação aos homens), a segunda pergunta já pressupõe a concepção simmeliana de que há uma existência feminina com dados distintivos em relação a uma existência masculina.

O referido autor afirma que Simmel chega a desenvolver duas possibilidades de resposta para essa pergunta. Uma delas consiste em admitir a possibilidade de que as mulheres chegassem a objetivar seu modo diferencial de existência. Não obstante, é a segunda resposta, a negativa (de que mulheres não

⁵ Há dois processos que resultam nessa sensação. Simmel entende que uma forma cultural seja composta de uma seqüência teleológica de valores: há um valor autêntico (seu fim, a condensação daquela forma cultural) e há valores instrumentais (que não possuem valor autêntico em si, mas são etapas necessárias à construção do valor autêntico). Nesse cenário, a instrumentalização se dá seja porque os valores instrumentais são multiplicados de tal forma que o fim da seqüência teleológica dos valores não pode ser precisado (deslocamento axiológico), seja porque os valores autênticos passam a ser reconhecidos como se instrumentais fossem (trivialização axiológica).

poderiam objetivar a própria experiência porque isso contradiria a sua natureza indiferenciada e unitária) que parece receber maior entusiasmo por parte do sociólogo. A preferência pela resposta negativa pode ser percebida na virada argumentativa que o autor constrói no tópico final do ensaio “A cultura feminina” (Simmel, 1934), em que, após considerar a possibilidade de contribuição feminina para a cultura objetiva em diferentes campos profissionais, o autor retoma a ideia de uma contradição em termos da natureza feminina e da cultura objetiva. Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho:

O ponto máximo a que pareceu elevar-se o ideal de independência e equivalência femininas, dentro da consideração histórica: a ideia de uma cultura feminina objetiva, paralela à masculina e capaz, portanto, de anular a idealização histórica violentamente acumulada pelos homens: esse ponto máximo fica também aqui superado em igual direção. O monopólio masculino da cultura objetiva volta a encontrar sua justificação porque, ainda que apenas como princípio formal, é já de caráter exclusivamente masculino (Simmel, 1934, p.55, tradução nossa).

Na introdução ao livro “Georg Simmel: mulheres, sexualidade e amor”, Guy Oakes (1984) irá afirmar que a solução simmeliana à *questão das mulheres* é incompatível com o seu próprio quadro geral sobre a cultura. Isso porque o pressuposto de existência de uma “natureza feminina” atemporal contraria a sua teoria da cultura, segundo a qual haveria uma relação dinâmica e dialética entre vida humana e formas sociais. Afinal, se a experiência humana se expressa em formas que, por sua vez, engendrarão novas experiências humanas, como pressupor uma natureza imutável de metade da humanidade? Outro ponto levantado por Oakes é o de que, para além da inadequação da concepção de uma natureza atemporal feminina, mesmo assim a ideia de uma existência feminina não objetivável contradiria a teoria de Simmel: se a vida humana necessariamente realiza suas energias e interesses em formas culturais, então não seria possível imaginar que a vida da mulher não o faça.

Com efeito, o lugar reservado às mulheres por Simmel introduz um rompimento com o seu plano bidimensional da cultura: ele admite que as mulheres possam incorporar a cultura objetiva já existente numa sociedade, elevando assim sua cultura pessoal; mas não admite que essa incorporação resulte numa transformação da sua própria experiência no mundo capaz de modificar uma situação histórica de menor envolvimento com a divisão do trabalho e, conseqüentemente, com o processo de objetivação, sem que isso implique um rompimento com as características essenciais da sua “natureza feminina” (imutável). Assim, se há no argumento simmeliano algo de explicitamente contingente e histórico – como quando ele afirma que a objetivação tem características masculinas porque os homens são os criadores majoritários da cultura objetiva, algo claro à época em que o autor escreveu -, há também algo de a-histórico, na medida em que ele afirma que haveria características essenciais da personalidade masculina a tornar o homem mais

apto à divisão do trabalho e, logo, à objetivação da experiência humana que se faz através dela. O seu argumento, portanto, é precedido e localizado por noções do que seja a “natureza masculina” e a “natureza feminina”; o que por sua vez supõe a ideia de que a diferença entre os sexos é também uma diferença entre duas “naturezas” distintas. É a construção dessas noções pelo autor que tentaremos acompanhar nos dois tópicos seguintes.

A incomensurabilidade dos sexos e o indivíduo-homem

No ensaio “O masculino e o feminino: para uma psicologia dos sexos” (Simmel, 1934), é possível acompanhar o processo argumentativo pelo qual Simmel constrói a ideia de incomensurabilidade entre um modo de ser feminino e um masculino. É importante observar que seu argumento parte da crítica a um modo de avaliação do ser feminino que se realiza a partir de critérios masculinos. Assim, ele aponta que a forma relacional de atribuição de significado tende a gerar o apagamento de um dos elementos investigados em favor do outro, transformado em ponto de referência para a comparação, o que também se daria na *relação fundamental da vida da nossa espécie* (Simmel, 1934, p. 87, tradução nossa) - a relação entre masculino e feminino. Simmel considera que os valores usados para estimar as índoles masculinas e femininas não são neutros: apesar de idealmente humanos, são histórica e efetivamente masculinos. É nesse sentido que o autor fala da submissão da mulher a dois critérios de julgamento distintos - a *duplicidade de exigências contrárias* (Simmel, 1934, p.89, tradução nossa) -, mas ambos de origem masculina. Segundo uma medida absoluta, exige-se da mulher que siga os padrões masculinos de neutralidade; segundo uma medida relativa, exige-se da mulher que siga os padrões masculinos de feminilidade.

Nessa construção argumentativa, é em razão do modelo relacional de compreensão do que são os sexos humanos que o sexo masculino ocupa um lugar não apenas de superioridade em relação ao feminino, mas se converte no parâmetro de humanidade. A ideia de incomensurabilidade, por sua vez, parece ser a chave que Simmel encontra para solucionar esta equação: abrindo mão do modelo relacional de compreensão dos sexos, o autor pretende afastar-se de uma forma masculina de avaliação da índole feminina. Simmel buscará essa independência numa construção absoluta e autônoma da natureza feminina, que permita avaliar o ser mulher a partir das normas próprias da feminilidade, inquirindo o que é a mulher em si mesma (Simmel, 1934), pretendendo formular um modelo não comparável ao masculino e, portanto, “não inferiorizável” pelos termos da comparação. Nesse sentido, o afastamento do autor de uma forma relacional de pensar os sexos dará lugar à construção de índoles masculinas e femininas distintas e incomparáveis, traduzida na límpida fórmula *cada sexo é como uma espécie particular dentro do gênero humano* (Simmel, 1934, p.112, tradução nossa). É importante observar que o autor demonstra, ao construir o

argumento da incomensurabilidade, o reconhecimento do papel de “Outro” atribuído pelo homem à mulher. Isso fica claro em trechos como o seguinte:

O sexo masculino não se limita a ocupar uma posição superior à do feminino; converte-se, além disso, no representante da humanidade em geral, ditando normas por igual aplicáveis às manifestações da masculinidade e da feminilidade. Em muitos casos, explica-se isto pela posição de força que o varão ocupa. Se, grosseiramente, definimos a relação histórica dos sexos como a que media entre o senhor e o escravo, deveremos considerar como um privilégio do senhor a possibilidade de não pensar sempre em que é senhor; por outro lado, a posição do escravo é tal, que nunca pode esquecer que é escravo. Não cabe dúvida que a mulher perde a consciência de sua feminilidade com muito menos frequência do que o homem de sua masculinidade (Simmel, 1934, p.86, tradução nossa).

É impressionante perceber como esse reconhecimento se assemelha ao empreendido por Simone de Beauvoir, por exemplo, no seguinte trecho da obra “O Segundo Sexo”:

Se quero definir-me, sou obrigada a inicialmente declarar: “sou uma mulher”. Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é evidente [...]. A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos [...]. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem a mim: “Você pensa assim porque é uma mulher”. Mas eu sabia que minha única defesa era responder: “Penso-o porque é verdadeiro”, eliminando assim minha subjetividade. Não se tratava, em hipótese alguma, de replicar: “E você pensa o contrário porque é um homem”, pois está subentendido que o fato de ser um homem não é uma singularidade; um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada (Beauvoir, 2016, p.11-12).

Sem pretender estabelecer uma equivalência entre os dois autores ou criar similitudes que não existam⁶, o que esta aproximação pretendeu ressaltar é

⁶ Com efeito, o reconhecimento dessa situação não leva Simone de Beauvoir a defender a ideia de uma “natureza feminina” incomensurável com uma “natureza masculina”, como ocorre com Georg Simmel. A autora irá, diferentemente, questionar por que essa relação (masculino-feminino) adquiriu contornos de submissão de um polo ao outro em lugar de gerar o reconhecimento da reciprocidade. Assim, apesar dos dois autores perceberem que na relação masculino-feminino a mulher é colocada como “o Outro”, Simmel parece entender que se trata de uma consequência do próprio modelo de conceituação relacional – daí sua tentativa de fugir disso através da ideia de incomensurabilidade -, enquanto Simone de Beauvoir entende que se trata de um desvirtuamento da ideia de reciprocidade que ocorreu, historicamente, na relação “homem-mulher”. Nesse sentido, a autora escreve: *A categoria do Outro é tão original quanto*

o seguinte: Simmel não ignorou uma desigualdade filosófica da definição entre os sexos; antes, teceu reflexões sobre o tipo de pensamento que se estrutura tendo como referencial um polo masculino hegemônico, e o reconhecimento dos pontos negativos desse modelo o conduziu na construção das “naturezas” autônomas. A origem desse argumento é extremamente interessante e pode atuar como um mecanismo de lembrete à ponderação diante do conteúdo daquilo que Simmel efetivamente atribui como características das naturezas de um e outro sexo.

Curiosamente, o conceito de relação - do qual o sociólogo se afasta a partir da ideia de incomensurabilidade - desempenha um papel essencial para a tipologia da natureza dos sexos apresentada por Simmel. Talvez seja possível afirmar que a centralidade de sua distinção entre o que seria a “mulher em si” e o “homem em si” consista na capacidade diferencial desses sujeitos de atuar como seres relacionais. Essa capacidade, por sua vez, compõe o rol de características associadas a cada uma das índoles que facilitará, como veremos adiante, a identificação dos homens como agentes natos do processo de modernização. Assim, o sociólogo afasta a ideia de avaliação comparativa entre os sexos, mas reserva para os homens o monopólio das atividades relacionais. Com efeito, afirma ele: *o homem, pois, pensador, produtor, ator no consenso social, é, muito mais do que a mulher, um ente de relatividade* (Simmel, 1934, p.97-98, tradução nossa), em contraposição à mulher, está dotada de um *modo de ser unitário* (Simmel, 1934, p.20, tradução nossa). Essa diferenciação está didaticamente representada por Guy Oakes (1984) em um conjunto de dicotomias dos sexos: especialização, distanciamento, despersonalização, mediatividade e “tornar-se” masculinos *versus* uniformidade, integração, personalização, imediatividade e “ser” femininos.

Tais polaridades não são, em si, simmelianas, mas Oakes as utiliza na tentativa de analisar o que estaria por trás das demandas feministas da sua época. Ao passo que os modelos liberais e socialistas do feminismo acreditavam numa comensurabilidade, em que as formas de vida dos homens e das mulheres poderiam ser julgadas pelos mesmos parâmetros, o feminismo simmeliano, como coloca Oakes (1984), critica tal filosofia antropológica igualitária por fortalecer a crença de que possuir o mesmo status que os homens seria o melhor para as mulheres. A abordagem simmeliana, contrariamente, passou a adotar um modo *antirreducionista* (Oakes, 1984, p.36, tradução nossa), em que as formas

a própria consciência [...] a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar a Outra diante de si [...] o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto. Só que a outra consciência lhe opõe uma pretensão recíproca: em viagem, o nativo percebe com espanto que há, nos países vizinhos, nativos que o encaram, eles também como estrangeiro [...] Como se entende, então, que entre os sexos essa reciprocidade não tenha sido colocada, que um dos termos se tenha imposto como o único essencial, negando toda relatividade em relação a seu correlativo, definindo este como a alteridade pura? (Beauvoir, 2016, p.13-14).

de vida não podem ser igualadas e a experiência de ser mulher não pode ser reduzida a de ser homem. Vale salientar que o que se mostra presente com intensidade aqui é o termo chave de incomensurabilidade, no sentido de formas de vida que não são comparáveis. Simmel, nesse sentido, introduz a ideia de naturezas distintas e irreduzíveis.

Na sociologia de Simmel, a proximidade entre o centro e a periferia da substância feminina aparece como o *esquema fundamental de toda a psicologia feminina* (Simmel, 1934, p.95, tradução nossa). Trata-se das características de uma índole autocentrada, centrípeta e intensiva que o autor atribui às mulheres. Já a índole masculina estaria muito mais propensa a distanciar-se do próprio centro, o que propicia o seu envolvimento em atividades de representação, conhecimento e transformação criadora. Seria esta capacidade de distanciamento da própria experiência, necessária à sua objetivação, à sua colocação fora do sujeito, que não estaria inscrita na “natureza feminina”. Ela permanece em repouso, não em movimento. *Encerrada em si mesma, seu mundo gravita rumo ao centro que lhe é próprio* (Simmel, 1934, p.96, tradução nossa).

Tal atribuição de características revela o seu impacto para a capacidade diferencial de objetivação dos sexos quando se tem em mente que o processo de objetivação exige o exercício da capacidade de relacionar-se com outros elementos que não a própria essência. Na medida em que *conhecer e criar são movimentos de relação*, nos quais *nosso ser escapa, por dizer assim, de si mesmo, muda de centro* e opera a *relação com algo que justamente não está em relação conosco* (Simmel, 1934, p.97, tradução nossa) as mulheres de Simmel estão muitos quilômetros atrás dos homens na possibilidade de objetivar as próprias experiências. A própria lógica, quando significa *a mais perfeita separação e independência do normativo e do ideal frente a realidade viva, imediata, do espírito* (Simmel, 1934, p.103, tradução nossa) lhes é inacessível, porque nelas experiência e ideia permanecem indissociadas; tampouco lhes apetece a arte da demonstração, que pressupõe a diferenciação entre o pensamento e a verdade objetiva (Simmel, 1934). Ao descrever a teoria enquanto algo que não está em relação conosco e por isso exige um distanciamento de nossa própria experiência vivida, é possível observar que Simmel constrói o argumento da “desafinidade eletiva” entre a mulher e objetividade (Simmel, 1934). Na medida em que para Simmel apenas um dos sexos, o masculino, possui a característica de ser relacional, ele também concentra a possibilidade de alteração, mudança, historicidade. Portanto, ainda que o autor fale tanto de uma “natureza feminina” como de uma “natureza masculina”, apenas àquela primeira ele reserva a imobilidade como característica própria do seu ser. Sendo caracterizada justamente pela capacidade de sair de si, de vir-a-ser, do distanciamento e da dialética, a “natureza masculina” em Simmel não constitui a promessa de repetição cíclica que a natureza feminina encerra.

Partindo dessa perspectiva, tem-se que o problema, em Simmel, não seria o do acesso das mulheres aos conteúdos da cultura objetiva, já que isso não representaria objetivação da experiência única de ser mulher no mundo. Para o autor, a pergunta estaria em entender quais as circunstâncias nas quais a objetivação da experiência de ser mulher seria possível. É daí, todavia, que surge o paradoxo central da constituição de uma ontologia social em Simmel: em que medida esta inclui as mulheres enquanto seus indivíduos modernos?

Alguns estudos das teorias feministas nos ajudam a problematizar essas ambivalências. Anne Witz e Barbara Marshall (2004) buscaram analisar em que medida a masculinidade, operando como categoria constitutiva do social na teoria sociológica clássica, assegurou um *exílio metafísico da mulher* e uma *ontologia masculina do social* (Witz e Marshall, 2004, p.19, tradução nossa). As autoras apontam que a diferenciação dos sexos é integrante das visões sobre a modernidade na teoria sociológica desde as suas primeiras consolidações e, em Simmel, se mostra presente especialmente no que elas colocam como uma *ontologia profunda da diferença da mulher* (Witz e Marshall, 2004, p.25, tradução nossa), justamente na identificação explícita da modernidade como masculina e dos tipos incomensuráveis de ser humano (o ser homem e o ser mulher). Como as autoras propõem, o que também já foi indicado acima, as capacidades de diferenciação e objetivação são exclusividades masculinas. Nessa perspectiva, a constituição do indivíduo moderno e do sujeito histórico só se faz visível para os homens. Nos seus termos, *é o homem e apenas ele que é reconfigurado como sujeito masculino, animando e dinamizando as formas sociais e culturais da modernidade* (Witz e Marshall, 2004, p.26, tradução nossa).

Theresa Wobbe (2004) vai demonstrar que, na visão simmeliana, os homens se desenvolvem para ser o sexo especializado, enquanto as mulheres o sexo unificado e não diferenciado. Tal distinção teria raízes na divisão do trabalho, uma vez que apenas os homens estiveram presentes *no processo de racionalização e diferenciação funcional* (Wobbe, 2004, p.64, tradução nossa). Nas palavras de Wobbe, temos que:

Segundo Simmel, a intersecção e multiplicação dos círculos sociais tornam-se um indicador de individualidade e cultura. Aumentar a participação na modernidade se correlaciona com a expansão da agência individual. É dentro deste processo de diferenciação que a dissolução de círculos menores e ligações locais permite a mobilidade social. Mas apesar do surgimento de uma sociedade de multiesferas servir como uma força crucial da modernidade, este processo aplica-se apenas aos homens (Wobbe, 2004, p.62, tradução nossa).

Observa-se, portanto, o paradoxo da metafísica dos sexos simmeliana: ela constitui, na modernidade, a concepção de individualismo segundo a qual é sujeito o homem, não no sentido de ser humano (cultural), mas em sua natureza masculina (biológico). Cria-se, assim, a concepção do indivíduo-homem. Os

questionamentos sobre essa contradição estão no fato de que Simmel, em certa medida, introduz dimensões contextualizadas para pensar uma série de fenômenos, mas, quanto às mulheres, ele parece assumir a tendência de “biologizar” e aproximá-las da esfera da natureza em contraponto à dimensão do social. Assim, pensar por que as características femininas seriam contrárias à lógica da objetivação e, além, o que realmente caracterizaria a capacidade de criar cultura objetiva, é importante. Se compreendermos que, na teoria simmeliana, criar cultura objetiva perpassa processos de impessoalidade, racionalização, e, acima de tudo, o processo de distanciamento da própria experiência, questionar-se em que sentido os homens podem se distanciar da própria vida, e as mulheres não, é urgente, pois revela a pergunta central: em que medida essa diferenciação é um produto da modernização da sociedade e de formas sociais específicas ou em que medida ela é produto de naturezas metafísicas distintas?⁷

O problema reside no fato de que, se a cultura objetiva, como Simmel escreve em seus ensaios, reforça valores da mulher como intelectualmente inferior, por exemplo, pela sua *falta de capacidade lógica* (Simmel, 1934, p.104, tradução nossa) - ainda que ele tente quase sempre “amenizar” os argumentos indicando que eles não são defeitos, mas características -, essas noções parecem ir além de uma ontologia do social - em que a sociedade moderna criou uma mulher com tendências à uniformização e personalização, por exemplo - e se guiam para uma “metafísica”, enquanto concepção geral de como é o mundo, de qual a natureza das coisas, que orienta a concepção dos seres masculinos e femininos em Simmel. O “nó” que se apresenta como certa inconsistência e contradição na teoria da cultura de Simmel é que o autor tem uma noção dinâmica para essa, mas, no tocante às mulheres, tende a lhes circunscrever em uma dimensão “pré-moderna”. No momento em que ele afirma que a mulher é o ser estático, ele retira, em contraponto a todo movimento dialético que busca consolidar nas suas concepções de cultura objetiva e subjetiva, sua historicidade, tornando-a o ser essencializado em si, excluindo-a, em certo grau, das esferas, em movimento, do social e cultural.

Nesse aspecto, o contraponto proposto por Marianne Weber ao analisar os escritos de Simmel demonstram que a autora seguiu o caminho de compreender as mulheres enquanto categoria social, e não de forma essencialista. Assim, como coloca Wobbe (2004), enquanto Simmel elaborou um conceito do social marcadamente masculino, Weber desenvolveu um

⁷ Embora Theresa Wobbe (2004) fale de uma ontologia, importa ressaltar que utilizamos o termo “metafísica” no sentido de indicar que falar de uma ontologia social não necessariamente revela a concepção de uma existência fixa e imutável. Em Simmel, a ideia de ontologia faz referência ao que é o ser social para ele, permanecendo a ideia de que a natureza do ser social é seu caráter histórico.

conceito de cultura, em que, para ambos, homens e mulheres, o processo de individualização seria possível, incluindo-as, portanto, como parte do social. Ademais, a concepção de *mulher moderna* (Wobbe, 2004, p.60, tradução nossa), em Weber, tinha como ponto de partida justamente o movimento político de dedicação por parte das mulheres para a autodeterminação cultural e social. Simmel, talvez pela sua formação e/ou pelos seus próprios preconceitos, não foi capaz de incorporar a abordagem de Weber em seus escritos, o que, de certo modo, indica, mais uma vez, sua “escolha” pela dimensão excludente numa metafísica das mulheres que as distancia do social. Ademais, se em Simmel é o trabalho do homem que consolida a objetivação da cultura, por consequência, todos os processos advindos da divisão do trabalho e da economia monetária propostos pelo autor, como a individualização, a instrumentalização e a reificação, também só se aplicam a ele - inclusive porque a esfera doméstica que circunscreve as mulheres no espaço de menor raio da periferia ao centro não é espaço de produção da cultura, como Simmel a concebe. Assim, é ele, o homem, o indivíduo simmeliano que carrega consigo a capacidade de agência. Nesse sentido, talvez, é que possamos afirmar que a tragédia da cultura moderna simmeliana é, na verdade, a *tragédia da masculinidade* (Witz e Marshall, 2004, p.31).

Conclusão: o monopólio masculino do relacional

À título de conclusão, pudemos observar que as características atribuídas por Georg Simmel a um e outro sexo contribuem para aquilo que Witz e Marshall (2004, p.19, tradução nossa) chamaram de *ontologia masculina do social* e que nós chamamos, mais em acordo com Simmel, de uma metafísica da masculinidade que tem desdobramentos para sua ontologia social. Iniciamos com a ponderação de que Simmel justifica sua ideia de incomensurabilidade entre os sexos a partir do reconhecimento de que o critério supostamente neutro de avaliação dos comportamentos dos sexos é, em verdade, masculino. Não obstante, o fato de Simmel (1934) sustentar a autonomia do princípio masculino (revelando-o, portanto, como masculino e não mais neutro) a partir de uma metafísica da diferença entre os sexos não o impediu de constituir uma noção masculina do ser social, na medida em que todas as características que fazem do ser humano um ser social foram atribuídas pelo autor à “natureza masculina”, em contraposição à “natureza feminina”. Nesse sentido, o autor reatualiza, implicitamente, uma lógica que contrapõe a cultura, masculina, à natureza, feminina. A permanência dessa lógica, por sua vez, contribuiu para obnubilar as leituras sociológicas acerca de como a modernidade impactava a existência feminina e vice-versa.

Ao fazê-lo, Simmel contribuiu, em seu tempo, para encorpar uma narrativa que via os homens como os agentes naturais do social – e, consequentemente, da modernização. Esse tipo de universalização do particular

não se reduz à dimensão de gênero, mas pode ser pensado em termos raciais, coloniais, dentre outros. Neste sentido, um paralelo com a narrativa da modernização no Brasil pode ser ilustrativo. No fim do século XIX e começo do século XX fomentou-se a narrativa de que o imigrante europeu era o agente natural da industrialização e modernização brasileiras - em contraposição ao negro e ao indígena, aos quais eram atribuídas toda sorte de disposições anti-modernas como se naturais fossem - o que contribuiu para que outros grupos permanecessem mais longamente fora desses processos (Fernandes, 2008).

Considerando que a teoria impacta o mundo sobre o qual reflete - *ao representar relações de gênero, os textos sociológicos também as constituem* (Witz e Marshall, 2004, p.8, tradução nossa) – proposição que é coerente com a própria concepção simmeliana da dinâmica e dialética entre cultura objetiva e subjetiva - concluímos que a construção simmeliana do homem-relacional e da mulher-autocentrada se somou, no século XX, a pensamentos que contribuíram para manter as mulheres às margens não só da sociedade como do social, porque descrevendo-as, à semelhança do que foi feito com os negros e indígenas no contexto da modernização brasileira, como o agente anti-natural do espaço social. As estratégias das teorias e das epistemologias feministas de relerem os clássicos-têm sido um caminho estimulante para aprofundamentos de críticas e novas perspectivas. Embora este não tenha sido o caminho traçado neste artigo, esta parece ser uma via interessante para minimizar os problemas de hipergeneralização ilustrados aqui por meio da obra de Simmel.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CONNELL, Raewyn. Canons and Colonies: The global trajectory of sociology. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, p.349-367, maio-agosto de 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000200349. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da 'raça branca'**, vol. 1, 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.

OAKES, Guy. Introduction. In: Guy Oakes (ed) **Georg Simmel: on love, sexuality and women**. New Haven: Yale University Press, 1984, p.03-61.

SIMMEL, Georg. Cultura Femenina. In: **Cultura Femenina y Otros Ensayos**. Madri: Revista de Occidente, 1934, p.11-56.

_____. Lo masculino e lo femenino. In: **Cultura Femenina y Otros Ensayos**. Madri: Revista de Occidente, 1934, p.83-120.

_____. A Divisão do Trabalho como Causa da Diferenciação da Cultura Subjetiva e Objetiva. In: Jessé Souza e Berthold Oelze (orgs), **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Ed. UnB, 2005a, p.41-76.

_____. O Indivíduo e a Liberdade. In: Jessé Souza e Berthold Oelze (orgs), **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Ed. UnB, 2005b, p.107-114.

WITZ, Anne; MARSHALL, Barbara. The Masculinity of the Social: towards a politics of interrogation. In: Barbara Marshall e Anne Witz (eds), **Engendering the Social: feminist encounters with sociological theory**. Berkshire: Open University Press, 2004, p.19-34.

_____. Introduction: feminist encounters with sociological theory. In: Barbara Marshall e Anne Witz (eds), **Engendering the Social: feminist encounters with sociological theory**. Berkshire: Open University Press, 2004, p.01-16.

WOBBE, Theresa. Elective Affinities: Georg Simmel and Marianne Weber on gender and modernity. In: Barbara Marshall e Anne Witz (eds), **Engendering the Social: feminist encounters with sociological theory**. Berkshire: Open University Press, 2004, p.54-68.

Georg Simmel's theory of culture: the construction of the notions of man-individual and masculine monopoly of relational

ABSTRACT

The writings of Georg Simmel, one of the authors of the sociological canon, have been revisited by more contemporary studies of gender and feminist theory on what has been referred to as the woman question, the problem of the sexes and the possibility of a female culture. Within this theme, the objective of this article is to go through the author's argumentative construction about the incommensurability between the sexes, realizing how this argumentation is used to define as masculine the social domain itself. We start from a description of Simmel's theory of culture in order to introduce the contradictions between this theoretical framework and its characterization of the feminine. Secondly, we follow the construction of the incommensurability argument between the sexes, to then point out the characteristics that the author attributes to the masculine and feminine, with emphasis on the category of "relational". Finally, we draw conclusions about the relationship between these characteristics and the notions of modernity and the social, defending the idea that, by giving the feminine an intrinsically non-relational character, the author contributed to the construction of a conception of the individual as a man and social while male.

Keywords: Simmel, Theory of culture, Modernity, Gender.



Eficácia e efetividade da Lei Robin Hood: Estudo de Caso do Congado de Dores do Indaiá-MG a partir do enfoque do ICMS Cultural e de ações micropolíticas locais

Daniel Luiz Arrebola¹

Lilian Sagio Cezar²

RESUMO

Este artigo discute a eficácia e efetividade da política cultural, especialmente do ICMS Cultural mineiro, por meio da chamada Lei Robin Hood. A partir de pesquisa bibliográfica sobre Políticas Culturais cotejada à pesquisa de campo por meio de método qualitativo procedemos o estudo de caso junto aos congadeiros do município de Dores do Indaiá buscando compreender as formas de organização e micropolíticas construídas para conhecer e acessar às Políticas Culturais disponíveis visando a manutenção e visibilização de sua tradicional Festa do Congado. O texto é finalizado por meio da apresentação dos critérios por nós levantados que balizam a mensuração da eficácia e efetividade em relação às políticas de cultura mineira.

Palavras-Chave: Políticas culturais, Micropolítica, Cultura Popular, Congado.

Recebido em 11/01/2020

Aceito para publicação em 30/03/2020

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.29112>

Introdução

As festas brasileiras e expressões da cultura popular, também denominadas de festas folclóricas têm, a cada ano, enfrentado maiores dificuldades para garantir sua existência uma vez que gestores públicos adotam visões pautadas em cálculos financeiros demonstrando na prática pouca

¹ Mestre em Políticas Sociais (UENF) e Bacharel em Ciências Sociais (PUC-Rio). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES (PGCS/UFES). E-mail: daniellarrebola@gmail.com.

² Antropóloga. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF. Coordenadora da Unidade Experimental de Som e Imagem (UESI - UENF). Pesquisadora do NEABI (UENF), GEPMU (UENF), PESCARTE (IBAMA/ Petrobras/ FIA/ UENF). E-mail: lsagio@hotmail.com.

tolerância à diversidade religiosa e cultural³. Em muitos municípios, os poderes públicos locais não veem o investimento em festas e expressões da cultura popular como algo necessário ou importante. Em contrapartida, realizam investimentos em grandes shows, produção de programas de rádio e TV de difusão local, incentivo aos esportes etc.

A presente pesquisa focaliza, por meio de metodologia científica qualitativa e estudo de caso, as ações micropolíticas em contexto de festas e expressões da cultura popular numa tentativa de abordar variadas formas de organização de pessoas em escala diminuta, atuando em pequenas redes, comunidades, associações, grupos folclóricos, pequenos mutirões de festeiros, grupos de mestres de cultura popular, dentre outros, com o foco de dar visibilidade não somente às mais distintas formas de poder que incidem sobre o corpo de quem festeja, mas às negociações pautadas em específicos saberes, memórias, segredos, formas de transmissão e distribuição de conhecimentos e poderes produzidos historicamente a partir e por meio da própria festa.

Esse artigo é dedicado à análise da manutenção dos congados de Dores do Indaiá e de suas ações micropolíticas, desenvolvidas por congadeiros, observando sua eficácia e efetividade para a manutenção e salvaguarda desse patrimônio cultural de natureza imaterial. Tratamos o acesso e usufruto do ICMS de Patrimônio Cultural mineiro enquanto meio de financiamento de ações de salvaguarda cultural de bens materiais e imateriais. Para tanto elegemos o caso do congado de Dores do Indaiá, e investigamos ao longo do ano de 2018 e 2019 a micropolítica congadeira presente nas negociações, forma de distribuição, escolhas e usos dos recursos advindos e repassados por meio do ICMS Cultural para a manutenção dos grupos e Associações e Comissões dos cinco bairros, denominados pelos congadeiros de cinco reinos da festa do congado.

Michel Foucault, nas obras *Microfísica do Poder* (1971), *História da Sexualidade* (1976) e *Vigiar e Punir* (1976), bem como nas palestras feitas entre 1978 e 1979, trata o tema da micropolítica, ou micropoder, ao debater sobre as relações de poder, que está dissimulado em todo o mundo, em todas as relações físicas e sociais. Para o autor, a micropolítica é a maneira de desvencilhar a vida e as relações das esferas de poder criadas pelo mercado e consecutivamente dos governos, à medida que, seja sozinho ou em pequenos coletivos, os cidadãos

3 Citamos a postura do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, como exemplo. Ver <https://www.uol.com.br/carnaval/2020/noticias/redacao/2020/02/21/crivella-e-1-perfeito-a-manter-distancia-do-carnaval-do-rio.htm>

tomam suas próprias iniciativas e fazem suas escolhas sobre seus modos de vida (FOUCAULT, 1971).

Deleuze e Guattari (1996) afirmam que todas as relações humanas são segmentarizadas: “*habitar, circular, trabalhar, brincar, etc*” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 83). Os autores enfatizam que a sociedade vive em segmentos que podem permitir aos indivíduos recusar os dualismos sociais. Já o Estado possui seus próprios segmentos e segmentariedade. Para os autores a segmentariedade do indivíduo e a do Estado são inseparáveis, pois “*tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica*” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 90). As relações de ambas as esferas se influenciam mutuamente. Entretanto, apesar dessas influências de uma esfera para a outra, estudar os agenciamentos complexos a partir do molecular (micro) é suscetível a erros, tanto no campo teórico como prático. Ligando novamente a microfísica foucaultiana, Deleuze e Guattari (1996) reforçam que a micropolítica não é simplesmente a pequenez dos elementos, mas a natureza da massa, o fundo de toda a sociedade.

A festa é, segundo Roberto Da Matta (1997), um momento que está acima do tempo, carregado de valores, relações sociais e ideologias. Devido à centralidade de festas, paradas, desfiles e procissões para a construção e representação da cultura brasileira o autor aborda o carnaval comparativamente à parada militar buscando investigar as contradições da sociedade brasileira, a saber, as abissais diferenças hierárquicas construídas e mantidas no cotidiano em que preconceitos raciais, privilégios e desigualdades econômicas são afirmadas de maneira simbolicamente violentas. Da Matta (1997) afirma que a quebra do cotidiano realizada pela instauração espaço-temporal das festas, permite, momentaneamente, a suspensão e inversão das hierarquias sociais a partir do que se constrói experiências de igualdade e formas não discriminatórias de convivência social que, apesar do potencial libertário, não chega a ameaçar as estruturas de manutenção de poder.

Lançar mão do conceito de micropolítica e buscar descrever e analisar processos políticos observados ao longo da realização do congado dorense entre 2018 e 2019 pode permitir ampliar o debate sobre festas, fugindo de preconceitos que pairam sobre essa temática a partir de critérios que possam garantir a própria viabilidade financeira e prestação de contas públicas sobre sua realização por meio de critérios palpáveis, deixando pouco espaço para a associação da realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário às narrativas preconceituosas que tendem a alegar uma suposta desordem, depravação,

bagunça e outros adjetivos negativos como causas para cortes orçamentários e desrespeito aos princípios da diversidade cultural e liberdade religiosa secularmente transmitidos por meio do congado.

O ICMS de Patrimônio Cultural do estado de Minas Gerais

Os municípios mineiros possuem incentivos fiscais provindos do governo estadual que são repassados mensalmente. Esses recursos compõe a chamada Lei Robin Hood, cujo nome faz alusão ao personagem de conto de fadas que roubava dos ricos para dar aos pobres. A lei nasce da Constituição Federal de 1988, a partir do artigo 158, que estabelece as regras da distribuição do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e de 10% do Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) entre os municípios e estados. Do valor arrecadado, 25% devem ser encaminhados aos municípios (inciso IV), devendo ser repassado no mínimo, três quartos, e, o restante, como dispuser lei estadual.

Em Minas Gerais, se estabeleceu no Decreto-Lei nº 32.771, de julho de 1991, que a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios observa três critérios chaves: o Valor Adicionado Fiscal, Municípios Mineradores e Compensação Financeira por Desmembramento de Distrito. Com algum tempo, observou-se que a distribuição do ICMS realizada com base nestes critérios mostrava um alto grau de concentração de recursos nos municípios tidos como mais desenvolvidos, com economias mais ativas. Diante deste cenário pouco favorável para os municípios mais pobres, que apresentam atividade econômica inexpressiva, foi publicada em 28 de dezembro de 1995 a Lei nº 12.040, também chamada de Lei Robin Hood. Esta apontava novos critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, visando desconcentrar renda e transferir recursos para regiões mais pobres bem como incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais, induzir os municípios a aumentarem sua arrecadação e a utilizarem com mais eficiência os recursos arrecadados, e, por fim, criar uma parceria entre estado e municípios, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população destas regiões.

Em dezembro de 1996 foi publicada a Lei nº 12.428 que alterou a Lei nº 12.040/1995, melhorando a participação dos critérios: “*Área Geográfica, População, População dos 50 mais Populosos, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Produção de Alimentos e Receita Própria*” (Lei nº 12.428, 1996). Essa lei ainda sofreu outras alterações, porém, nenhuma delas

que impactasse o objetivo da análise deste trabalho que está focado no ICMS de Patrimônio Cultural. Também não é objetivo deste trabalho centrar-se na análise pura sobre a Lei Robin Hood e seus benefícios para os municípios mineiros, mas sim, mostrar como o recurso usado pelos congados chega a Dolores do Indaiá e sua importância para a manutenção do congado da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

Atualmente a Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa fundada em 1969 e vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, é a responsável pela análise da distribuição desses recursos. O Instituto ainda presta serviço a federação e municípios, além de empresas e organizações privadas, como universidades e outros institutos de pesquisa⁶. Em relação ao Patrimônio Cultural, o objetivo da Fundação João Pinheiro é “*Estimular a preservação das obras, paisagens e conjuntos arquitetônicos importantes para a memória do município*”, sendo sua periodicidade anual e a fonte de dados o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artísticos – IEPHA (BIONDINI, 2009, p. 22). Ainda segundo definição do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – CONEP – é indicado que os municípios possuam Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural, que são responsáveis pela gestão participativa dos recursos encaminhados via Lei Robin Hood para Patrimônio Cultural⁴.

Para Botelho (2006), as mudanças nas regras de pontuação do Patrimônio Cultural têm se aproximado do patrimônio imaterial, porém ainda está aquém do ideal e da fuga do modelo tradicional voltado apenas ao tombamento. Mas o autor ainda ressalta que há uma diferença para a proposta construída pelo IPHAN. Para o autor:

“Se, para o caso brasileiro, o IPHAN construiu uma argumentação baseada na necessidade de se preservar a memória da nação e de seu povo, este discurso parece não mais funcionar. Agora, torna-se necessário dar um sentido pragmático à preservação, donde se recorre a um apelo ao futuro e não mais ao passado. Em outras palavras, não é uma identidade construída com recurso ao passado que justifica a construção de um patrimônio cultural, mas uma identidade construída com recurso às necessidades comuns

4 Dados disponíveis em <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural>> acessado em 12 de junho de 2019, às 03h40

de sobrevivência em um mundo que é visto com uma qualidade de vida em rápida deterioração.”
(BOTELHO, 2006, p. 487)

Para Rangel (2008) a Lei Hobin Hood é uma referência como política cultural de salvaguarda no país. A autora reconhece que são necessárias mudanças para a ampliação dos alcances da lei, porém não se pode cair na falácia da revogação como proposta de construção de outro projeto de lei, argumento amplamente usado por governos liberais.

Efetividade e Eficácia em políticas sociais culturais – Por que abordar e avaliar?

A avaliação de políticas públicas é necessária para o planejamento e verificação dos resultados das políticas indicando custos, benefícios, consequências, impacto, avanços ou retrocessos das políticas, de forma a tentar garantir melhor implementação e ampliação de seus alcances (TAVARES, 2005). Avaliar uma política pública é verificar toda a engenharia institucional construída para que uma ação conquiste o resultado esperado (ARRETCHE, 1999; COSTA & CASTANHAR, 2003). Ainda é preciso ressaltar, conforme aponta Faria (2005), que a avaliação de Políticas Públicas é também um instrumento de transparência na aplicação de recursos.

Cada vez mais nos estados democráticos se aprimoram as ferramentas de avaliação, levando-se em conta os orçamentos cada vez mais baixos *versus* as demandas sociais cada vez mais gritantes, fruto do acirramento do mercado capitalista. Borges (2014) ressalta que a administração pública brasileira tem por costume realizar a avaliação *ex-ante*, na tentativa de antever os possíveis resultados das políticas, o que muitas vezes acaba por não possibilitar a construção de ações melhoradas. Ainda segundo Borges (2014):

“A avaliação de políticas públicas permite analisar o padrão de desenvolvimento que está sendo implantado, como vem sendo beneficiada a população-alvo, e se estão sendo alcançados os objetivos da política pública, apresentando informações relevantes sobre como está sendo seu processo de implementação” (BORGES, 2014, p. 18).

Todas as políticas são avaliadas, conforme indica o Tribunal de Contas da União - TCU - e a Controladoria Geral da União - CGU, em três pontos: Eficácia, Eficiência e Efetividade, o famoso 3 E's. Esses pontos constroem parâmetros mínimos de mensuração dos objetivos, resultados alcançados, previsões e correções que devem ser feitas na política (BRASIL, 2010). Segundos os manuais do TCU e CGU, eficiência em políticas públicas é a realização do máximo possível do objetivo usando com o menor percentual de recursos. A eficácia é conseguir conquistar o objetivo que foi proposto ao se desenhar a política e a efetividade é a capacidade de transformar o meio a partir do alcance do objetivo proposto pela política pública (ANTICO; JANNUZZI, 2008).

Para Sano e Montenegro Filho (2013), se os agentes públicos não estiverem verdadeiramente preocupados com os 3 E's não será possível conseguir impactos positivos nas políticas públicas. Além disso, buscar eficiência, eficácia e efetividade é a única forma de tornar as ações governamentais sustentáveis. Atualmente, todas as leis orçamentárias brasileiras, incluindo os Planos Plurianuais - PPA, estão baseados nas premissas dos 3 E's, apesar do PPA de 2012-2015 excluir a eficácia (BORGES, 2014).

Sendo assim, este trabalho não irá considerar a avaliação da eficiência, compreendendo que para a análise de micropolíticas não é primordial para a salvaguarda dos grupos utilizar seu recurso de maneira a obter mais bens e lucros, mas sim, garantir que os congadeiros tenham meios para conduzir e produzir sua festa em conformidade com a dinâmica conceitual nativa, seus saberes ancestrais, memórias, hierarquias e tradições, respondendo às expectativas e necessidades dos próprios congadeiros, enquanto principais agentes envolvidos.

Compreendemos que o poder público, no caso do município de Dores do Indaiá, tem o dever de criar políticas eficientes, porém, neste estudo de caso o recurso tratado é o ICMS de Patrimônio Cultural que é distribuído entre os próprios ternos⁵ para que eles mesmos coloquem ações em prática, e, estes recursos sejam investidos na manutenção dos próprios grupos, associações e ternos.

Em se tratando de política pública, sabemos que as metas podem não ser alcançadas, mas é no processo de avaliação que elas poderão ser repensadas de forma a garantir suas conquistas em uma próxima vez (BRASIL, 2010). Tavares

⁵ Termo usado pelos congadeiros como referência a composição de um grupo de congado.

(2005) aponta que o gestor deve se preocupar em realizar uma avaliação baseada em elementos palpáveis e confiáveis, para que os diagnósticos das políticas públicas mostrem se elas realmente estão sendo eficazes e efetivas ou não. Para Arretche (1999) Borges (2014), é preciso que a política pública incida e melhore a vida da população ou dos agentes beneficiados, sendo que toda ação política deve ser construída com essa intensão, caso contrário ela não passa de falácia.

Para o TCU, a efetividade é uma relação de impactos observados (já existente no local a ser implementado) *versus* impactos esperados (os objetivos que se pretende com a política pública), sendo que esses resultados devem ser analisados a curto, médio e, principalmente, longo prazo (BRASIL, 2010). Borges (2014) enfatiza ainda que no momento da avaliação deve-se observar se a mudança local está realmente acontecendo em decorrência daquela política pública ou por ação de outros agentes externos.

O Congado de Dolores do Indaiá-MG: Estudo de Caso

A cidade de Dolores do Indaiá, MG, localizada a 250 km a leste da capital Belo Horizonte, no centro-oeste mineiro, é amplamente conhecida pela sua secular tradição do Congado. Segundo informações do Secretário de Cultura da gestão 2016/2020, E. V⁶., estima-se que atualmente de 3 a 4 mil moradores da cidade atuam nestes grupos culturais, sendo que a população estimada da cidade é de 13.541, segundo dados do IBGE⁷. O primeiro registro documental das Congadas doloreses foi feito por escrito em 1943, por João Dornas Filhos, contudo o mesmo observa que as manifestações no local são “já centenárias” (RABAÇAL, 1976, p.26).

A hierarquia da festa estabelece que a Rainha Perpétua é a figura central do reinado do Congado, os Reis do Mastro e Rainhas da Bandeira do Mastro são os responsáveis pela confecção e administração destes dois objetos sagrados. Também existe os Reis e Rainhas de Promessa que são os devotos que recebem os ternos em suas casas para almoço e jantar. Os Reis e Rainhas de promessa que oferecem refeição para mais de um terno são denominados de Reis e Rainhas da Coroa Grande.

6 Como forma de preservação da identidade dos agentes entrevistados nesta pesquisa, seus nomes serão grafados com as duas primeiras letras iniciais em maiúsculas.

7 Dolores do Indaiá - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/dolores-do-indaia>, acessado em 29/01/2019, as 20h10.

No congado dorense existem quatro tipos diferentes de ternos, que “*são grupos identitários formados por pessoas, geralmente de núcleos familiares específicos, reunidas ao redor de princípios simbólicos, identitários, religiosos, que partilham memória coletiva e padrões culturais*” (CEZAR, 2012: 194). São eles os ternos de Moçambiques, os ternos de Congos (que são subdivididos em tipos específicos nomeados de Congo Vilão, Congo Penacho e o Congo Real), as Contradanças e os Catupés.

Os ternos de Moçambiques são considerados pelos devotos o grupo mais importante de todos na hierarquia da festa. Segundo a narrativa do capitão C.S., do Congo Vilão do bairro Juiz de Fora:

“De premero tinha dentro de uma gruta, numa praia, uma imagem de Nossa Senhora. Para tirá ela de lá, primeiro chegaram os índio e fizeram canturia e dança deles para imagem. Ai ela ficou de frente para eles. Só que quando saíram da gruta eles saíram dando as costas pra Nossa Senhora, intão ela permaneceu no local. Daí chegaram os escravos do Congo, que fizeram o mesmo ato com seus cantos e dança típicos. Novamente a imagem se virou para eles, só que ao saírem da gruta mais uma vez saíram dando as costas para Nossa Senhora que de lá ela permaneceu. Por fim, chegaram os escravos de Moçambique e sabiamente fizeram novamente cantos e danças, mas quando foram sai, dessa vez, saíram de fasto e olhando para Nossa Senhora e ela seguiu os escravos para o lado de fora”⁸

Versão semelhante é narrada pelos congadeiros e devotos mais velhos, ensinada e seguida pelos dançadores mais jovens. Essa narrativa constitui o mito de origem do congado, marco referencial por meio do qual é iniciada e justificada a tradição da louvação à Nossa Senhora do Rosário. Segundo o relato mítico o único grupo que conseguiu retirar a imagem de dentro da gruta foi o moçambique e este permanece sendo o mais respeitado e com as principais funções durante a festa das congadas. Brandão (1985) afirma que, para os dançadores dos congados há um sistema de razões religiosas que:

8 Entrevista realizada em 10 de agosto de 2018, na casa do referido capitão, aqui nomeado com pseudônimo.

“(...) atualizam os termos e as relações do mito de origem e conservam pela vigência, no modo como são a crença de todos, os motivos consagrados, pela fé e pela tradição local, de reprodução do ritual com o envolvimento dos seus figurantes, quase sempre antigos “pagadores de promessa” a Nossa Senhora do Rosário” (BRANDÃO, 1985, p. 83).

Em Dolores do Indaiá, no ano de 1947, a Igreja Católica, por meio da ação do bispo da diocese de Luz, Dom Manuel, a qual pertence Dolores do Indaiá, e da influência de outros bispos mineiros, proibiu a realização da festa de Nossa Senhora do Rosário pelos congados na cidade. Rubem Silva (2010) afirma que até então o Congado de Dolores do Indaiá foi marcado por uma “aceitação” da elite local, de pele branca, que permitiu a realização da festa desde que as influências das religiões de matrizes africanas fossem silenciadas e/ ou se tornassem invisíveis, uma vez que essas expressões e estéticas foram consideradas como “coisa de vagabundo”. Esta disputa, conforme destaca Silva (2010), tornou o congado o pivô de uma briga ideológica, de fundo político e religioso uma vez que a festa assume grande importância para a comunidade negra local, enquanto *locus* de afirmação de protagonismo cultural, religioso e étnico.

Diferentes estratégias foram adotadas pelos congadeiros para proteger seu interesse pela manutenção da festa: retirar da igreja, brigar com o pároco e guardar consigo a imagem de Nossa Senhora do Rosário; realizar a festa do congado em três locais distintos, com proeminência e reconhecimento da eficácia das ações do capitão de terno de congo Antônio Martins e sua família para a manutenção do congado. Em 1975 é organizada e fundada a primeira Associação Geral dos Congadeiros da Paróquia de Dolores, composta pelos congados dos bairros Juiz de Fora, São José e São Sebastião (CATAO, 2009). Os ternos que possuíam ligação com Antônio Martins estavam ligados ao bairro São Sebastião, bairro majoritariamente composto pela população negra e pobre da cidade, historicamente marcada pela falta de igualdade de oportunidade de oferecimento e acesso às políticas públicas essenciais para melhoria das condições econômicas, habitacionais, de educação e saúde pública. Somente no ano de 2010 os membros dessa família deixam o bairro de São Sebastião e fundam a Associação da Comunidade Antônio Martins.

Existe, atualmente, uma Associação Geral dos Congadeiros de Dores do Indaiá que é composta pelos congados dos bairros Juiz de Fora, São José, Antônio Martins, São Geraldo e São Sebastião e surgiu da consequente retomada de diálogo com a Igreja Católica Romana, na década de 1970. Desde então as decisões sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário passam a ser tomadas em conjunto por um coletivo responsável pela manutenção geral da Festa do Rosário. Esse coletivo foi responsável no ano de 1975 por criar a Diretoria Plena das Associações de Dores do Indaiá e, posteriormente, as Associações Comissões dos Congadeiros e dos Reinos, como da comunidade Antônio Martins, registrada em cartório no dia 28 de abril de 2017.

Segundo o Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros de Dores do Indaiá algumas mudanças foram, nesse meio tempo, feitas como a incorporação das cavalhadas como momento articulado ao congado, mudanças de trajetos dos cortejos e desfiles que passaram a abarcar a totalidade dos ternos e grupos existentes na cidade, com grande participação popular.

Cabe destacar que as decisões sobre cada um dos artigos que compõe o Estatuto da Festa foram concebidas e aprovadas coletivamente pela Diretoria Geral articulada às respectivas diretorias de cada Associação vinculada a esta. Ainda assim, existem pontos, ações e performances pautadas pela memória e costume que são reportadas à tradição e que, apesar de não estar explicitado detalhadamente no Estatuto, acontecem seguindo a lógica própria da hierarquia de saberes e fazeres do congado. Podemos citar como exemplo o levantamento dos mastros das bandeiras, que tem como prerrogativa a ação do pároco que exerce a função de dar aos grupos o sinal de que os mastros já podem ser levantados, contudo, são os capitães dos moçambiques que proferem a marcação estética e simbólica específica à festa, obedecida pelos demais congadeiros e, assim, após o sinal dado pelo pároco, organizam toda a subida das bandeiras. Enquanto isso, os bandeireiros se posicionam no local específico, à beira dos respectivos buracos da fincada de mastro, para assim garantir que nada considerado impróprio ou impuro entrará nele durante a subida, garantido a segurança simbólica da própria festa. Como tais detalhes são difíceis de apreender por meio da escrita, uma vez que estão pautados em saberes oral e performaticamente transmitidos, o Estatuto garante que é função da Diretoria Geral, enquanto soberana mandatária da festa, respaldar e assegurar que os preceitos e minúcias possam acontecer segundo seus próprios critérios.

Ainda segundo o inciso segundo do artigo trinta e cinco do Estatuto da Diretoria Plena, todas as despesas internas como paramentos e enfeites usados como velas, vestimentas usadas pelo pároco, auxiliares e coroinhas ao longo dos dias da festa etc., são de responsabilidade financeira da Igreja, por compreender que essa instituição possui seus próprios recursos financeiros, que, segundo o Estatuto, provém, além dos dízimos, das oferendas dadas no cofre aos pés de Nossa Senhora do Rosário. Já os congados, Diretoria Plena e Associação, são responsáveis pelos gastos externos como a instalação de gradis, segurança, show pirotécnico, etc. Esses gastos são, em sua maioria, custeados com o recurso proveniente do ICMS Cultural e de outros auxílios e doações feitas por comerciantes locais ou pelo poder público de Dores do Indaiá.

Dores do Indaiá, assim como outras cidades mineiras, recebe o ICMS de Patrimônio Cultural devido a seus bens arquitetônicos históricos tombados como a antiga Estação de Trem, hoje Centro Cultural. Além disso, segundo critérios do IEPHA, a salvaguarda dos bens protegidos pelo município, como o caso dos congados e folias de reis, também constitui fonte de pontuação do ICMS de Patrimônio Cultural, desde que sejam comprovadas suas ações de manutenção cultural. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, no ano de 2018 o repasse de verbas a Dores do Indaiá para Patrimônio Cultural foi de R\$ 282.039,35, sendo o repasse mensal entre R\$ 14 mil, no mês de novembro, a R\$ 28 mil, no mês de janeiro⁹. Em 2019, o município recebeu o valor total parcial¹⁰ de R\$ 156.733,31, sendo a arrecadação entre R\$ 11 mil no mês de janeiro e R\$ 19 mil no mês de outubro¹¹. Segundo a Secretaria Municipal de Cultura, este recurso é dividido de forma igualitária entre as Associações e Comissões dos cinco reinos que, por sua vez, administram o recurso conforme seus Estatutos. Em geral, cada Associação comunitária de congadeiros faz a divisão conforme quantidade de ternos existentes no seu reino. Na Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins, um dos cinco reinos, a divisão é feita de um recurso total de R\$10.000, sendo distribuídos R\$1.500 para cada terno e outros R\$4.000 usados para a manutenção logística da comunidade.

9 Dados disponíveis em < http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/transferencias/index.php?option=com_jumi&fileid=17> acessado em 23 de abril de 2019, as 23h45.

10 Até a data de conclusão deste trabalho, não foram disponibilizados no sítio da Fundação João Pinheiro os dados referentes aos meses de novembro e dezembro de 2019.

11 Dados disponíveis em < http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/transferencias/index.php?option=com_jumi&fileid=17> acessado em 03 de janeiro de 2020, as 10h32.

Os congados, por sua tradição histórica nascida no período escravista, ainda trazem explicitado em seu Estatuto, elementos tidos como importantes neste roteiro festivo. O inciso primeiro do artigo trinta e dois informa que a missa de abertura deve “ocorrer sempre no mês de maio no primeiro final de semana, mais próximo da Abolição da Escravatura” (art. 32 – inciso I, Estatuto da Diretoria Plena das Associações e Comissões dos Congadeiros). O parágrafo “a” informa ainda que é obrigatório a presença dos ternos nesta missa e, se não for possível, pelo menos o comparecimento de suas bandeiras.

O estudo de caso sobre as ações micropolíticas dos congados dorenses nos permite argumentar sobre a existência de representatividade política dos grupos entre si por meio do que acontece o acesso às medidas implementadas a partir das macropolíticas exigindo a avaliação dessas políticas públicas em sua relação com o campo micropolítico.

Os Estatutos, tanto o da Diretoria Plena como da comunidade Antônio Martins, materializam e conferem visibilidade pública a intenção manifesta dessas instituições de assegurar e exigir o comprometimento de todos os membros na realização anual da Festa de Nossa Senhora do Rosário, conforme as tradições congadeiras. Todos os artigos dos Estatutos estão presos a essa questão central que têm pôr fim a manutenção da festa, que pode ser compreendida enquanto salvaguarda dos grupos e do próprio patrimônio cultural imaterial. Além disso, no Estatuto da Diretoria Plena existe a preocupação com a harmonia e manutenção da vida dos congadeiros e da comunidade doreense como um todo. A cidade de Dores do Indaiá possui mais de 3 mil congadeiros para uma população de pouco mais de 13 mil habitantes. O zelo pela segurança e harmonia entre as pessoas que integram e participam da festa diz respeito ao potencial de pessoas atraídos, nos mesmos dias e horários, para um mesmo local.

Não podemos deixar de mencionar a efetividade para os devotos, pois, em ambos os Estatutos, garante-se as regras para o auxílio às Associações e Comissões e, também para os devotos assegurando e garantindo modos de pagamento de promessas. Para os que mantém sua fé através dos congados ter a certeza de que o pagamento de sua promessa à Virgem do Rosário é a maneira primeira de perpetuar a tradição. Não podemos esquecer que o pagar a promessa gira em torno de um ciclo de dar-receber-retribuir, portanto de dádiva (MAUSS, 2003), que começa nas casas dos devotos que dão alimento aos congadeiros e esses, por sua vez cantam, dançam e tocam instrumentos para que “(...) *por meio dos santos da Congada, a promessa seja cumprida e as bênçãos continuem a*

chegar naquela casa que foi ritualmente cantada pelo capitão do terno” (CEZAR, 2010, p. 110). Sendo assim, garantir a comunhão da comunidade congadeira é forma exemplar de tornar efetivo a micropolítica das Associações.

Pelo cotidiano da Festa de Nossa Senhora do Rosário, é possível perceber, durante a pesquisa de campo e entrevistas com congadeiros e festeiros, que a micropolítica dos grupos e dos reinos é eficaz por garantir sempre o mesmo modo de realizar a tradição. Os congadeiros mais velhos, principalmente os capitães dos ternos de origem, como o Moçambique do bairro Juiz de Fora, são sempre consultados sobre novidades que podem tornar a Festa diferente do que é conhecida por todos. A Rainha Perpétua também é muito requisitada e opina sobre as ações, não só nas reuniões da Diretoria Plena, mas em sua própria residência onde os congadeiros a procuram para falar sobre os ternos e as comunidades. Os modos operantes da Festa de Dores do Indaiá são mantidos por uma espécie de contrato tácito que envolve moradores, devotos, congadeiros, Igreja e poder público, envolvidos numa rede de circulação de saberes e narrativas que se reportam à memória e a tradição, mas que ouvem a última palavra de permissão ou restrição vinda das lideranças da própria festa, respeitados e reconhecidos enquanto guardiões da tradição do congado.

Durante as pesquisas em Dores também pudemos perceber a efetividade das relações micropolíticas quando, principalmente devotos e moradores, relatam como, ano após ano, a cidade tem ficado cada vez mais cheia durante a festa e até o número de ternos tem crescido. Durante a Festa de 2019, W.M. contou que sua comunidade possuía dois novos grupos e que, no mesmo ano, mais dois novos ternos formados somente por mulheres haviam surgido na cidade. Assim, focar as relações micro e macropolíticas de Dores do Indaiá permite compreender nuances e processos de mudança na própria festa. Do mesmo modo, a tradição congadeira é uma manutenção de cultura e devoção que, paradoxalmente, acaba trazendo modificações para a pequena Dores do Indaiá, seja com o crescimento dos grupos, por meio das Congadas Mirins e do apoio aos ternos, seja com o alcance dos devotos que querem pagar suas promessas aos grupos de maior predileção. Do ponto de vista dos congadeiros, o importante é agenciar as políticas disponíveis visando a própria manutenção de sua festa para as gerações futuras.

Para esta pesquisa as principais fontes de medida a serem adotadas para as micropolíticas dos congadeiros são a efetividade e a eficiência, cuja mensuração não está pautada em critérios numéricos e contabilísticos, demandando assim a realização de pesquisa qualitativa. Mesmo que para

realizar a Festa do Rosário as comunidades usem recursos financeiros providos das posses das Associações e Comissões e das verbas repassadas via ICMS Cultural vale ressaltar que congadeiros não constroem anualmente o congado visando angariar fundos ou realizar lucros. Esses recursos provenientes de parcela diminuta do ICMS Cultural são usados pelos congadeiros apenas para cobrir os custos relativos à produção da festa e, como reforça o Estatuto da Comissão dos Congados da Comunidade Antônio Martins, todo o superávit é usado para a manutenção dos grupos.

Considerações finais

A intenção dessa pesquisa não é a de criar parâmetros gerais a serem seguidos, mas sim pensar a atuação voluntária dos grupos, de forma solidária, de uma maneira que consiga articular as esferas micro e macro políticas. Em Dores do Indaiá observamos que as Associações recebem os recursos advindos da esfera macro (ICMS Cultural) que distribuem aos ternos e que, estes, por sua vez, devolvem suas atividades com relativa autonomia sem deixar de se pautar nas especificidades dessa expressão cultural, constituindo assim um novo ciclo de dádivas a partir da festa do congado.

As ações micropolíticas observadas junto dos congadeiros, entabulada em seus pequenos núcleos (ternos) e de forma associativa, vai de encontro ao debate de Foucault (1977) sobre as formas alternativas de resistência e enfrentamento diante das técnicas de governos e políticas totalitárias e individualizantes do poder em razão do Estado. O filósofo francês procura uma rota de fuga dos micropoderes individuais do jugo dos macropoderes, constituindo assim pequenas organizações políticas de enfrentamento. No caso analisado, as Associações e os próprios congadeiros, conseguiram se articular em um modelo de tomada de decisão onde os poderes tradicionalmente hegemônicos, Poder Público local e Igreja, estão agora a serviço do congado, participando de uma dinâmica de dádiva que possibilita a existência da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Ainda existem embates de espaço, onde cada vez mais novos grupos surgem em um cenário onde uma determinada tradição mítica é contada, em forma de canto e dança, por grupos originários. Alguns dos grupos mais novos são liderados por representantes da elite local, seja ela social e/ou política. Contudo, é perceptível que a associação micropolítica congadeira permite que os representantes tradicionais do congado assumam as principais lideranças da manutenção dos reinos e da festa como todo.

A existência de mecanismos políticos culturais como os da Lei Robin Hood permite que modelos de organização micropolíticas, como os congados dorenses, se fortaleçam e perpetuem suas ações na medida que o incentivo financeiro ajuda na manutenção de compras de instrumentos, vestimentas e outros objetos que são usados para a construção da performance que anualmente permite o rememorar da tradição mítica por meio da própria Festa de Nossa Senhora do Rosário. É importante ressaltar ainda que é preciso que novas políticas culturais de incentivo sejam construídas no território nacional e que estas dialoguem verdadeiramente com as organizações mantenedoras e produtoras das festas brasileiras e expressões da cultura popular, também denominadas de festas folclóricas.

Ao buscar descrever a micropolítica do Congado de Dores do Indaiá é possível dar subsídios para a construção de um modelo focado na prática cotidiana dos grupos visando sua salvaguarda, visibilização e manutenção. É importante frisar que a dedicação começa dentro de cada terno quando os mesmos defendem suas memórias, saberes e tradições buscando garantir sua existência plena a partir de específico modo organizativo.

Referências

- ARRETCHE, M. T. S. **Tendências no estudo sobre avaliação. In: Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate.** RICO, Elizabete Melo (org). São Paulo: Cortez/IEE, 1999.
- ANTICO, C. e JANNUZZI, P. M. **Indicadores e a gestão de políticas públicas.** Fundaj, 2008.
- BRANDÃO, C. R. **A festa do Santo de Preto.** Goiânia: Fundação Nacional de Arte – Instituto Nacional de Folclore. Universidade Federal de Goiás – Editora, 1985.
- BIONDINI, I. V. F. **Lei Hobin Hood – Lei 18.030.** Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 2009.
- BORGES, M. H. **Eficiência, Eficácia e Efetividade para execução de políticas públicas sustentáveis: um estudo de caso no Ministério da Cultura.** 2014. 48 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Ambientais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- BOTELHO, I. **Políticas culturais: discutindo pressupostos.** In: Nussbaumer, G. (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007, p. 171-180.

- BOTELHO, T. R. **Patrimônio Cultural e Gestão das cidades: Uma análise da Lei do ICMS Cultural de Minas Gerais**. *Habitus*. Goiânia, v. 4. n. 1, p. 471-492, jan/jun. 2006.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de auditoria operacional**. 3 Ed., TCU, Brasília, 2010.
- CEZAR, L. S. **O velado e o revelado: imagens da Festa da Congada**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 2010.
- CONEP – Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – MG, **Normativa nº20/2018**, Belo Horizonte, 2018.
- COSTA, F. L. e CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37 n. 5, 969-992, set./out. 2003.
- DAMATTA, R.. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro – RJ: Rocco, 1997.
- DELEUZE, G., & GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1995.
- FARIA, C. A. P. **A política de avaliação das políticas públicas**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.20, nº 59, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1971.
- _____. **Uma introdução à vida não facista**. *Cadernos de subjetividade* (Num. Esp.), 196-200, 1996.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LEI 12.040/1995. **Lei Robin Hood**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 28/12/1995.
- LEI 12.428/1995. **Lei Robin Hood**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 27/12/1996.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- RANGEL, M. M. **A municipalização da proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais**. FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte ,v .2 ,n 1, jan /abr. 2008.
- SANO, H. e MONTENEGRO FILHO, M. J. F. **As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas**. *Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, ano 11, nº 22, p. 35-61, 2013.

SILVA, R. **Negro católicos ou catolicismo negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

TAVARES, E. **Avaliação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável: Dilemas Teóricos e Pragmáticos.** In: *Holos – IFRN*. p. 120-129. On line. Ano 21, maio, 2005.

Efficacy and effectiveness of Robin Hood Law: Case Study of *Dores do Indaiá-MG*' Congado by focusing on Cultural ICMS and micro-local actions

ABSTRACT

This article discusses the effectiveness and effectiveness of cultural policy, especially the Minas Gerais Cultural ICMS, through the Robin Hood Law. From a bibliographic research on Cultural Policies compared to field research through a qualitative method, we proceeded the case study with the congadeiros of the municipality of Dores do Indaiá seeking to understand the forms of organization and micropolitics built to know and access the Cultural Policies available aiming the maintenance and visibility of its traditional Festa do Congado. The text is finalized by presenting the criteria we have raised that guide the measurement of effectiveness and effectiveness in relation to the culture policies of Minas Gerais.

Keywords: Cultural policies, Micropolitics, Popular culture, Congado.



Apresentação dossiê: Ativismo digital

Paulo Edgar R. Resende¹
Cássio Brancaleone²

O presente dossiê traz resultados de estudos e pesquisas enfocadas na política que ocorre por vias da hiperconectividade digital. As novas tecnologias e as redes sociais online têm oferecido possibilidades inéditas para mobilização de ativistas e difusão de narrativas e projetos políticos. Isso ocorre tanto em prol de direitos, liberdades e bem-estar coletivo, como ao contrário, voltadas para o controle, a repressão e o cerceamento de direitos e liberdades. Se por um lado abriu-se a possibilidade de qualquer pessoa expressar e difundir suas ideias, opiniões e fortalecer suas lutas políticas sem os intermediários do mercado editorial, midiático ou das instituições políticas, por outro, deslocou-se o campo da produção de subjetividade para um território de manipulações algorítmicas controladas por interesses mercadológicos.

A hiperconectividade, em que verificamos sujeitos permanentemente conectados e concentrando a maior parte de seu tempo pessoal em computadores e celulares conectados na internet, fazem com que a exposição a conteúdos de terceiros e o acesso a dados pessoais crie uma economia política em que todos voluntária ou involuntariamente contribuem com a emergência de novas modalidades de exploração e manipulação. A partir de conteúdos acessados, produzidos ou compartilhados pelos usuários,

“as plataformas se alimentam de dados pessoais que são tratados e vendidos em amostras com a finalidade de interferir, organizar o consumo e as práticas dos seus clientes. (...) A grande concentração das atenções e do

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona, UAB, Espanha. Professor do programa de Pós-graduação em Sociologia Política, do curso de graduação em Relações Internacionais e de disciplinas EAD da Universidade Vila Velha – ES. E-mail: pauloedgar.rresende@gmail.com.

² Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do curso de Ciências Sociais e coordenador adjunto do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul - campus Erechim. E-mail: cassiobrancaleone@gmail.com.

dinheiro dos demais segmentos da economia nas plataformas se dá porque elas conseguem modular as percepções e os comportamentos em escala inimaginável até sua existência” (Da Silveira, p. 35).

Desta forma, a partir dos algoritmos e dos conteúdos processados, catalogados e seletivamente oferecidos aos sujeitos conectados, as percepções e opiniões são afetadas por empresas interessadas em identificar perfis comportamentais e opinativos de indivíduos, para então fornecê-los informações ou publicidades que possam estar melhor adequadas às suas preferências pessoais. A partir dessas preferências supostamente detectadas pelo controle e manipulação dos metadados individuais de navegação e uso da rede, se produzem as bolhas virtuais em que se reduzem o escopo de acesso ao mundo conectado. Por fragmentar o acesso à informação, se produz uma comunicação truncada e modulada, com o pretexto de melhor servir ao consumidor e superar a concorrência. O efeito disso, segundo Castells (2000, p. 23) é a *“alienação entre os grupos sociais e indivíduos que passam a considerar o outro um estranho, finalmente uma ameaça. Nesse processo, a fragmentação social se propaga, à medida que as identidades tornam-se mais específicas e cada vez mais difíceis de compartilhar”*.

Nesta apropriação do meio digital pelas firmas do capital, o ativismo, principalmente aquele que se pretende anticapitalista ou de resistência à sociedade de controle, encontra algumas contradições importantes que podem minar sua luta. Ora, se o capitalismo tem se reestruturado para se adequar à sociedade da informação, o mesmo caberá aos ativismos políticos e movimentos sociais que pretendem construir outras sociabilidades. Diante de um sistema que tudo vigia e a todos controla a todo momento, a resistência, como sugere Deleuze (1999), apresenta maior perigo ao sistema na ação do vírus e da pirataria, pois escapam às modulações de captura. Nas redes, tudo o que se consome ou se produz está sujeito à captura, seja pelos panópticos ainda existentes que vigiam sem serem notados, seja pelos dispositivos de marketing personalizado que se servem dos dados e metadados de navegações.

O poder das grandes corporações nesse meio digital é descentralizado e difuso e se retroalimenta em rede onde o sujeito voluntariamente se coloca como ativo e passivo. Os indivíduos já não são únicos, tornam-se “divíduos” (Deleuze, 1999), divididos como consumidores de produtos de setores específicos ou consumidores políticos, sujeitos a determinadas informações e conteúdos direcionados. São ainda mais profundamente divididos nas esferas *on-line* e *off-*

line, de forma que o comportamento que adotam em uma rede social pode ser completamente distinta daquela praticada na sociabilidade física não digital. De algum modo isso possibilita o protagonismo de *haters* e milícias de linchamentos ou cancelamentos virtuais, que podem lhe alvejar em uma rede social digital ao mesmo tempo que, sem perceberem, sentam ao seu lado no ônibus ou na mesa de um restaurante.

Nesse contexto, a orientação mercadológica e os algoritmos das redes sociais trazem desafios analíticos para a compreensão dos processos de formação de opiniões e de mobilização social, assim como da intensificação de polarizações e antagonismos nas lutas sociais e políticas. Com isso, abre-se também distintas frentes de problematização interdisciplinar, em torno do ativismo, da militância na micro e na macropolítica, das formas de sociabilidade, da alteridade, das afirmações identitárias e performatividades, do etnocentrismo e da intolerância, das relações e redes de poder, das lutas por hegemonia, das buscas por representações e reconhecimentos, do punitivismo, do controle e dos monitoramentos, das estratégias e quadros discursivos, na produção de *fakenews*, e etc.

Entender os efeitos dessas novas sociabilidades digitais requer estudos que dêem conta de muitas variáveis e dimensões, com os quais este dossiê pretende modestamente colaborar, principalmente no campo do ativismo. A era digital tem apresentado novos desafios para compreender as interações sociais, sejam elas individuais ou coletivas. A profusão de estudos que buscam dar conta desse acontecimento atual não pode dar menos importância para o ativismo *online*. Exatamente por mesclar o individual e o coletivo de uma forma nunca verificada no mundo físico o tema merece estudos mais aprofundados. Atua-se coletivamente na medida em que posicionamentos são propagados em série, sem necessariamente haverem se programado para tal, mas reproduzindo os mesmos conteúdos, vídeos, blogs, reportagens sérias ou falsas.

O ativismo digital ainda oferece a possibilidade de uma atuação desprendida das centralizações políticas, econômicas e midiáticas. Qualquer adolescente que edita memes ou faz vídeos no youtube tem condições da noite para o dia de ver suas publicações ou produções serem veiculadas por incontável número de pessoas, sem o intermédio das grandes emissoras de televisão, rádio ou jornal. Na realidade, o intermédio empresarial se faz presente também na internet, pois as publicações viralizadas ou não, dependem de plataformas de divulgação e associação, as redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube, que são controladas por empresas privadas orientadas ao

lucro e cotizadas nas bolsas de valores.

A diferença em relação ao anterior domínio sobre os meios de comunicação tradicionais, é que o controle sobre os conteúdos dessas redes é escasso e terceirizado pelos próprios usuários, que denunciam as postagens que consideram ofensivas ou violadoras de direitos autorais. Da antiga centralização de conteúdos, verifica-se uma ampla difusão e descentralização, da produção e do controle sobre a produção. Essa descentralização não significa que as empresas altamente lucrativas do mercado de redes sociais digitais não estejam elas próprias intervindo na produção e circulação de conteúdos. Seus algoritmos captam e processam as preferências, os hábitos, os valores e formas de pensar dos usuários, capacitando-as a filtrar e direcionar o fluxo de postagens e de propagandas entre os usuários.

Para os ativistas, a forma de divulgação, filtragem e circulação de postagens apresentam a possibilidade de aglutinar para o usuário receptor aquelas que melhor coincidem com suas opiniões políticas, detectadas a partir das postagens que curtem, páginas que seguem, temas que buscam, etc. Para os ativistas interessados em divulgar suas narrativas, pode ser vantajoso que suas mensagens estejam sendo direcionadas para aqueles já aptos a aprovar, aceitar e reencaminhá-las a terceiros. Por outro lado, as bolhas também criam fechados circuitos ideológicos que não favorecem o debate, o intercâmbio de ideias ou a expansão de propostas políticas para além do campo que essas já encontrem receptividade. Ainda assim, as redes sociais digitais apresentam vantagens para ativistas engajados na mobilização de protestos e outras táticas de contestação, devido principalmente à velocidade com que conseguem fazer circular suas mensagens de convocação a elevado número de pessoas.

Na contribuição para o debate que este dossiê apresenta, Milena Martins e Moema Guedes discutem o singular caso das feministas evangélicas no Facebook. No contrassenso dos agonismos que se fazem possível diante de tantos antagonismos identitários, as redes sociais colaboram para o encontro de singularidades afins, potencializando-as em improváveis alianças. Nessa mesma esteira do ativismo que busca o encontro de afinidades facilitado pelas redes digitais, Marcelo Castañeda discute a plataforma de petições *Avaaz* em seus processos de produção e disseminação de reivindicações sociais. A noção de contra-poder é utilizada pelo autor para avaliar a potência política do mecanismo cuja comunidade envolvida reúne dezenas de milhões de participantes. Patrícia Pavesi e Júlio Valentim discutem os sentimentos escondidos por trás da letra fria de *hashtags* e avatares, intercambiados eletronicamente por via de bytes e

algoritmos nas redes sociais digitais, a partir do acontecimento gerado com o assassinato da vereadora Marielle Franco. As comoções provocadas, a favor e contra, demonstram a importância política do evento que após dois anos ainda não teve todos os detalhes do crime desvendados. De todo modo, já se sabe que os assassinos estão envolvidos com a mesma milícia do Rio de Janeiro que possui conexões com o Presidente da República e seu filho Flávio Bolsonaro. No campo das narrativas do ativismo digital hodierno, explicitando que não há monopólio progressista da militância, Pablo Rosa, Aknaton Souza e Giovane Camargo desenvolvem uma cibercartografia daqueles que os autores denominam novíssimas direitas. Amparados em discursos e narrativas raivosas e táticas de produção de antagonismos nas redes sociais, esses militantes se utilizam amplamente de memes, *fake news*, teorias conspiratórias e linchamentos virtuais para desmoralizar aqueles que praticam ou defendem o que denominam “ideologia de gênero”. Já na entrevista de Amador Fernández-Savater, Franco Ingrassia e Rodrigo Nunes, que traduzimos para este dossiê, a discussão sobre o ativismo digital retorna ao campo progressista, aproveitando a experiência internacional de pesquisa-ação dos autores e a explosão de ativismos por vias digitais dos últimos anos. Os autores avaliam as oportunidades e os desafios da grande expansão de conexões do ciberativismo, diferenciando-o do ativismo anterior, e discutindo o papel da leitura e do pensamento nas mobilizações e estratégias de ação.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu. “A noção de modulação e os sistemas algorítmicos”. DA SILVEIRA et al (orgs). **A Sociedade de Controle: manipulação e modulação nas redes digitais**. São Paulo: Hedra, 2018.

DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2008.



Feminismo e religião: uma análise das feministas evangélicas na rede social

Milena Geisa dos Santos Martins¹

Moema de Castro Guedes²

RESUMO

O presente artigo pretende debater, através do caso das feministas evangélicas, o papel que a internet vem assumindo como canal condutor (e difusor) de lutas sociais, particularmente o feminismo. Diversos grupos minoritários que lutam por reconhecimento social vêm se apropriando deste espaço e criando novas dinâmicas de mobilização e luta a partir destas ferramentas de comunicação. Segundo a literatura pesquisada, o Facebook é a rede social mais utilizada quando o objetivo é a mobilização social. Por isso escolhemos nos debruçar sobre um grupo e duas páginas de mulheres no Facebook, que afirmam ser cristãs/evangélicas e também feministas, justamente pelo antagonismo que essa dupla pertença aparenta ter e pelos possíveis grupos de interesse que as temáticas despertam na rede. Desse modo, buscamos destacar alguns elementos particulares a este segmento estudado e outros comuns a grupos políticos que vem se utilizando do ativismo digital

Palavras-Chave: Gênero, Religião, Rede Social, Ativismo Digital.

Recebido em 30/03/2019

Aceito para publicação em 04/01/2020

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.24049>

Introdução

Embora aparentemente antagônicos enquanto ideários, o feminismo entre mulheres evangélicas vem crescendo e nosso objetivo com o presente

¹ Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: milenamartins18@gmail.com.

² Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: moguedes@yahoo.com.br.

trabalho é mostrar que o ativismo no meio virtual assume papel importante ao ampliar as formas de expressão e diálogo deste segmento que se identifica simultaneamente com ideais mais igualitários entre homens e mulheres e seguem sendo praticantes da religião evangélica.

Nossa porta de entrada na questão foi o grupo virtual “Feministas Cristãs” e as páginas “Evangélicas pela igualdade de gênero” e “Frente evangélica pela legalização do aborto”, todos acessíveis através do Facebook. Nestes ambientes virtuais, realizamos uma análise dos conteúdos e discussões suscitadas por diversos tópicos durante seis meses. Em linhas gerais, tratam-se de fóruns onde as mulheres esclarecem, colhem e apoiam umas às outras, mencionando suas ideias e expondo sua militância através de uma interpretação da bíblia tida por elas como não machista, na qual vê-se um Cristo amoroso e não punitivo.

Percebemos a internet como um lugar de maior liberdade de expressão, no qual a voz feminina não seria silenciada e/ou constrangida como costuma ocorrer nas igrejas. O meio virtual proporcionaria não só a liberdade como também visibilidade. Desse modo, é possível alertar mulheres sobre as mais variadas questões que perpassam seu cotidiano, fazer denúncias sobre ocorrência de violência doméstica e até mesmo a respeito de assédio cometido em meio eclesial, praticado por lideranças ou membros do gênero masculino.

Entretanto, embora a internet seja um espaço tido como democrático, de rápida disseminação de conteúdo, notamos que as ideias das feministas evangélicas encontradas na rede atuam em um círculo de certo modo restrito, assumindo pouca repercussão. Através das evidências encontradas constatamos grande reação dos indivíduos com posicionamentos políticos e religiosos tradicionais, com pouca abertura ao diálogo ou efetiva troca de ideias. A discordância desse segmento conservador geralmente resulta em ataques virtuais a essas mulheres, principalmente quando se trata de posts a respeito da legalização do aborto.

Em relação aos comentários contrários recebidos pelos grupos, não percebemos nenhum registro de feministas seculares. Entretanto, as recorrentes objeções e ataques vieram de indivíduos religiosos com concepções mais tradicionais a respeito do desempenho dos papéis e das relações e práticas sociais de gênero. É importante destacar que embora a discordância (e até mesmo ataques verbais) se manifestem por meio de indivíduos de ambos os sexos, os homens foram os principais responsáveis pela manifestação da violência na rede.

Feminismo e religião: um encontro possível

Becker (2007) afirma que ao fazermos uma pesquisa não devemos ir a campo esperando saber todas as respostas. Nesse sentido, a ciência deveria ser contra intuitiva e levantar questionamentos sobre os quais de fato não conhecemos análise óbvia. Pensar as mulheres evangélicas e sua dupla pertença nos ajuda a indagar possíveis rupturas e continuidades nestes campos permeados de preconceitos e estereótipos do senso comum. Em uma visão idealizada as mulheres evangélicas aparecem como submissas, acrílicas e de extrema dedicação aos desejos dos pais, maridos e pastores. Partindo do princípio antropológico de estranhar o familiar e familiarizar o exótico buscamos analisar os discursos destas informantes, trazendo à tona tensões e resistências que eles acionam.

Rosado-Nunes (2001), através de um debate teórico central, lança-nos a pergunta: *será mesmo possível um encontro entre o feminismo e religião?* Embora, segundo a autora, não seja usual que os estudos da religião contemplem a temática de gênero e os estudos de gênero não possuam seu foco na religião, eles são contemporâneos um ao outro. Ambos surgiram no meio acadêmico durante as décadas de 1950 e 1960 do século XX. Na perspectiva da autora, as feministas teriam objeção em relação a religião pois a veriam como um espaço de opressão feminina, no qual o pensamento patriarcal retroalimenta as diferenças sexuais e reafirma as obrigações sociais de gênero. Embora haja, segundo ela, feministas que defendam a possibilidade de reformar as doutrinas e práticas religiosas, poucas são as pesquisas que debruçam suas análises acadêmicas sobre o comprometimento das mulheres com a religião.

Para o feminismo, a religião frequentemente foi pensada como uma forma de controlar as mulheres e de mantê-las em posição de subordinação, tanto na sociedade quanto na própria estrutura religiosa. Entretanto, Woodhead (2002), defende que é preciso estudar a condição do gênero dentro religião para além de qualificações positivas ou negativas sobre a aplicabilidade da religião na vida das mulheres. Nesse sentido, não deveríamos pensar as mulheres apenas como marionetes do patriarcado, mas sim como agentes racionais. Ou seja, para a autora, não se trata apenas de análises valorativas da religião sobre o gênero, seria possível (e necessário) construir discussões mais críticas a respeito do fenômeno.

É na teologia feminista³ que podemos encontrar a união e a articulação destes dois campos do saber, ainda que de modo incipiente. Segundo Rosado-Nunes (2001), os estudos de religião e gênero se estabeleceram no meio acadêmico através do capital simbólico e material das religiões, advindos principalmente do catolicismo, e de agências internacionais de apoio à pesquisa. Embora constata-se que analisar a religião pela perspectiva do gênero seja uma necessidade para futuros trabalhos, a autora destaca que mesmo antes do século passado as críticas feministas à religião já eram elaboradas por teólogas na Europa e, sobretudo, nos Estados Unidos. Apesar desta tradição, julgamos necessário voltar o nosso olhar também para as produções do Sul a fim de contemplar diferentes perspectivas de análise.

Para Ballestrin (2017), o chamado feminismo subalterno tem a capacidade de desconstruir sólidas teorias feministas eurocêntricas e representa diferentes movimentos feministas⁴. Em concordância, Roesse (2015) afirma que há uma imensa heterogeneidade de sujeitos femininos e, diante das variações de classe e raça, há também uma diversidade de vivências e experiências dessas mulheres⁵ com a religião. Logo, para esta autora a religião hegemônica, enquanto instrumento de colonização, deve ser transformada de acordo com as vivências das múltiplas mulheres, pois a religião abarcaria todas as esferas da vida.

Woodhead (2002), também afirma que a religião integra diversas esferas de sociabilidade dos indivíduos e destaca que as mulheres podem tentar reformar a religião tradicional, reivindicando direitos e oportunidades mais igualitárias. Outra possibilidade, segundo a autora, seria abandonar a religião à qual seguem e criarem novas formas de vivenciar a espiritualidade, nas quais não sejam supridos seus desejos e necessidades. No ambiente virtual, por exemplo, as feministas evangélicas defendem abertamente a legalização do aborto pois entendem que é necessário colocar fim à banalização da vida e da morte feminina. Para elas, o evangelho pregado e exercido deve ser acolhedor, ter o amor como referência para que prevaleça uma leitura da bíblia que não seja punitiva e excludente.

³ Segundo Rosado-Nunes (2001), a maior produção feminista teológica no Brasil vem das vertentes protestante e católica, possuem institucionalização e respeito da academia.

⁴ Para Ballestrin (2017), os diferentes movimentos feministas representados pelo Feminismo Subalterno, para mencionar alguns exemplos, são: feminismo terceiro-mundista ou pós-colonial, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo comunitário, feminismo latino-americano, feminismo islâmico, feminismo decolonial...

⁵ Negras, brancas, heterossexuais, homossexuais, indígenas, ricas, pobres, transgênero...

A teóloga Tostes⁶ (2018), que se fundamenta nos estudos Pós-coloniais, afirma que nenhuma religião é singular. Segundo ela, existe no Brasil um cristianismo de centro e outro de margem. O primeiro seria composto por indivíduos tradicionais e fundamentalistas, e o segundo por indivíduos progressistas. Ainda na perspectiva da autora, os evangélicos marginais ou progressistas, embora pareçam um grupo novo, se preocuparam historicamente com a esfera social e atuaram nela desde as décadas de 1920 e 1930, mesmo que de modo mais tradicional, dado à mentalidade social da época. No século XXI, os chamados cristãos de margem defendem a teologia gay, a teologia negra, a teologia da libertação, a teologia feminista... entre outros temas. É neste contexto que surgem as feministas evangélicas. Embora marginalizadas pelo cristianismo de centro, elas seguem lutando pela aquisição e manutenção de direitos sociais principalmente através do meio virtual.

Feministas evangélicas no meio virtual

Richard Miskolci (2016), afirma que 50% da população brasileira possui acesso à internet, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD/ IBGE) de 2014. A respeito desses dados, enfatizamos que as pesquisas feitas no meio digital usualmente não articulam as dinâmicas ali vislumbradas com vivências do mundo *off-line*. Nesse sentido, nosso objetivo é mostrar como o virtual está integrado à vida cotidiana dos indivíduos e como a internet é essencial não só para a expansão das ideias feministas evangélicas como também para instrumentalizar e acolher essas mulheres.

Segundo Castells (1999), vivemos as transformações tecnológicas e sociais de modo imbricado. A sociedade e a tecnologia deveriam ser compreendidas conjuntamente, visto que uma influencia e opera na outra. Segundo o autor, estamos inseridos em uma sociedade em rede, na qual vivemos de maneira *on-offline* produzindo, recebendo e compartilhando conteúdos o tempo todo.

Para Miskolci (2016), as mídias digitais permitem que os indivíduos sejam protagonistas da própria vida ao serem capazes de produzir conteúdos que são disseminados na rede. A internet seria, portanto, uma revolução frente a mídias de massa que faziam dos indivíduos meros receptores. Desse modo,

⁶ Teóloga, feminista evangélica e autora do *Blog Angeliquisses*.

chamamos a atenção para possíveis reflexos dessas mudanças na comunicação e fluxo de informações sobre o tipo de diálogo produzido entre mulheres e em suas atuações políticas. A internet e o advento das redes sociais seriam ferramentas que ampliariam as possibilidades de agência para as mulheres, particularmente aqueles pertencentes a segmentos sociais historicamente invisibilizados, funcionando como espaço pedagógico e de denúncia.

Castells (2013), afirma que a internet dá voz aos indignados. A constelação de depoimentos semelhantes, postados em campanhas que estimulam os indivíduos a contarem suas próprias histórias pessoais, quando olhadas em conjunto, remetem a situações frequentes e possíveis opressões estruturais. No caso das mulheres, as campanhas como *Meu primeiro assédio* deram visibilidade a situações naturalizadas no cotidiano e que no ambiente virtual ganharam um caráter coletivo de denúncia.

Segundo Rossini (2014), o *Facebook* é a rede social mais utilizada quando o objetivo é a mobilização social por conta de dois recursos que são a criação de grupos⁷ e eventos⁸. Para a autora, ambos facilitam o agrupamento e a organização dos indivíduos em prol dos objetivos coletivos, fazendo com que seja possível a realização de manifestações tanto na esfera virtual quanto ao vivo, nas ruas. Em uma perspectiva mais ampla, as redes sociais contribuem com as lutas por reconhecimento social pois trazem visibilidade para as mesmas e desse modo fazem com que as questões reivindicadas por grupos minoritários ou desfavorecidos conquistem o debate na esfera pública. Neste sentido, as feministas evangélicas lutam para serem respeitadas tanto pelo meio cristão quanto pelo meio secular.

A primeira informação de caráter formal que acessamos, encontrada em uma reportagem⁹ a respeito das feministas evangélicas, é que elas inicialmente se reuniram como grupo fechado¹⁰ de *Facebook* intitulado Feministas Cristãs pois sentiram a necessidade de ter um espaço para dialogar sobre feminismo e sobre suas vivências pessoais. A restrição, segundo o grupo, seria fruto delas

⁷ Segundo Rossini (2014), os grupos virtuais, ou comunidades virtuais se usarmos a categoria analítica de Pierre Levy, são organizados por indivíduos que possuem interesse e/ou causas em comum. Os próprios membros do grupo também são responsáveis pelo compartilhamento dos conteúdos que circulam e alimentam o grupo.

⁸ Para Rossini (2014), os eventos permitem o planejamento e a organização de ações práticas demandadas coletivamente pela luta por reconhecimento.

⁹http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150729_salasocial_evangelicas_feministas_cc <<acesso em: 20, dezembro, 2017>>

¹⁰ No qual as mulheres que desejam participar precisam pedir autorização e passar por critérios de avaliação para serem aceitas. A entrada de homens não é permitida.

não serem bem-vistas em grupos de feministas seculares¹¹. Portanto, o grupo foi criado para elas se apoiarem, se instruírem e se fortalecerem contra os problemas enfrentados tanto na esfera privada¹² quanto na pública.

Há grupos ou comunidades virtuais que são criados por conta de um sentimento coletivo de indignação, *as experiências pessoais dos sujeitos são fundamentais para a compreensão da emergência de movimentos sociais e lutas por reconhecimento* (ROSSINI 2014, apud Honneth, 2003, p.316). A participação em comunidade e o compartilhamento de informações ocorre de modo voluntário. Logo, a autora ressalta que quando um indivíduo utiliza o *Facebook*, significa que este, por livre e espontânea vontade, almeja interagir com seus pares. Tanto o surgimento do grupo Feministas Cristãs quanto sua manutenção refletem essa dinâmica. Thayô Amaral, criadora do grupo Feministas Cristãs, afirmou em entrevista¹³ à *BBC News*, que o principal motivo para o surgimento do grupo foi a indignação que sentiam por conta da exclusão que sofriam nos espaços tradicionais de feministas seculares. Neste sentido, com o decorrer do tempo e do aumento da popularidade do grupo na rede, outras mulheres que se identificam como evangélicas e feministas tiveram conhecimento e começaram a participar do grupo pois sentiam-se excluídas tanto pela comunidade eclesial quanto pelas feministas seculares.

Ainda a respeito das comunidades virtuais, Lévy (1999), afirma que elas não são imaginárias ou ilusórias: *O ciberespaço surge como a ferramenta de organização de comunidades de todos os tipos e de todos os tamanhos em coletivos inteligentes, mas também como o instrumento que permite aos coletivos inteligentes articularem-se entre si* (LÉVY, 1999, p. 133). No caso das feministas evangélicas as semelhantes vivências fizeram com que elas se reunissem na internet e o conteúdo que produzem faz com que mais mulheres sejam instruídas sobre diversos assuntos pertinentes ao universo feminino, fazendo com que o ciberespaço influa na vida prática desses sujeitos.

¹¹ Optamos por definir as feministas não evangélicas como feministas seculares com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor no que tange à distinção das feministas evangélicas e não evangélicas.

¹² A violência doméstica ainda é um dos principais problemas enfrentados pelas evangélicas (feministas ou não). Segundo Vilhena (2009), 40% das mulheres que sofrem agressão na esfera privada são evangélicas.

¹³ Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150729_salasocial_evangelicas_feminist_as_cc>>

Para Pollak (1989), os objetos de pesquisa são mais escolhidos onde há conflito e competição entre memórias antagônicas. Nosso grupo se configura neste tipo de antagonismo por não se encaixar na memória que se construiu da mulher religiosa subserviente ao seu Deus, ao marido e à família sem se enxergar como indivíduo passível de desejos e vontades próprias. Ainda segundo o autor, as memórias subterrâneas¹⁴ efetuam o seu trabalho de subversão de modo silencioso, mas se expandem, ganhando voz e força em momentos de crise.

O machismo encontrado na sociedade, manifesta-se de maneira ainda mais arraigada no meio religioso. Diante disso, para além das medidas tomadas na vida prática, as feministas evangélicas estão se manifestando também no meio virtual. É possível encontrá-las no grupo de *Facebook* intitulado Feministas Cristãs e nas páginas Evangélicas pela Igualdade de Gênero e Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, também na mesma rede social. Logo, as mulheres que se afirmam evangélicas e feministas estão reforçando a luta pelos direitos femininos e contribuindo para o empoderamento de seus pares de fé. Vale a pena destacar que o grupo Feministas Cristãs é composto unicamente por mulheres. Em todos os espaços virtuais mencionados, as feministas evangélicas destacam algumas demandas: lutam pelo término da violência contra a mulher, contra os preconceitos sofridos no meio evangélico por serem feministas; defendem a igualdade de gênero; são a favor da divisão igualitária do trabalho de reprodução social entre o casal. Além de apoiarem umas às outras elas discutem de maneira “didática” alguns assuntos presentes do universo feminino: sexualidade, aborto, métodos contraceptivos, violência contra a mulher, discussões sobre quais práticas são consideradas pecado ou não... entre outros assuntos¹⁵.

O grupo Feministas Cristãs, criador por Thayô Amaral, de 21 anos, surgiu com o intuito de debater questões sobre a religião e sobre o feminismo. No início tinha apenas 400 membros, atualmente são quase 5 mil.

A página Evangélicas pela Igualdade de Gênero foi criada em julho de 2015 com base em um estudo produzido por Valéria Vilhena (2009). Neste estudo a autora apontava que 40% das mulheres evangélicas viviam em situação de violência doméstica. Logo, o objetivo desta página seria discutir assuntos

¹⁴ Aquelas que não fazem parte da memória oficial. Ou seja, são as memórias que fazem parte de grupos que estão à margem da sociedade.

¹⁵ Todos os assuntos sobre os quais mencionamos são postados e comentados no grupo e nas páginas da rede social. As informações foram colhidas por meio da técnica de netnografia.

ligados à violência e assédio contra mulher, no meio público, privado ou religioso e instrumentalizá-las a identificar e denunciar toda e qualquer situação de abuso e/ou violência. O cuidado para com as mulheres é explícito, para além dos conteúdos de alerta produzidos e compartilhados na página, logo na capa (também chamada de *cover book*), é possível notar o acolhimento, o incentivo, a sororidade e o apoio entre as mulheres.

Figura 1: Cover Book da página Evangélicas pela Igualdade de Gênero



Fonte: Página do grupo no Facebook

<https://www.facebook.com/mulhereseig/photos/p.1077329302405827/1077329302405827/?type=1&theater>

A página Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, criada em dezembro de 2017, como o próprio nome já diz, luta pelo direito ao aborto seguro e pelos direitos da mulher. Entretanto, apesar de ser a página mais recente, é a que mais recebe ataques dos usuários da rede social *Facebook*, como veremos a seguir. É importante ressaltar que as feministas evangélicas não são atacadas somente nas redes sociais, entretanto, é no meio virtual que elas possuem liberdade para se expressar e encontram apoio¹⁶ em seus pares, o que gera e mantém a coesão do grupo.

Em ambas as páginas, para além dos conteúdos que visam alertar ou pedagogizar suas leitoras, encontramos *posts* a respeito de campanhas criadas

¹⁶ Miskolci (2016, apud Ávila, 2014), pesquisou como a disseminação do uso da internet possibilitou transsexuais e indivíduos intersex se compreenderem. Algo semelhante ocorre entre as feministas evangélicas, quando encontram na internet mulheres que partilham dos mesmos sentimentos, crenças, valores e ideais elas se sentem acolhidas, se sentem fazendo parte de um coletivo. É possível encontrar acolhimento, sororidade e incentivo no grupo Feministas Cristãs no *Facebook*.

pelo grupo, participações em eventos e compartilhamento de conteúdo produzido por outras páginas feministas, LGBTs e /ou do movimento, por exemplo, que convergem com as pautas defendidas pelas feministas evangélicas. A atitude de compartilhamento do conteúdo de páginas com objetivos semelhantes ou de personalidades públicas e influentes mostra a integração delas com outros grupos militantes, o que culmina com o estabelecimento de uma rede de contatos que se apoia e promove aumento da visibilidade de maneira mútua. Desse modo, os seguidores de uma determinada página têm acesso ao conteúdo de diversas outras páginas e, através dela, podem compartilhar as informações e debates ali expostos. Portanto, o ativismo digital não ocorre modo recluso, mas ramificado entre grupos que possuem reivindicações semelhantes, permitindo-lhes aumento da visibilidade para as causas defendidas nas lutas por reconhecimento e por construção de direitos.

Figura 2: Católicas pelo Direito de Decidir compartilhando a página Frente Evangélica pela Legalização do aborto.



Fonte: Printscreen da página Frente Evangélica pela Legalização do Aborto.

Figura 3: Marielle Franco compartilhando a página das Evangélicas pela Legalização do Aborto em seu perfil no Facebook.



Fonte: Printscreen da página Frente Evangélica pela Legalização do Aborto.

Embora a internet dê voz a seus usuários, Miskolci (2016), ao analisar a política nas redes sociais, ressalta que grupos de discussão política tendem a trocar informações e reflexões entre si, isso faz com o que os laços dos grupos se fortaleçam. Entretanto, a disseminação de suas ideias possui um baixo impacto em redes de grupos “rivais”. Este fato nos mostra que é difícil dissolver preconceitos por meio da internet, visto que os usuários tendem a procurar e acessar conteúdos sobre aquilo que acreditam e a ignorarem conteúdos que vão na direção contrária a seus valores morais. Para o autor, mídias sociais, como o Facebook, têm gerado a união de indivíduos que possuem valores e compartilham interesses comuns. Por outro lado, há o acirramento de conflitos entre grupos que possuem valores morais, ideológicos e religiosos distintos.

Na concepção de Pierre Lévy (1999), tanto as emoções quanto os julgamentos e/ou opinião pública existem e se manifestam também no

ciberespaço. Já Miskolci (2016), afirma que na rede os usuários se sentem mais seguros para expressar suas opiniões e por isso tendem a ter um comportamento mais autoritário e/ou agressivo do que teriam em situações *off-line*, visto que a internet funciona praticamente sem mediações da justiça. Essa característica faz com que alguns indivíduos a transformem em um verdadeiro “ringue de vale tudo”. As análises dos autores vão na direção do que encontramos na página Frente Evangélica pela Legalização do Aborto em um *post* do dia 12 de dezembro de 2018. Muitos usuários da rede social *Facebook* acessaram a página e começaram a enviar comentários de ódio e repúdio contra as feministas evangélicas. Dentre estes, destacamos: “Filhas do diabo”, “assassinas, lobos vestidos em pele de ovelha”, “Quem apoiar está indo pro inferno também”, “Rasgaram a bíblia?? Favor, mudem para frente pela legalização do aborto. Tirem o “Evangélicas”, não envergonhem os cristãos”.

Houve debate nos comentários por parte tanto da administração da página quanto de outros usuários. Em seus pronunciamentos, as administradoras tentaram explicar aos usuários, responsáveis pelos comentários ofensivos, que eles desvirtuavam a atuação por elas proposta e que desenvolviam um trabalho importante pelo bem das mulheres. Atualmente, em análises recentes que terminaram em março de 2019, notamos que a administração da página Frente evangélica pela legalização do aborto não se envolve mais em debates ou explicações. Para além de pronunciamentos próprios e compartilhamento de notícias advindas de outros espaços virtuais, mas que convergem com no debate da legalização do aborto, a administração se manifesta agradecendo o apoio que recebe de usuários que as elogiam ou defendem.

Silva (2015), ao estudar a página das *Católicas pelo Direito de Decidir* no Facebook, destacou que elas não se expõem nos comentários. Ou seja, elas fazem seus pronunciamentos, militâncias e informativos através dos *posts* mas não ficam respondendo comentários ofensivos ou não. Portanto, não há interação entre quem administra a página e os usuários da rede social. A autora informa, ainda, que as CDD¹⁷ não excluem ou bloqueiam pessoas que fazem comentários ofensivos e/ou acusatórios. Do mesmo modo os comentários também não são excluídos. Segundo Santos (2015), as CDD prezam por um ambiente de livre expressão, de diversidade de opinião pois acreditam que a própria religião católica deveria ser assim.

¹⁷ Católicas pelo Direito de Decidir.

Em referência aos *posts* das Feministas Evangélicas nas páginas Evangélicas pela Igualdade de Gênero e Frente Evangélica pela legalização do Aborto e em comparação ao estudo de Miskolci e Santos, já mencionados, questionamos a reverberação do conteúdo produzido por elas em seus respectivos espaços virtuais junto aos indivíduos com concepções de mundo mais tradicionais. De modo geral poderíamos apontar que todo o conteúdo produzido nas páginas e grupos pesquisados é aproveitado somente por quem se identifica, *a priori*, com os valores sociais defendidos por elas.

Nesse sentido, é importante destacar que os indivíduos, em maioria do sexo feminino (mas também os homens que apoiam), religiosas ou não, se identificam com valores compartilhados pela esquerda política. Tais como: respeito a diversidade, a democracia, a luta pela legalização do aborto, a luta contra a violência doméstica, respeito pelos direitos humanos, respeito e acolhimento por diversos formatos de formação familiar... entre outros. Já os indivíduos produtores de comentários ofensivos e/ou agressivos defendem os ideais que configuram a chamada direita política, como por exemplo: repúdio à legalização do aborto e defesa da preservação da família nuclear. Ressaltamos ainda que, os comentários contra o aborto são baseados em passagens bíblicas, descritas através de palavras violentas que depreciam o feminino. Alguns sugerem inclusive a suspensão da vida sexual como forma de contracepção e defendem que a vida do embrião possui mais valor que a da mulher. De modo contrário, os comentários a favor da legalização são compostos por dados estatísticos e conhecimento sistematicamente produzido por estudos científicos. No que diz respeito ao tom da argumentação, não se mostram violentos nem acusatórios e visam estabelecer um diálogo esclarecedor, embora frequentemente sem sucesso, dado a não receptibilidade dos defensores pró-vida.

Souza (2004) afirma que embora a religião tenha perdido a centralidade de organização das relações sociais, por conta do processo de secularização, ela ainda exerce influência sobre a agência dos indivíduos em sociedade. Logo, é evidente que o feminismo evangélico ofende a moralidade dos indivíduos religiosos, ou não, mas que possuem a concepção tradicional dos papéis de gênero de forma cristalizada, ou seja, imutável e inegociável. Ainda tratando da influência que a religião exerce sobre as “moralidades sociais”, segundo Machado (1994), os evangélicos defendem que a prática do sexo deve se estabelecer para além da intenção de procriação (ou seja, deva ser uma prática que tenha por premissa básica o prazer do casal), fazendo com que fossem a favor da utilização pílula anticoncepcional como forma de planejamento

familiar. Entretanto, a autora ressalta que este grupo religioso continua sendo contra a prática do aborto, nem mesmo por questões de saúde ou de estupro. O perfil tradicional dos evangélicos no que tange à moral e à família vigora até mesmo na política¹⁸, e o grande objetivo é manter o controle sobre a população feminina.

Rosado-Nunes (2017), afirma que as teólogas cristãs convergem com boa parte das feministas no que tange à crítica da obrigatoriedade da maternidade para as mulheres. Elas não aceitam que condição biológica feminina seja um fator determinante para colocar as mulheres em lugares subalternos na ordenação social e eclesial. Esta também é uma reivindicação notada nas feministas evangélicas:

(...) o reconhecimento de sua capacidade moral de tomar decisões que consideram válidas dos pontos de vista ético e religioso; o reconhecimento de seu direito de decidir acerca de questões que afetem suas vidas e seus corpos; e o reconhecimento de que sua experiência de vida é apropriada para a reflexão religiosa. (...) Como alguém pode sentir-se uma pessoa quando aquilo que se acha mais próximo dela, seu próprio corpo, lhe escapa, tornando-se dependente de outras pessoas e ficando submetido à autoridade destas? (ROSADO-NUNES, 2017, p. 74/75).

Como acabamos de ver, a concepção da mulher como inferior ao homem e o seu corpo como mero objeto reprodutivo está em franca desconstrução, entretanto, o exercício da luta pela garantia de direitos femininos fere algumas moralidades sociais. Segundo Souza, *A religião, com suas heranças misóginas seria um veículo eficaz para a naturalização e legitimação da violência de gênero* (SOUZA, 2017, p.126). E é principalmente contra a naturalização de violência contra a mulher que lutam as feministas evangélicas, especialmente no ambiente virtual.

Um dos instrumentos mais utilizado pelos grupos pesquisados são os memes, como recurso de alerta e de escracho público. Para Mian et al (2017), o ciberativismo é a forma de ativismo articulado por plataformas de

¹⁸ Ao observar posts e comentários tanto no grupo Feministas Cristãs quanto nas páginas produtoras de conteúdo feminista evangélico, para nós torceu-se claro a grande desaprovação das feministas evangélicas em relação a Bancada da Bíblia.

relacionamento *on-line*, ou seja, redes sociais. Para a autora, o ciberativismo tem se mostrado como um novo meio de expressão dos pensamentos, opiniões e produz reflexos na vida prática. Muitas das ideias e opiniões dos ciberativistas são externalizados de diversas formas, a mais nova delas são os memes. Segundo a autora, embora eles sejam reconhecidos por sua personalidade cômica e estejam associados à “cultura inútil”, eles podem refletir a problematização das estruturas sociais e culturais, revelando os hábitos, as crenças e as moralidades dos indivíduos.

No caso dos memes criados pela página Evangélicas pela Igualdade de Gênero houve grande repercussão. A página recebeu muitos *likes*, comentários e compartilhamentos por conta dos memes que reproduziam situações vivenciadas pelas feministas evangélicas nas igrejas. Reservei dois dos memes que receberam mais *likes*, 159 e 111, respectivamente:

Figura 4: Memes das Evangélicas pela Igualdade de Gênero sobre assédio.



Fonte: Página das Evangélicas pela Igualdade de Gênero no Facebook. www.facebook.com/mulhereseig/photos/a.593861227419306.1073741828.556840357788060/951222178349874/?type=3&theater

Figura 5: Memes das Evangélicas pela Igualdade de Gênero sobre violência doméstica.



Fonte: Página das Evangélicas pela Igualdade de Gênero no Facebook. www.facebook.com/mulhereseig/photos/a.593861227419306.1073741828.556840357788060/951643444974414/?type=3&theater

O elevado número de curtidas explicita a grande parcela de mulheres que se identificaram com a situação ilustrada. Isto nos mostra que, por meio da internet, o que era o problema de uma mulher, passa a ser uma questão compartilhada coletivamente por todas. A internet favorece a propagação de situações de verossímil particularidade que revelam não só uma vivência individual, mas indica e afirma problemas estruturais e de dominação do gênero masculino sobre o feminino. Nesse sentido, quando uma mulher (dentro de casa ou da igreja) sofre violência ou abuso, não é um problema privado, mas um problema público. Antes da internet, as mulheres que passavam por este tipo de situação se viam, seja por vergonha ou por falta de informação, com maior dificuldade de compartilhar ou tornar pública sua experiência. À medida que os discursos das vítimas adentram o espaço virtual há, não só o incentivo à explicitação de outros casos, mas também a contribuição para a prevenção de novos casos. Isso porque mais mulheres são instruídas sobre como agir para evitar a violência ou sobre como agir caso ela ocorra.

Em conversa conosco, Daiane Mendes, uma das autoras do livro “Refêns da Fé” e colaboradora da página Evangélicas pela Igualdade de Gênero, afirmou ter tido a ideia da elaboração dos memes em uma oficina de cartazes. Na ocasião, as participantes escreveram frases de cunho pejorativo, machista e/ou violentas nos cartazes, que seriam utilizados em uma passeata em defesa dos direitos da mulher no Estado de São Paulo. De origem católica, a autora nos relatou que os primeiros memes publicados na página foram frases das mulheres da oficina de cartazes, posteriormente outros memes foram criados a partir dos relatos das próprias seguidoras da página manifestados nos comentários dos primeiros memes criados.

A autora garante que colheu muito material, inclusive sobre assédios sexual e moral, e afirma que muitas mulheres mandaram mensagens privadas para a página relatando suas vivências. Os memes como ferramenta de escraço e promotora de uma rápida “autorreflexão” são também para Mian (2017), representações das ações sociais pois externalizam e reforçam a conjuntura em que vivem os atores que os criam e dos atores que os compartilham, fomentando debates sobre as situações problemáticas que apresentam.

Considerações finais

Para Rohden (1997), a religião que tenha sua construção em bases patriarcais é identificada como a maior legitimação ideológica da dominação masculina. Diante desta dimensão, contra toda e qualquer subordinação e silenciamento feminino, desde a década de 1980 teólogas feministas começam a escrever artigos de cunho teológico, com o objetivo de disputar narrativas e gerar maior visibilidade para as mulheres na igreja. Segundo a autora, para as teólogas feministas é fundamental romper com o patriarcalismo, visto que este é o principal motivo da dominação cristã e consequentemente das mulheres. Portanto, é necessário que as mulheres possuam voz e lutem pelos lugares de poder dentro destas instituições.

Falar e encontrar as palavras para falar representa, para os oprimidos, uma das modalidades de resistência e de luta contra a dominação (APFELBAUM, 1979/1999). Portanto, o movimento feminista visa construir no ambiente on-line significados que combatam o machismo e empoderem as mulheres, permitindo que as ativistas também se tornem criadoras e propagadoras dos conteúdos que ajudam a produzir sentido e alerta contra violências verbais, físicas, psicológicas e simbólicas praticadas contra elas.

Nos grupos pesquisados, estes objetivos se configuram como práticas eminentemente feministas, provocando articulações e diálogos entre estes dois campos historicamente polarizados nas ações daquelas que se dizem evangélicas feministas. A utilização das tecnologias de comunicação, como internet e redes sociais, possibilitou a ampliação deste diálogo e uma maior visibilização dos tensionamentos em relação a condição de fala e poder das mulheres no interior do campo evangélico que anteriormente eram mais facilmente silenciadas.

A utilização dos memes se configurou como interessante estratégia de ridicularização e crítica de diversas situações vivenciadas pelas mulheres. Nesse sentido, eles podem refletir a problematização das estruturas sociais e culturais, revelando os hábitos, as crenças e as moralidades dos indivíduos. Portanto, por não serem meros vetores de humor, os memes encontrados na página Evangélicas pela Igualdade de Gênero refletem representações das problemáticas da vida prática dessas mulheres.

No que tange à utilização da internet, percebemos que a militância virtual é bastante limitada no sentido de desconstruir preconceitos e mudar concepções de indivíduos com pensamentos políticos tradicionais e/ou religiosos. Entretanto, é uma ferramenta importante na construção da visibilidade para o grupo no que diz respeito à luta por reconhecimento, seja entre feministas, seja entre evangélicos de modo mais amplo. Também é importante destacar o caráter de união e acolhimento, bem como a livre e espontânea adesão do mesmo, revelando o avanço de concepções mais igualitárias de gênero em nossa sociedade, mesmo entre grupos historicamente tidos como mais refratários a elas.

Referências

APFELBAUM, E. Dominação. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Feminismos Subalternos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.

BECKER, Howard S. Segredos e truques de pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **A sociedade em rede**. Ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

SILVA, Julia do Carmo. Feministas por opção, católicas pelo direito de decidir: agentes na igreja católica. Dissertação de mestrado, Santa Maria, RS, Brasil, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura** São Paulo: 34 LTDA, 1999.

MACHADO, M. D. C.. Religiosidade e Relações Intra-Familiares: Uma Comparação da ética dos pentecostais e Carismáticos. REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, v. 16, p. 69-84, 1994.

MIAN, Mariella Batarra et al. **O ciberativismo potencializado via memes: uma análise da articulação de pautas políticas e sociais nas redes**. Universidade Federal do ABC, Santo André, SP. 2017.

MISKOLCI, Richard. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. In.: **Revista contemporânea**, vol. 6 n,2 p.275-297 jul.-dez.2016.

NASCIMENTO, Beatriz et al. Refêns da fé: mulheres evangélicas sofrem mais violência?. Casa Flutuante, 2017.

POLLAK, Michael. 1989. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, CPDOC, p. 3-15.

ROESE, Anete. Religião e feminismo descolonial: os protagonismos e novos agenciamentos religiosos das mulheres no século XXI. Horizonte, Belo Horizonte, v. 13, n.39, p.1534-1558, jul/set. 2015.

_____. **O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões**. Cadernos Pagu (16) 2001: pp. 79-96.

ROHDEN, Fabíola. Catolicismo e protestantismo: O feminismo como uma questão emergente. In: Cadernos Pagu; pág. 51-97; 1997.

ROSADO-NUNES, Maria José. **Feminismo, gênero e religião – os desafios de um encontro possível**. Estudos da Religião, v. 31, n.2. 65-76, maio-ago, 2017.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. **Da rede para as ruas: mídias sociais como novas “armas” na luta por reconhecimento?** . C&S – São Bernardo do Campo, v.36, n. 1, p. 301-325, jul/dez. 2014.

SOUZA, Sandra Duarte de. **Gênero e religião nos estudos feministas**. Estudos feministas, Florianópolis, 12;9 N.E.: 264, set-dez, 2004.

TOSTES, Angelica. Marginais dentro do centro: os evangélicos e o movimento social. 2018. Disponível em: <https://angeliquisses.wordpress.com/2018/03/29/marginais-dentro-do-centro-os-evangelicos-e-o-movimento-social/> <<Acessado em 29 de março de 2018>>

VILHENA, C. Valéria. Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009.

WOODHEAD, Linda. **Mulheres e gênero: uma estrutura teórica**. Estudos da Religião, n.1, 2002, p. 1-11.

Notícia sobre o grupo do facebook Feministas Cristãs. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150729_salasocial_evangelicas_feministas_cc <<acesso em: 20, dezembro, 2017>>

Feminism and religion: an analysis of evangelical feminists on the social network

ABSTRACT

This article aims to discuss, through the case of evangelical feminists, the role that the internet has been assuming as the conduit (and diffuser) of social struggles, particularly feminism. Several minority groups fighting for social recognition have appropriated this space and created new dynamics of mobilization and struggle from these communication tools. According to the researched literature, Facebook is the most used social network when the goal is social mobilization. That's why we chose to focus on a group and two pages of women on Facebook who claim to be Christian / evangelical and also feminist precisely because of the antagonism that this double belonging seems to have and the possible interest groups that the themes arouse in the network. In this way, we seek to highlight some elements particular to this segment studied and others common to political groups that are using digital activism.

Keywords: Gender, Religion, Social Networking, Digital Activism.



Uma fábrica de campanhas com a internet: pistas da Avaaz para a configuração de um contra-poder

Marcelo Castañeda¹

RESUMO

O artigo contribui para entender as implicações políticas associadas à internet, chamando atenção para o potencial de reconfiguração das formas de ação coletiva a partir da análise de uma organização política que promove campanhas globais chamada Avaaz. Por meio da perspectiva etnográfica e indiciária em uma pesquisa que durou três anos, o artigo se concentra nos processos de fabricação das campanhas que são deflagradas através do envio de e-mails aos seus membros, constituindo um ator-rede. Além disso, analisa a composição destes e-mails e os valores inerentes às campanhas observadas durante a pesquisa. O artigo interpreta as campanhas da Avaaz como uma configuração de um contra-poder nas sociedades globais em rede ao se apoiar na abordagem de Manuel Castells.

Palavras-Chave: Internet; Ação Política; Campanhas; Contra-poder.

Recebido em 19/07/2019
Aceito para publicação em 04/11/2019

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.26994>

Introdução

Este artigo analisa aspectos relacionados às implicações políticas associadas à internet, procurando compreender se este conjunto de tecnologias, práticas e contextos (MILLER e SLATER, 2000) apresenta potencial de reconfigurar as formas de ação coletiva (ALEXANDER, 1998), em especial a mobilização, o engajamento e a participação em ações de reivindicação ou protesto desenvolvidas por organizações da sociedade civil, a partir da

¹ Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Professor Adjunto do Departamento de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: celocastaneda@gmail.com.

fabricação de campanhas por uma organização específica, a *Avaaz* (CASTAÑEDA DE ARAUJO, 2014).

Se a internet permite estabelecer novas conexões e associações, suas tecnologias podem ser vistas como participantes na composição de coletivos políticos heterogêneos, como na perspectiva da teoria do ator-rede, que as entende como mediadores de certas formas de ação coletiva (LATOURET, 2012).

Khan e Kellner (2005) destacam que a internet compõe parte importante de um terreno minado, povoado por diferentes tradições políticas e por muitas culturas dominantes e subculturas que promovem suas próprias agendas e interesses. Este desenvolvimento abre possibilidades radicais para uma gama maior de opiniões, novos modos de comunidades políticas, bem como formas originais de ação política. As subculturas ativistas e grupos políticos materializam um espaço vital de oposição política e cultural, tanto que uma grande quantidade de indivíduos e grupos tem utilizado estas tecnologias para ajudar a produzir relações sociais criativas e formas de política democrática.

Castells (2015) chama atenção para as redes de mobilização política e de poder que se configuram com a internet como um poder comunicacional, em especial para criar redes globais que se baseiam em programadores e conectores, bem como nos processos de autocomunicação de massas com os quais muitos emissores-receptores se comunicam com outros muitos emissores-receptores, alargando as possibilidades de comunicação em relação à mídia corporativa e deflagrando a ação coletiva em uma sociedade global em rede, com destaque para a configuração de movimentos de contra-poder.

Surgida em 2007, tendo o canadense Ricken Patel como fundador, a *Avaaz* se define como uma “comunidade de mobilização *online* que leva a voz da sociedade civil para a política global”². Castañeda de Araujo (2014) a entende como uma organização de *advocacy* que procura a defesa de direitos, buscando influenciar a formulação e execução de políticas junto ao poder público e à sociedade de modo geral. Esta organização pode ser vista como uma rede de mobilização global cuja missão é acabar com a brecha entre o “mundo que nós temos” e o “mundo que queremos” por meio do uso das tecnologias da internet: cidadãos se conectam e se mobilizam para além das fronteiras de seus países apresentando uma nova voz para a política internacional que anteriormente era inacessível à população.

A atuação da *Avaaz* compreende a fabricação de campanhas

² Disponível em <http://www.avaaz.org/po/about.php>. Acesso em: 18 jul. 2019.

multitemáticas, abordando um amplo leque de questões humanitárias, ambientais e democráticas, geralmente a partir de uma escala transnacional. Estas campanhas buscam mobilizar indivíduos ao redor do mundo ao enviar *e-mails* para exercer pressão na tomada de decisões em diferentes escalas, em especial nacional e global. A petição eletrônica é a estratégia de ação mais utilizada e geralmente esta é compartilhada em *sites* de redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* depois de assinada.

Desde a sua formação, a *Avaaz* conta com uma equipe profissional, que vem se expandindo ao longo do tempo: em doze anos de atuação, passou de dez profissionais espalhados pelo mundo, atuando em vários países, para algo em torno de 90 pessoas. Devido ao seu propósito de atuar globalmente, a organização não mantém escritórios nacionais e sua sede serve apenas como base administrativa e financeira para receber doações individuais de seus membros e apoiar ações que são deflagradas pelos seus profissionais que atuam espalhados pelo mundo, buscando o engajamento e participação dos seus mais de 53 milhões de membros, ou seja, qualquer indivíduo que tenha participado de alguma ação proposta pela organização.

A *Avaaz* começou a operar por meio de um *site* (www.avaaz.org) que, desde 2007, possui interfaces com diferentes idiomas. Atualmente, este *site* oferece 16 possibilidades de idiomas³ para interação com o público que o acessa ao redor do mundo. O *site* é uma parte importante nos processos de engajamento e participação dos que são considerados como membros pela *Avaaz*. Estes indivíduos são mobilizados pelo envio de *e-mails* denominados alertas, com os quais a organização comunica suas estratégias de participação por meio de campanhas.

Como aporte metodológico, cabe destacar que tornei-me membro da *Avaaz* em setembro de 2010, quando cadastrei meus dados para participar de uma campanha e desde então comecei a nutrir interesse em pesquisar esta organização. A maior parte das observações empíricas tecidas neste artigo deriva desta condição, que me coloca como um ator que é parte da rede da *Avaaz*, de acordo com a teoria do ator-rede (LATOUR, 2012). Em 25 entrevistas em profundidade realizadas entre 2012 e 2013, constatei que, embora os indivíduos que em algum momento cadastraram seus *e-mails* no *site* da *Avaaz* nem sempre se vejam como integrantes desta organização, esta considera como

³ Eis as possibilidades: português, inglês, árabe, alemão, russo, francês, espanhol, coreano, chinês, japonês, holandês, italiano, hebreu, turco, polonês e romeno, nesta ordem. Alguns destes códigos linguísticos foram identificados utilizando a ferramenta *Google Tradutor*.

membros, para cada envio de alertas de *e-mail*, os indivíduos que cadastraram seus endereços eletrônicos no *site* ao participarem de alguma campanha. Também foram realizadas duas entrevistas com diretores e organizadores de campanha da organização em 2012.

As oportunidades de participação viabilizadas por esta organização através do envio de *e-mails* compreendem: financiamento de campanhas de anúncios na mídia; assinatura de petições armazenadas no *site*; doações; realização de telefonemas e envio de mensagens para os *e-mails* de governos e parlamentares; criação de petições no *site* *Petições da Comunidade*⁴, e, em casos muito pontuais, participação em protestos e eventos nas ruas. Este conjunto de ações pretende “garantir que os valores e visões da sociedade civil global informem as decisões governamentais que afetam todos nós”⁵.

Este artigo se concentra nos processos de fabricação de campanhas por esta organização entre os anos de 2010 e 2013 através de uma perspectiva etnográfica (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011) e indiciária (GINZBURG, 1989), destacando a composição dos alertas de *e-mail* enviados aos membros e os valores presentes nestas campanhas que parecem configurar uma espécie de contra-poder nas sociedades contemporâneas (CASTELLS, 2015).

A fabricação de campanhas pela Avaaz

Ao investigar os processos inerentes à fabricação das campanhas da *Avaaz*, deparei-me com o trabalho de profissionais que se articulam em múltiplas equipes e atuam como uma espécie de radar que captura e identifica oportunidades de campanhas a serem deflagradas ao redor do mundo. Espalhados pelo mundo e se comunicando através de plataformas digitais, estes profissionais se falam pelo menos duas vezes por semana para avaliar as oportunidades de campanhas a serem apresentadas aos membros da organização na forma de alertas de *e-mail* que levam à páginas do *site* e dali podem ser compartilhadas em *sites* de redes sociais, iniciando uma ação conectada (BENNETT & SEGERBERG, 2012).

⁴ Trata-se da possibilidade de qualquer pessoa criar uma petição utilizando a plataforma da *Avaaz*, teve início em junho de 2012. Disponível em https://secure.avaaz.org/po/petition/start_a_petition/?source=cpp. Acesso em 18 jul. 2019.

⁵ Disponível em <http://www.avaaz.org/po/about.php>. Acesso em 18 jul. 2019.

Em um exercício constante de tradução e avaliação do cenário político global para construir uma gramática de ação e significação para diferentes línguas e culturas, a fabricação das campanhas aparece como parte fundamental para o engajamento dos membros, bem como para a ampliação contínua do número de membros da *Avaaz*.

Alexander (1998) entende a ação coletiva como uma luta por posições frente aos antagonismos das categorias da vida civil. Nesta luta para representar alguns atores, outros são definidos por categorias negativas e impuras, sendo que a própria ação é definida como sagrada. De forma geral, nesse processo de luta, há uma passagem do específico para o geral, que acaba gerando um problema permanente de tradução, exigindo que os líderes dos movimentos sociais ajam com criatividade e imaginação.

Para o autor, uma tradução bem-sucedida transporta movimentos originários de protestos iniciados em um setor da estrutura para a órbita da sociedade como um todo, permitindo a costura de alianças, a formação de alinhamentos e a organização da propaganda. Como parte de um processo inverso de estigmatização, aparecem estruturas narrativas arquetípicas, que exaltam a imagem dos desafiadores e diminuem a dos poderosos. De personagens solitários e oprimidos, os líderes dos movimentos e organizações sociais se transformam em figuras heróicas, que se aventuram em uma busca romântica. Assim, o autor destaca que o conflito passa a ser retratado em tons sentimentais, muitas vezes moralistas e simplistas, com recursos cômicos como a ironia e a comédia, adotados para reduzir a importância de identidades que passam a ser vistas como impuras.

Com as entrevistas realizadas com profissionais da *Avaaz*, fica claro que o trabalho de tradução e construção de agenda política é complementado com testes eletrônicos dos alertas de *e-mail*, que são realizados com uma parcela dos membros, de forma que cada campanha lançada tenha o aval de grande parte dos membros da *Avaaz* que participaram dos testes, envolvendo campanhas que estão em vias de serem lançadas.

Assim, a organização lança campanhas em contextos em que percebe a sua capacidade de “fazer a diferença”, procurando causar uma mudança no estado de coisas ou evitar uma mudança para pior, interferindo na realidade mediante sua capacidade de mobilização rápida de um grande número de indivíduos em um curto espaço de tempo através do envio de alertas de *e-mail*, configurando um tipo específico de rede de guerra informacional que tem seus efeitos na esfera pública (ANTOUN, 2001).

Uma campanha é um processo, é um esforço para a mudança da realidade. Isso, para a Avaaz, é muito claro. Não existe campanha para marcar posição. É sempre algo que tem como finalidade uma mudança na realidade. Ou evitar uma mudança para pior. Tem uma interferência no mundo real. Então, todas as campanhas nascem, primeiro, como um esforço das pessoas que estão bolando ela, de imaginar a realidade a ser mudada a partir da interferência da Avaaz. E isso é um critério importante de escolha, o quanto naquele processo a Avaaz vai ajudar a mudar. Algo que já está decidido, não faz sentido ter campanha. Algo que não tem chance de ser decidido, também provavelmente não faz sentido. A campanha é o esforço de usar a mobilização popular para conseguir mudar a realidade, para interferir na realidade. Às vezes é para evitar mudança, como no Código Florestal⁶.

A fabricação das campanhas passa pelas equipes profissionais que trabalham articuladas entre si. Na estrutura de cargos da Avaaz⁷ existe um cargo de gerente de campanhas, que é responsável por escolher as campanhas a serem lançadas em determinada semana. Trata-se de um posto rotativo ocupado por um dos diretores de campanhas, que coordenam os trabalhos dos organizadores de campanha espalhados ao redor do mundo, que compõem múltiplas equipes de campanhas, nas reuniões realizadas a cada semana.

Então, quando eu falo que todas as decisões na Avaaz elas, de fato, são tomadas pela equipe é porque a gente entende que o CM [Campaign Manager] vai definir quais são as melhores campanhas porque ele teve uma equipe trabalhando para desenvolver essas campanhas ao máximo possível para ele, o CM, tomar a melhor decisão. Então, o CM, no caso, é um posto de responsabilidade para a pessoa tomar uma decisão sobre o assunto, sobre quais campanhas rodar, com base no feedback que ele tem da sua equipe, que propôs campanhas ao longo do dia, ao longo da semana, dessas duas reuniões⁸.

⁶ Entrevista com um diretor de campanhas da Avaaz, realizada em 05 set. 2012.

⁷ Esta estrutura de cargos inclui profissionais especialistas em engenharia de *software* e sistemas de computação, para fazer os testes a cada campanha e manter a operação tecnológica.

⁸ Entrevista com um diretor de campanhas da Avaaz realizada em 05 set. 2012.

A deflagração de uma campanha depende muito da sensibilidade dos indivíduos que estão nestas equipes para lidarem com situações e causas, e para entender, de um lado, qual o melhor momento de agir em prol da mudança em uma dada situação, de outro, a cambiante vontade dos membros. São três os elementos fundamentais em uma campanha, citados por um organizador de campanhas:

Uma campanha da Avaaz é todo um processo que envolve desde descoberta de uma ideia e o entendimento de que essa ideia tenha uma claridade moral suficiente para os membros da Avaaz e para a sociedade em geral. E desenvolver essa ideia ao ponto máximo possível para que a gente possa causar uma diferença e uma mudança social. Uma campanha para Avaaz é aquela que tem três coisas: o timing correto, uma campanha que, de fato, chega no momento certo para fazer diferença e para agregar valor a uma determinada mobilização ou um determinado assunto; é uma campanha que tem capacidade, em termos de perspectiva de ganho, perspectiva de vencer esta campanha; e é uma campanha que tem claridade moral, pois não adianta a gente ter uma campanha que tem o timing correto, que tenha a winability, a capacidade de vencer, se entre os membros da Avaaz não existe claridade sobre aquele tema⁹.

Na busca por oportunidades de campanha, a Avaaz apresenta um duplo olhar:

Então, você tem que combinar as duas coisas. Você pode ter uma coisa que você acha que pode fazer a diferença, mas se, por acaso, você sentir que não tem apoio dos membros, aquilo não é lançado como campanha. É uma combinação de você servir aos membros que estão lá movimentando e fazer coisas que interessam a eles, que tenha capacidade de mobilizá-los; e outra é que esse tipo de mobilização tenha um efeito real de mudança da realidade¹⁰.

⁹ Entrevista com um organizador de campanhas da Avaaz realizada 25 set. 2012.

¹⁰ Entrevista com um diretor de campanhas da Avaaz realizada em 05 set. 2012.

Os testes que são realizados a cada campanha podem vetar ou aprovar uma campanha de caráter global, perfazendo um momento em que os fracassos podem ser melhor reconhecidos, bem como referenda a importância dos membros para os processos de tomada de decisão na *Avaaz*, ainda que evidentemente de forma passiva nos cliques que são dados em *links* presentes do alerta de *e-mail*. As reuniões semanais se convertem nos espaços para discutir as campanhas a serem deflagradas, a argumentação e as estratégias a serem utilizadas em cada uma delas, os problemas e a validação das mesmas, bem como os melhores momentos para a entrega de petições.

Além da aprovação de campanhas, algumas ideias que os profissionais da *Avaaz* consideram que ainda não estão desenvolvidas para serem lançadas podem ser direcionadas para uma equipe específica desenvolvê-las ao longo do tempo, apresentando-as em futuras reuniões. Algumas campanhas podem ser deflagradas sem passar pelas reuniões semanais. Isso pode acontecer em casos emergenciais, geralmente em campanhas de espectro regional ou nacional, mas com uma deliberação que passa por mais de um indivíduo, o que quer dizer que não existem decisões individuais no processo de aprovação de qualquer campanha.

Você coloca isso pro grupo, coloca isso pro Ricken [Patel], você coloca isso pra algum outro diretor de campanhas, se vale a pena fazer. Em geral, esse processo de tomada de decisão se dá nas reuniões que envolvem toda equipe. Numa coisa de “olha, precisa fazer em 24 horas”, não dá tempo de esperar até a reunião, então você toma a decisão com as pessoas que você acha que estão envolvidas no tema, aí vai, decide fazer¹¹.

Os organizadores de campanha são responsáveis por todos os aspectos de uma campanha, compreendendo a pesquisa, a sinalização da melhor forma de entregar a petição ou da melhor estratégia a ser tomada e a primeira redação do e-mail. Já os diretores de campanha ficam responsáveis por revisar todos esses pontos, bem como estabelecer contatos políticos de mais alto nível e ocupar a posição de gerentes de campanha em sistema de rodízio.

¹¹ Entrevista com um diretor de campanhas da *Avaaz* realizada em 05 set. 2012.

No que diz respeito à articulação com outras organizações e movimentos sociais, a *Avaaz* busca contribuir em causas que estão em curso com sua capacidade de criar mobilização em grande escala para poder transformar a realidade, pautando seu capital mobilizador e sua independência, tendo em vista que é totalmente financiada por doações de pessoas físicas, ainda que tenha tido um financiamento inicial do mega investidor George Soros, que é objeto recorrente de polêmicas sobre sua influência nas escolhas da organização.

[Avaaz é] uma organização que, de fato, enfrenta desafios que as outras organizações não conseguem enfrentar, seja pela equipe flexível que a Avaaz tem, trabalha em coisas bem em cima da hora, que é a natureza da organização, com coisas de urgência, bem como pela forma como a gente trabalha, sem responder a governos e instituições porque todo financiamento vem de pessoas físicas e não de instituições, governos ou outras organizações¹².

A aliança com outros movimentos e organizações, alguns dos quais prezam pelo acúmulo de discussão em determinados temas sem ter esta capacidade de mobilização não deixa de gerar tensões, mas também, e principalmente, complementaridades, na medida em que um precisa do outro em determinados contextos.

O grande ativo da Avaaz é a mobilização. Você tem outras organizações que tem como grande ativo o acúmulo de discussão, outras têm a rede de contatos. A Avaaz tem como principal ativo a capacidade de mobilização, e uma mobilização consistente, não é uma mobilização descolada da realidade ou sem base científica. Isso diferencia a Avaaz das outras organizações, a capacidade gigantesca de mobilização rápida, com consistência. Você tem até projetos que são mais longo prazo, mas, na grande maioria das vezes, a Avaaz vai entrar no momento no qual esse capital vai fazer a diferença, o capital de uma mobilização rápida com consistência vai fazer a diferença. Você precisa se aliar, às vezes, com movimentos que começaram, que gestaram alguma coisa, etc, e você vai agregar algo que eles não tinham capacidade de fazer, que é criar uma

¹² Entrevista com um organizador de campanhas da *Avaaz* realizada em 25 set. 2012.

*mobilização em grande escala para justamente poder transformar a realidade*¹³.

Para entender as possibilidades de configuração de um contra-poder, nos moldes propostos por Castells (2015), a partir das campanhas deflagradas pela *Avaaz*, torna-se importante entender a composição dos alertas de *e-mail*, trazendo as principais características nas peças de mobilização que trazem possibilidades de participação e engajamento que ganham corpo com a internet.

A composição dos alertas de e-mail

Além de uma alternância de cenários entre o “mundo em que vivemos” e o “mundo que a maioria das pessoas querem”, existem elementos textuais que chamam atenção nos argumentos mobilizados nos alertas de *e-mail* enviados aos membros da *Avaaz*. De um modo geral, destaca-se um senso de ação coletiva acompanhado de um sentido de urgência e de um tom emocional nas diferentes escalas de atuação da *Avaaz*.

Nas mensagens de *e-mail* fabricadas pela equipe profissional há uma tentativa de estabilizar as controvérsias entre os dois cenários que se alternam nas mensagens. Latour (2012) destaca três movimentos distintos para compreender como as controvérsias são estabilizadas pelos atores em um determinado fluxo de ações: uma realocização do global; uma redistribuição do local; e uma conexão entre o global e o local. O autor entende que os conectores entre o global e o local que transportam agência de forma eficiente podem ser encontrados nas entidades, nos movimentos, nas forças, nos objetos e nas associações que estabilizam as controvérsias, como o alerta de *e-mail*, por exemplo.

O objetivo da *Avaaz* ao enviar o alerta de *e-mail* é fazer com que o membro escolha entre a mudança proposta pela campanha em questão, participando da mesma, ou a manutenção do estado de coisas atual, no caso de deixar de participar.

Aquele e-mail é um esforço de fazer as pessoas terem as informações que a gente acha necessárias e de convencer. Tem um processo deliberativo, se você

¹³ Entrevista com um diretor de campanhas da *Avaaz* realizada em 05 set. 2012.

reparar sempre a gente tenta trazer um argumento contrário, não é neutro, mas a ideia é tentar fazer um processo deliberativo ali. E a gente coloca as informações que a gente acha necessárias para isso (...) no e-mail, o objetivo é muito específico: falar pras pessoas as informações que elas querem e as informações adversárias para que elas se convençam, de verdade, que vale a pena assinar¹⁴.

A campanha promovida pelo alerta de *e-mail* que recebi no dia 11 de maio de 2011, cujo assunto era “24 horas para impedir a pena de morte a gays em Uganda”, conseguiu em torno de 1,7 milhões de assinaturas em uma petição. Entre os alvos estavam o presidente de Uganda, Museveni, bem como membros do comitê de revisão, o parlamento do país africano e governos que doam recursos a este país. As partes que perfazem um cenário do “mundo em que vivemos” realociza as questões globais LGBT ao contexto de Uganda, o que pode ser resumido nos seguintes pontos e parágrafos: 1º (possibilidade de votação de uma lei que estabelece pena de morte para homossexuais), 4º (os perigos e a violência sofrida pelos gays em Uganda) e 5º (o tumulto político possibilitou que extremistas religiosos tirassem a lei homofóbica da gaveta). Já o cenário “o mundo em que a maioria das pessoas querem” procura redistribuir este contexto com as possibilidades de mudança e atores que estão em jogo, podendo ser visto nos seguintes pontos e parágrafos: 2º (a lei já foi impedida antes mediante uma manifestação global massiva e isso pode se repetir), 3º (proposta de ação coletiva: chegar a 1 milhão de assinaturas na petição) e 6º (o presidente é vulnerável a pressão internacional). Assim, o alerta de *e-mail* possibilita uma estabilização das controvérsias nas conexões entre o global e o local, procurando ser uma ponte entre o “mundo em que vivemos” e o “mundo que a maioria das pessoas querem”.

Cabe destacar os dois *links* (um depois do 3º e outro depois do 6º parágrafo) que levam os membros que neles clicassem a uma área do *site* para que assinem a petição. Logo no início, no lado direito do alerta, uma caixa apresenta um resumo do texto, também com um *link* que transporta o membro para uma área do *site* para que eles possam assinar a petição. No 7º parágrafo, outra característica dos alertas de *e-mail*: é feito um fechamento do *e-mail*, recapitulando outros momentos de sucesso com campanhas que tenham temas relacionados. Na parte final do alerta de *e-mail* geralmente aparecem alguns

¹⁴ Entrevista com um diretor de campanhas da *Avaaz* realizada em 05 set. 2012.

links para acessar notícias sobre o contexto em questão, bem como para efetuar uma doação à *Avaaz*. Mais abaixo, aparece uma breve descrição da organização, com outros *links* que abrem diferentes possibilidades: saber mais sobre as campanhas; “seguir” a *Avaaz* no *Facebook* e *Twitter*; mudar configurações; deixar de receber os alertas; e contatar a organização.

Considerando que o apelo da mensagem é crucial para atrair a atenção do público mobilizado pela *Avaaz*, no momento em que o indivíduo recebe o *e-mail*, portanto, está em jogo manter o estado de coisas no cenário “mundo em que vivemos” ou agir no sentido do “mundo que a maioria das pessoas querem”. Isto caracterizaria um “processo deliberativo”, que pode levar a um clique no *link* que deflagra a participação dos membros na ação proposta, bem como abre possibilidade de compartilhar com a rede de contatos de muitos membros em *sites* de redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, o que pode aumentar a base de membros da *Avaaz*. A seguir me volto para três elementos que marcam a composição dos alertas de *e-mail* enviados pela *Avaaz*, ou seja, o senso de ação coletiva, a urgência e o tom emocional.

Um senso de ação coletiva é invocado em todas as mensagens que comunicam as campanhas. A *Avaaz* mostra a importância da participação dos membros nas ações propostas, incentivando esta participação e mobilização das redes de contatos pessoais de cada membro.

O sentido de ação coletiva vem principalmente de que a Avaaz entende os membros como uma comunidade, que agindo coletivamente pode fazer a diferença no mundo, pode diminuir o gap que há o mundo que temos e o mundo que a maioria das pessoas em várias partes do mundo quer. Então, o que a Avaaz faz nos e-mails é construir esse sentido de ação coletiva porque não se trata de eu ou você apenas assinando uma petição, mas se eu, você e mais uma série de outras pessoas assinarem esta petição paulatinamente a gente vai estar fazendo a diferença. Uma pessoa sozinha não vai fazer diferença alguma. Então Avaaz também apresenta, meio que transpassa, esse sentido de coletividade nos e-mails¹⁵.

A saudação inicial dos alertas de *e-mail* — geralmente um “Caros Amigos” — remete a este sentido de coletividade. Isso fica evidente quando

¹⁵ Entrevista com um organizador de campanhas da *Avaaz* realizada em 25 set. 2012.

analisamos os termos utilizados na argumentação das diferentes campanhas e escalas, em que predominam chamamentos coletivos como “vamos apoiar”, “todos nós nos mobilizarmos”, “vamos unir”, “podemos transformar”. A *Avaaz* solicita que os membros ajam, seja clicando no *link* para assinar uma petição, enviar uma mensagem, efetuar uma doação ou fazer uma chamada telefônica, seja para que os membros mobilizem suas redes de contatos por *e-mail* ou no *Facebook* ou *Twitter*.

*Mianmar já sofreu demais. Vamos apoiar esta mulher incrível e ajudá-la a pôr seu país no caminho da democracia. Siga o link abaixo para incluir sua assinatura na petição e encaminhe este e-mail para chamar mais pessoas para nossa campanha*¹⁶.

Além da representação de uma ação coletiva em curso, o sentido de urgência na argumentação das mensagens enviadas aos membros remete a uma ação rápida que estes devem realizar nos curtos limites temporais de cada enquadramento de campanha. A *Avaaz* não é uma organização que está presente desde o início na maioria dos diferentes processos de luta nas quais se engaja, mas que entra em ação depois, como se fosse um “algo mais”. Quando faltam poucos dias ou poucas horas, a *Avaaz* convoca seus membros para que eles entrem em ação.

Nos alertas de *e-mail* recebidos, a urgência assume um papel importante na mobilização dos indivíduos, tendo em vista que elas geralmente efetuam uma leitura rápida do *e-mail* antes de decidir assinar. Desta forma, os termos “urgência”, “urgentemente”, “agora” e “emergência” são recorrentemente utilizados nas mensagens.

*Vamos urgentemente apelar à Comissão e ao Tribunal para oferecer uma completa e justa audiência ao ACTA, e garantir que toda a verdade sobre essa ameaça às nossas liberdades fundamentais seja revelada. Assine agora e envie para todos*¹⁷.

¹⁶ E-mail recebido em 01/07/2011, campanha “Apóie Aung San Suu Kyi”.

¹⁷ E-mail recebido em 02/03/2012, campanha “ACTA – Hora de vencer”.

Nas entrevistas com profissionais da *Avaaz*, fica claro que esta urgência caracteriza o modelo da organização como um todo, por trabalhar com múltiplos temas para diferentes públicos e momentos de mobilização, mas também o momento em que passa a agregar valor pela sua capacidade de mobilizar muitos indivíduos de forma rápida, quase instantânea.

*a questão da urgência, que é fundamental por dois motivos. Primeiro porque, de fato, a capacidade da Avaaz mobilizar muito rapidamente em casos urgentes é enorme. (...) Então tem essa coisa de que essa é uma característica para conseguir mobilizar. O outro ponto é que as pessoas se mobilizam mais para coisas urgentes. Se eu dizer que daqui a quinze dias vai acontecer alguma coisa, as pessoas assinam menos do que se eu disser que daqui a vinte e quatro horas*¹⁸.

Por fim, os alertas de *e-mail* procuram reproduzir um certo drama presente nas mobilizações coletivas, sendo que um tom emocional nas mensagens visa chamar a atenção dos membros para a importância de agir sobre o contexto que a *Avaaz* propõe na rapidez e instantaneidade do tempo de leitura de um *e-mail*. O objetivo é “finalizar uma ação sobre determinado tema”, relacionado com causas sérias e comunicado a um indivíduo que vive em um mundo saturado de informações e estímulos pela sua atenção. O apelo emocional também remete a uma solidariedade da comunidade de campanhas que a *Avaaz* pretende conformar.

Quanto ao tom dramático, diria se tratar de um tom emocional porque tem você a atenção da pessoa por um minuto, ou menos, que ela está lendo o e-mail, então tende ao máximo possível chamar atenção dela, passar aquele sentimento que você está sentindo enquanto constrói aquela campanha. Não quero usar a palavra convencer porque não é uma questão de convencer a pessoa, mas, de fato, mostrar pra ela o que aquela campanha representa. (...) Então acho que o que você coloca como tom dramático, é um apelo emocional para finalizar uma ação sobre determinado tema. (...) Como que você reflete o sentimento dessas pessoas que estão trabalhando nisso, pessoas totalmente próximas do

¹⁸ Entrevista com um diretor de campanhas da *Avaaz* realizada em 05 set. 2012.

*tema, através de um e-mail para uma pessoa que tem um minuto para ler?*¹⁹

Os apelos são construídos de forma a prender a atenção de quem lê de forma rápida um texto no alerta de *e-mail*. Assim, “mostrar a crueldade do comércio de ossos de leão com anúncios pungentes” chama atenção para a necessidade dos membros assinarem uma petição, logo na sequência do texto que está sendo lido pelo membro, da mesma forma que “nos proteger dos criminosos no poder” tem a mesma intenção. Por sua vez, o uso de hipérboles como “o ataque global à liberdade na Internet vai desmoronar” ou “vamos dar o empurrão que eles precisam” causam um efeito de exagero que tem por intenção capturar a atenção e emocionar o membro da *Avaaz* que está lendo o texto, além de complementar o sentido de urgência.

*Vamos construir um estrondoso rugido global em nome dos leões. A Avaaz irá mostrar a crueldade do comércio de ossos de leão com anúncios pungentes - assine agora para aumentarmos o número de assinaturas rapidamente*²⁰.

O “Mundo que a Maioria das Pessoas Querem”: Valores em Jogo

A *Avaaz* destaca que sua missão é “mobilizar pessoas de todos os países para construir uma ponte entre o mundo que vivemos e o mundo que a maioria das pessoas querem”²¹. Os alertas de *e-mail* fornecem algumas indicações sobre como seria este “mundo que a maioria das pessoas querem”. As campanhas da *Avaaz* trazem algumas pistas, trazendo a sensação de serem campanhas voltadas para ampla aprovação dos membros consultados, bem como para aumentar o número de membros, aumentando a capacidade de pressão, tendo em vista que torna-se difícil encontrar quem seja contrário a essas reivindicações.

Em uma análise das campanhas pesquisadas entre 2011 e 2013, os quatro principais valores presentes são a defesa da democracia, o respeito aos direitos humanos, a preservação ambiental e o combate à corrupção. Em uma escala de menor frequência podemos relacionar campanhas contra corporações e empresas, pela transparência governamental, a manutenção das espécies e a

¹⁹ Entrevista com um organizador de campanhas da *Avaaz* realizada em 25 set. 2012.

²⁰ E-mail recebido em 28/06/2012, campanha “1 milhão para proibir o comércio de leões”.

²¹ Disponível em <http://avaaz.org/po/about.php>. Acesso em 18 jul. 2019.

biodiversidade, a liberdade, em prol de comunidades tradicionais e contra a guerra. A seguir, procuro destacar algumas campanhas, de forma a ter um esboço do que seria este “mundo que a maioria das pessoas querem”.

Uma campanha global em que os valores associados eram a democracia, a liberdade e a transparência foi “O fim da privacidade na internet”, lançada em abril de 2012. Os alvos eram empresas como o *Facebook*, a *Microsoft* e a *IBM*. O objetivo era pressioná-las para que retirassem o apoio ao CISPA (Ato de Proteção e Compartilhamento de Ciber inteligência), que pretendia dar poderes aos agentes dos EUA espionarem tudo o que qualquer um faz na rede. Essas empresas defendiam esse projeto de lei, que permite às corporações compartilhem todas as atividades e conteúdos de usuários com as agências do governo dos EUA. A *Avaaz* se insere na luta por uma internet democrática, livre e transparente que compõe o cenário de um “mundo que a maiorias das pessoas querem”. A petição reuniu cerca de 670 mil assinaturas, sendo compartilhada por 80 mil indivíduos no *Facebook* e 10 mil no *Twitter*.

Na chave dos direitos humanos, a campanha global “Pare o ‘estupro corretivo’”, lançada em janeiro de 2011, mobilizava contra a pobreza, o machismo e a homofobia, fazendo um chamado por justiça e a liberdade do medo, do abuso e da violência sexual. No contexto da África do Sul, Millicent Gaika foi atada, estrangulada, torturada e estuprada durante cinco horas por um homem que dizia estar curando-a do lesbianismo, um crime recorrente na África do Sul. O alvo da petição foi o presidente Zuma, apelando para que esse condenasse publicamente o estupro corretivo. A petição reuniu cerca de 947 mil assinaturas e leva a pensar em um mundo em que as diferentes opções sexuais são toleradas e que qualquer intolerância seja punida.

Uma parte das campanhas da *Avaaz* vai de encontro aos interesses de corporações e empresas. No caso da campanha global “Publique a verdade”, cujo alvo era o magnata das comunicações Rupert Murdoch, exigindo que seus veículos de comunicação publicassem a verdade sobre a ação humana sobre as mudanças climáticas, informando os cidadãos sobre o que precisa ser feito para resolver este problema. A petição, lançada em setembro de 2013, reuniu cerca de 678 mil assinaturas, com 15 mil compartilhamentos no *Facebook* e cerca de 2,5 mil no *Twitter*. Os valores associados foram a transparência e contra as corporações.

No contexto brasileiro, a *Avaaz* lançou a campanha “Brasil: Internet para Todos”, em outubro de 2011. Trata-se de uma campanha de envio de mensagens, cujo alvo era os membros do Conselho Diretor da ANATEL, que

estavam a decidir pelo estabelecimento de padrões mínimos de qualidade de internet no Brasil, bem como proteger o direito de acesso à informação. Foram enviadas cerca de 68 mil mensagens aos membros do Conselho Diretor da ANATEL, com 22 mil compartilhamentos no *Facebook* e cerca de 4 mil no *Twitter*. Esta campanha foi considerada vitoriosa e os valores associados eram contrários às corporações e aos lucros obscenos de empresas, bem como por uma maior regulação do mercado.

A *Avaaz* promove campanhas globais contra a pobreza e a desigualdade, como “Predadores”, cujo alvo era o CEO da *Western Union*, Hikmet Ersek, contra as altas taxas de transferência de valores de países desenvolvidos para países pobres e em desenvolvimento. A campanha pede um limite de até 5% para todas as transferências enviadas por trabalhadores emigrantes. A petição reuniu cerca de 383 mil assinaturas e os valores associados eram a erradicação da pobreza global, o corte nos lucros obscenos das empresas e a luta contra a desigualdade.

Uma das frentes principais das campanhas da *Avaaz* é temática do meio ambiente e da biodiversidade. Uma delas, global, “O plano para matar orangotangos”, lançada em maio de 2013, tinha como alvo o presidente da Indonésia, Susiilo Bambang Yudhoyono, o Ministro das Florestas, Zulkifli Hasan, e o governador de Aceh, Zaini Abdullah. O objetivo era rejeitar o plano de desmatamento da floresta tropical de Aceh, trazendo os valores da preservação ambiental e da manutenção das espécies. A petição reuniu cerca de 1,3 milhão de assinaturas, tendo 267 mil compartilhamentos no *Facebook* e 34 mil pelo *Twitter*.

Considerações finais: pistas para pensar em um contra-poder

As campanhas da *Avaaz* carregam valores que esboçam um “mundo que a maior parte das pessoas querem” como um mundo melhor do que o “mundo que temos”. A organização procura agir em redes globais de comunicação através do envio de *e-mails* para pessoas cadastradas em sua base de dados, que podem propagar *links* em *sites* de redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, caracterizando uma ação conectada (BENNETT e SEGERBERG, 2012). Destaca-se o caráter pontual das campanhas em uma forma específica e limitada de ver o mundo, pela qual a mudança se daria por meio do engajamento em

pautas fragmentadas, sem muito investimento de tempo e numa esfera mais individualizada.

A *Avaaz* nos dá pistas para pensar na configuração de uma forma de contra-poder, tendo em vista que suas campanhas e ações buscam influenciar e reprogramar redes globais de comunicação em que atua mediante a composição de redes transnacionais de mobilização política com a internet, podendo ser vista como um ator-rede na forma concebida por Latour (2012).

Castells (2015) entende que o poder na sociedade em rede está baseado no controle da comunicação e informação, sendo que a configuração de um contra-poder depende da capacidade de romper com este controle. O autor assinala que um poder comunicacional está no âmago da estrutura e da dinâmica das sociedades contemporâneas, refletindo o grau de autonomia que um indivíduo ou ator coletivo possui para obter informações e disseminar conteúdos, independentemente da vontade de outros indivíduos e atores coletivos.

Trata-se de uma categoria relacional na medida em que as posições historicamente adquiridas permitem uma maior ou menor capacidade de empregar estratégias de poder a partir dos arranjos comunicativos. O autor entende que a habilidade de exercer controle sobre outros depende de dois mecanismos: primeiro, a capacidade de constituir redes, bem como de programar e reprogramar estas redes de acordo com os objetivos a elas atribuídos; segundo, a capacidade de conectar e garantir a cooperação de diferentes redes ao compartilhar objetivos comuns, combinando recursos, bem como ao afastar a competição de outras redes, criando cooperação estratégica. O primeiro mecanismo é assegurado pelos programadores e o segundo pelos conectores.

No sentido de contra-poder dado por Castells (2015), a possibilidade da *Avaaz* reprogramar redes globais de comunicação com suas campanhas torna-se viável por pelo menos dois caminhos. No primeiro, a partir da apropriação de quadros de significação nas campanhas, a *Avaaz* busca reprogramar redes globais de comunicação tanto ao agregar códigos culturais de um discurso global, quanto introduzindo novas instruções e mensagens nos programas das várias redes nas quais esta organização atua. No segundo caminho, ao conectar diferentes redes nos quadros de significação a que recorre em suas campanhas com a internet e seus membros, a *Avaaz* abre um campo de possibilidades para inserir novas informações, práticas e atores — entre estes, indivíduos, grupos e

objetos materiais — no sistema político, criando condições para conexões de poder com potencial para reprogramar redes de comunicação.

Se a capacidade de estabelecer conexões entre redes, bem como de programar redes globais constituem as formas de exercício do poder nas sociedades globais em rede, os programas de resistência e o rompimento da capacidade de conexão das redes de poder são formas de contra-poder, que defendem valores e interesses alternativos, sendo desempenhadas pelos movimentos sociais e pela sociedade civil local, nacional e global. A dificuldade é que as redes de poder são usualmente globais, enquanto a resistência do contra-poder é usualmente local, o que pode ser visto na tendência da *Avaaz* agir como um vetor externo à governos nacionais na maior parte das suas campanhas.

Alcançar o global a partir do local, estabelecendo redes com outras localidades e os processos que permitem atravessar o espaço de fluxos torna-se uma questão estratégica para os movimentos sociais da nossa era. No caso da *Avaaz*, não se trata de um movimento social, mas de uma organização que se propõe a atuar globalmente, atravessando este espaço de fluxos ao estabelecer redes entre diferentes escalas — global, regional, nacional, local e individual. Neste sentido, traz pistas para pensar no que seria a construção desse contra-poder, por mais que apresente várias limitações, em especial o engajamento pontual e rápido nas formas de participação que se mostram fechadas e construídas de cima para baixo.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n.37, junho de 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200001>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001. Acesso em 18 jul. 2019.

ANTOUN, Henrique. A Multidão e o Futuro da Democracia na Cibercultura. *In*: FRANÇA, Vera, WEBER, Maria Helena, PAIVA, Raquel e SOVIK, **Liv. Livro do XI COMPÓS**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

BENNETT, W. Lance & SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. *Information, Communication & Society*, 15:5, 739-768, 2012. Disponível em

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2012.670661>.

Acesso em: 18 jul. 2019.

CASTAÑEDA DE ARAUJO, Marcelo. **Ação coletiva com a internet: reflexões a partir da Avaaz**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=310056. Acesso em 03 jul. 2019.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KHAN, Richard & KELLNER, Douglas. Oppositional politics and the internet: a critic/reconstructive approach. **Cultural Politics**, v. 1, n. 1, pp. 75-100, 2005. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/240595246_Oppositional_Politics_and_the_Internet_A_CriticalReconstructive_Approach. Acesso em: 18 jul. 2019.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

MILLER, Daniel & SLATER, Don. *The internet: an Ethnographic Approach*. New York: Oxford International Publishers, 2000.

An internet campaign factory: Avaaz's clues for setting up a counterpower

ABSTRACT

The article contributes to understand the political implications associated with the internet, drawing attention to the potential for reconfiguration of forms of collective action based on the analysis of a political organization that promotes global campaigns called Avaaz. Through an ethnographic and indexing perspective in a three-year research, the article focuses on the processes of making the campaigns that are triggered by sending e-mails to its members, constituting a network actor. In addition, it analyzes the composition of these

emails and the values inherent to the campaigns observed during the survey. The article interprets Avaaz's campaigns as a configuration of counter-power in global network societies by relying on Manuel Castells's approach.

Keywords: Internet; Political Action; Campaigns; Counter-power.



Emoção e Polarização nas e pelas Redes Digitais: a gestão de repertórios afetivos por públicos em rede

Patrícia P. Pavese¹

Julio Valentim²

RESUMO

Nosso objetivo neste artigo é refletir, numa perspectiva especulativa, a relação entre Repertórios Afetivos e as Polarização/Duplicidade Políticas nas interações na e pela Internet. Sendo assim, procuramos estabelecer o diálogo com autores que discutem os fenômenos em questão. A hipótese que orienta a nossa discussão é que, com a suposta existência de um ambiente cultural no contexto histórico brasileiro recente, há o favorecimento da produção de novas e o reforço de antigas formas de polarização em públicos que se conectam nas e pelas Redes Sociais Digitais. Este processo se desenrolaria a partir de modos de gestão conflitantes de Repertórios Afetivos distintos entre dois grandes grupos de actantes: um mais alinhado ideologicamente ao discurso de Direita e outro afinado ao de Esquerda. No percurso que seguimos, inicialmente, versamos sobre as possibilidades de pesquisa em torno das emoções em ambientes digitais. Na sequência, levantamos elementos teóricos para a compreensão das possibilidades de Ação Conectiva na gestão de Repertórios Afetivos por Públicos em Rede no universo das Plataformas Digitais, assim como os indicadores de Polarização Política Internet, especialmente no Brasil.

Palavras-Chave: Redes sociais digitais, Repertórios afetivos, Polarização, Duplicidade.

Recebido em 30/03/2019

Aceito para publicação em 04/02/2020

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.24056>

¹ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professorado Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFES e integrante do Grupo de Estudos do Consumo. E-mail: pppavesipatricia4@gmail.com.

² Jornalista, Mestre em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. Desenvolveu pesquisas de Mestrado e Doutorado sobre cibercultura e como a Internet e os celulares estão sendo usados para organizar campanhas eleitorais e protestos. Atualmente, seu interesse como pesquisador é o uso de plataformas, bots, algoritmos, inteligência artificial e Big Data para propósitos políticos. E-mail: jvalentim@gmail.com.

Introdução

Valentim (2005) sinaliza que “cidades estão tornando-se metrópoles cibernéticas, onde cada vez mais os cidadãos, animais, máquinas, veículos, objetos e lugares são monitorados e conectados, entre si e a qualquer parte do mundo, através do ciberespaço”. Segue argumentando que “em movimento ou parado, tudo começa a se interconectar e a funcionar – de preferência sem fios – como um complexo sistema cibernético de comando”. Bennet e Sergeberg (2013), por sua vez, afirmam que vivemos com a ascensão das Plataformas Digitais a passagem do modelo de Ação Coletiva para o da Ação Conectiva, no qual o novo padrão de agência em fluxos por Redes Sociais Digitais e seus desenhos de interface específicos exercem papel decisivo na modelação dos fluxos coletivos.

O relatório *Digital in 2019*, feito pela *We Are Social* em parceria com a *Hootsuite*, apontou que 66% da população brasileira é usuária das redes sociais. Em ordem decrescente, os sites mais acessados na ocasião eram: Youtube (95%), Facebook (90%), Whatsapp (89%), Instagram (71%).³ O intenso e já naturalizado trânsito em universos digitais no Brasil e as modulações que têm recebido as ações políticas constituídas nas e pelas conexões, apresentam-se como imperativas para a investigação pelas Ciências Sociais hoje.

As Plataformas Digitais, embora sejam artefatos técnicos, não se constituem como um universo amorfo, linear e homogêneo. “São estruturas e relações sociais, economia e mercado; é política, estética e poesia. Assim como a cidade em sua dimensão material, é igualmente tensão, anonimato, indiferença, desprezo, agonia, crise e violência” (ECKERT, ROCHA, 2008).

Assim sendo, pode-se especular a existência de um regime de ação (modelo de cidade), nos termos de Boltansky e Thévenot (1991), próprio ao universo das Plataformas, ou uma espécie de “uberização da vida” nos termos de Rosenblat (2018). E, igualmente, se neste suposto “regime de conexões” emergem novos marcos para a educação sentimental e gestão de emoções.

A hipótese que orienta a nossa discussão neste artigo é que, com a suposta existência de um ambiente cultural no contexto histórico brasileiro recente, há o favorecimento da produção de novas e o reforço de antigas formas

³ Disponível em: <<https://rockcontent.com/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>> Acesso em: 29/01/2020

de polarização em públicos que se conectam nas e pelas Redes Sociais Digitais. Este processo se desenrolaria a partir de modos de gestão conflitantes de Repertórios Afetivos distintos entre dois grandes grupos de actantes: um mais alinhado ideologicamente ao discurso de Direita e outro afinado ao de Esquerda. No percurso que seguimos, inicialmente, versamos sobre as possibilidades de pesquisa em torno das emoções em ambientes digitais. Na sequência, levantamos elementos teóricos para a compreensão das possibilidades de Ação Conectiva na gestão de Repertórios Afetivos por Públicos em Rede no universo das Plataformas Digitais, assim como os indicadores de Polarização Política Internet, especialmente no Brasil.

As possibilidades de pesquisa em torno das emoções em Territórios Digitais

Por meio de dispositivos móveis, diversas peças de Mídia Nativa⁴ como imagens, textos autorais e/ou de terceiros, são diariamente produzidas e publicadas online, especialmente diante de eventos significativos que geram comoção e engajamento generalizado nas Redes Sociais Digitais. Eventos como desastres naturais (enchentes, etc.) a ataques terroristas, reality shows e processos eleitorais costumam mobilizar densa carga afetiva nas conexões via internet. Nestes momentos, um conjunto de Entes Digitais são capazes de evidenciar emoções e sentimentos contraditórios e posicionamentos apaixonados. Vividas e avatarizadas (em hashtags, vídeos, emoticons, memes, etc.) nos territórios digitais, as emoções podem constituir objetos de pesquisa passíveis de circunscrição de diferentes maneiras.

Podem ser pensadas como indicadores políticos e/ou de mercado à medida que, por exemplo, uma vez rastreadas por Big Data, auxiliam no acompanhamento e compreensão de comportamentos em ciberambientes. Neste sentido, “o papel da análise de sentimento cresceu significativamente com a rápida difusão das redes sociais, microblogs e fóruns” (Malini; Ciarelli; Medeiros, 2017: 2).

Liu (2010) sinaliza que *“as opiniões expressas pela demonstração de sentimentos passaram a ser úteis para tomada de decisões, e isso não é só verdade para os indivíduos e organizações”*. Também vem sendo acionada por diversos pesquisadores a abordagem conhecida como “análise de sentimento”

⁴ As produções midiáticas de grupos minoritários, desenvolvidas no e pelo Ciberespaço na definição de DI FELICE in: <www.grupoatopos.blogspot.com Acesso em 12/12/19>

(*sentiment analysis*) e seus diferentes sinônimos na literatura científica, dentre eles *opinion mining*, *opinion extraction*, *sentiment mining*, *subjectivity analysis*” (Malini, Ciarelli e Medeiros, 2017: 13).

A detecção desses pode ser feita (1) por meio de sentimentos específicos, ou seja, identificação de sentimentos preestabelecidos para o corpora em questão, geralmente pensados de acordo com o tema coletado (por exemplo, analisar o medo em contextos de difusão de notícias sobre violência, ou o empoderamento em quadros de ativismo online); (2) os sentimentos genéricos, os quais também são preestabelecidos para análises comparativas, porém, se inserem no termo genérico, por se enquadrarem em qualquer corpora, e.g., alegria, raiva, medo, empoderamento, desgosto, surpresa, confiança, etc.; (3) polaridades, nas quais se pode perceber, por meio da soma de pontuações de palavras entre positivo e negativo, qual é a polaridade das frases, mensagens ou perfis analisados; e (4) emoticons e/ou emojis, os quais se dividem entre positivos e negativos, ou entre sentimentos genérico (Malini, Ciarelli, Medeiros, 2017: 13)

Do ponto de vista da pesquisa qualitativa, encontramos trabalhos em que o investigador observa e participa diretamente das interações nas plataformas digitais. Rifiotis (2016, p. 94) por exemplo, compreende que, nos Ciberambientes, “*o foco etnográfico deixa de ser os sujeitos humanos, como totalidades já dadas de antemão, e passa a ser a ação, os agenciamentos, incluindo-se todos os partícipes (actantes) que atuam no seu curso*”.

No que toca aos marcos teórico-metodológicos que orientam este trabalho, em 2018, por ocasião do assassinato da parlamentar carioca Marielle Franco, empreendemos uma incursão empírica de caráter exploratório nos Facebook e Twitter, onde rastreamos as hashtags *#mariellepresente* e *#QuemMatouMarielle*. Na ocasião, nos interessava compreender quais “Repertórios Afetivos” eram mobilizados por meio das “Mídias Nativas” indexadas por estas hashtags. O trabalho analítico que desenvolvemos a partir deste material foi relatado em outra publicação. Entretanto, a partir dele, fomos estimulados a pensar sobre a gestão de diferentes regimes afetivos num contexto

de crescente contraposição de narrativas (Direita X Esquerda - Conservadores x Liberais - Lulista x Bolsonaroista) que já podia ser observado naquele momento no Brasil.

Neste artigo, não procedemos a análise de nenhum tipo de material empírico. Embora, em algum momento dados empíricos produzidos por nós e por terceiros tenham contribuído para a sua proposição, nosso objetivo aqui é refletir, numa perspectiva mais especulativa, a relação entre Repertórios Afetivos e as Polarização/Duplicidade Políticas nas interações na e pela Internet. Sendo assim, procuramos estabelecer o diálogo com autores que discutem os fenômenos em questão, sem a pretensão de esgotá-los, no intuito de contribuir para o debate mais amplo sobre emoções, política e internet.

Plataformas, Públicos em Rede e as possibilidades de Ação Conectiva

Para pensar a relação entre Repertórios Afetivos e as Polarização/Duplicidade Políticas nas interações na e pela Internet, é importante compreensão dos ambientes em que estes processos se desenrolam - as Plataformas Digitais - e das possibilidades de agências em seu interior – Ações Conectivas.

Do ponto de vista dos ambientes digitais, pensadas de forma mais ampla, as *“Plataformas são infraestruturas digitais que permitem a interação de dois ou mais grupos”* (SRNICEK, 2017). Atuam como intermediárias que agregam diferentes tipos de usuários: clientes, anunciantes, prestadores de serviços, produtores, fornecedores. Em geral, essas Plataformas disponibilizam uma série de ferramentas que permitem que seus usuários construam seus próprios produtos, serviços e mercados. (SRNICEK, 2017). As Plataformas também podem ser nomeadas, do ponto de vista do discurso econômico como a “economia gig”, a “economia compartilhada”, a “economia sob demanda”, a “próxima revolução industrial”, “exímia de vigilância”. (SRNICEK, 2017)

Para Van Dijck & Poell (2018), a Plataforma consiste na penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais em territórios digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida, assim como, a rearticulação de práticas e imaginações culturais. Assim, Van Dijck & Poell (2018) definem ainda as Plataformas como infraestruturas digitais (re) programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários

finais e complementadores, organizadas por meio da coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados.

Morozov (2018) sinaliza como uma das características mais marcantes das Plataformas Digitais, o seu regime de “regulação algorítmica” que é tomado como referência para o gerenciamento da vida, rebaixando as questões políticas, assumindo este modelo de regulação como o critério fundamental para a tomada de decisões, que geram impactos na Democracia.

Silveira (2019) pontua que as Plataformas emergem como o novo modelo de negócios. Elas se tornaram uma maneira eficiente de monopolizar, extrair, analisar e usar quantidades cada vez maiores de dados. Capitaneiam este modelo de negócios hoje os poderosos Google, Facebook e Amazon e startups dinâmicas como Uber e Airbnb. Estas emergem como:

“Devoradoras de dados e, como se fossem ruminantes digitais, os entregam em amostras específicas para cada um dos anunciantes ávidos por obter, se possível em tempo real, um bom resultado em sua transação, seja ela a oferta de um táxi, a resposta à busca de um namorado ou namorada, o aluguel de um imóvel na praia ou a venda de um móvel antigo etc. O capitalismo de plataforma é um capitalismo de dados tratados por algoritmos.” (SILVEIRA, 2019, p. 294)

As Plataformas Digitais constituem ambientes nos quais, dentre outras coisas, circula informação política. E, ainda que a natureza eminentemente corporativa delas possa modular e constranger determinados tipos de agência, a partir delas também são estabelecidas possibilidades de participação no jogo democrático (GOMES, 2005).

É possível identificar expressões de experiências da chamada esfera pública privada nas Plataformas Digitais? Scherer-Warren (2006) acreditam que sim. Que nelas, podem ser configuradas arenas a partir das quais, por exemplo, *“coletivos em redes e as redes de movimentos sociais também têm desempenhado um papel relevante enquanto atores de resistência e propositores de políticas sociais cidadãs”* (p. 222).

Para Lévy (2010), existe um chamado “domínio público digital” que, em certa medida, pode representar a possibilidade de tensionamento de governos, *“para mais transparência, abertura e diálogo”* (p. 14). Por sua vez, a já

mencionada natureza corporativa da Plataformas põe em cheque a ideia de que *"a esfera pública se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis"*. (HABERMAS, 2003, 435).

Fuchs (2015) afirma que as Plataformas procedem a comoditização de dados por serem empresas de publicidade, e qualquer tipo de vigilância privada e estatal limita as liberdades liberais de pensamento, opinião, expressão, reunião e associação. Esses movimentos e grupos representariam a dialética negativa do esclarecimento do capitalismo informacional do século XXI.

Para Sparks (1998) as Plataformas Digitais são territórios onde emergem “comunidades” circunscritas além dos Estados-Nação, que podem fomentar uma “esfera pública global”. Uma espécie de “esfera imperialista, privada”, já que a esfera pública em domínios digitais, mais do que um espaço de circulação de informação, é controlada por lógicas corporativas.

Seja pela mídia tradicional ou a digital, a informação pública entra nas casas, e os negócios privados tornam-se públicos (FUCHS, 2015). Como afirma Scannel apud Fuchs (2015) “A transmissão criou um mundo público de pessoas públicas, estando diariamente disponível para populações inteiras. Mas, ao mesmo tempo, *“a transmissão, então, traz a vida pública para a vida privada, e a vida privada para a vida pública, por prazer e alegria e diversão, tanto quanto para a informação e para a educação”* (p.143).

“A mídia social possibilita a convergência de três modos de socialidade (cognição, comunicação, cooperação) em uma forma integrada de socialidade. Isso significa, por exemplo, no Facebook, que uma pessoa cria um conteúdo multimídia, como um vídeo, no nível cognitivo; depois, publica-o para que outras pessoas possam comentar (o nível comunicativo), e permite que outros manipulem e mexam no conteúdo, para que o novo conteúdo com múltiplos autores possa surgir. Um passo não necessariamente leva ao próximo, mas a tecnologia tem o potencial de autorizar a combinação das três atividades em um único espaço.” (FUCHS & TROTTIER, 2016, p. 421)

Ainda explorando a ideia da formação do espaço público nas Plataforma Digitais, na perspectiva dos estudos culturais e de mídia, Livingstone (apud

Boyd, 2008) compreende que, no contexto da internet, público é sinônimo de “audiência”, um grupo limitado, que compartilha uma narrativa, seja uma visão de mundo ou uma performance. Ou seja, não existiria a expressão do público como experiência universal, e sim, a formação de públicos em torno de temas de interesse. Esta compreensão se aproxima da noção de “público em rede” apresentada por Mizuko Ito (2008) para “*referenciar um conjunto vinculado de desenvolvimentos sociais, culturais e tecnológicos que acompanham o crescente envolvimento com a mídia digital em rede*” (p. 2).

Partindo dessa ideia de “público em rede” de Ito (2008), Boyd (2008) afirma que a diferenciação entre “públicos em rede” de outros tipos de públicos se dá pela estrutura que os sustenta. As tecnologias digitais reconfiguram os fluxos de informações, assim como procedem a modulação das interações entre pessoas nas redes. A arquitetura dos públicos em rede é que os distingue dos públicos mais tradicionais e já conhecidos. As tecnologias em rede ampliam e complexificam os públicos em todas as suas formas.

A noção de “Públicos em Rede” de Ito (2008), conjugada à ideia de “Ação Conectiva” de Bennet & Sergeberb (2013) nos permite pensar que as Plataformas Digitais são territórios férteis de produção e intensificação de emoções. Os “públicos em rede” no nosso entendimento, empreendem “Ações Conectivas” e estas, diferem da lógica organizacional da ação coletiva (tradicional).

A Ação Conectiva consiste na “*capacidade de populações fragmentadas e individualizadas compartilharem conteúdos pessoalmente, transformando identidades coletivas e encontrando novas formas de mobilizar redes de protesto*” (BENNET & SERGEBER, 2013, p. 29). A Ação Conectiva é sempre mediada por redes digitais e por quadros de ação pessoal. Frequentemente são disseminadas de forma rápida e fomentam repertórios adaptáveis, favorecendo ao engajamento político pautado em escolhas afetivas e individuais.

Esse processo comunicacional, que se dá por meio de compartilhamentos de textos, tuítes e vídeos em redes sociais, aumenta ainda mais a personalização, uma vez que as conexões digitais sempre passam entre amigos, família e pessoas de confiança. Esses quadros de ação pessoal, em geral, são mais fáceis de serem moldados e compartilhados entre as redes dos indivíduos. Na internet, esses quadros muitas vezes são

transformados em memes ou em frases viralizadas, que, pela natureza da sua criação e dinâmica da rede, se espalham de forma rápida. Nesse sentido, acreditamos que a luta política se tem passado muitas vezes pelas redes sociais on-line. (FERREIRA, 2016, P. 74)

Podemos afirmar, procedendo a aproximação entre Ito (2008) e Bennet & Sergeberg (2013), a possibilidade de que públicos em rede”, na ambiência das Plataformas Digitais, por meio de agências conectadas, sejam capazes de transubstancializar as emoções produzidas em torno de acontecimentos significativos do cenário político (local ou global), entre agentes individuais e coletivos por meio da avatarização de afetos e humores. E que, à medida que os sujeitos interagem nas redes sociais digitais, reificam e questionam fronteiras, sentidos e posições na estrutura social. Em outras palavras, Repertórios Afetivos distintos são manejados e novas formas de corporificação de sentidos emergem nestes contextos. Para melhor compreendermos como a ação social é empreendida em ambientes digitais, passamos na seção seguinte ao escrutínio do que chamamos de “Repertórios Afetivos.

Repertórios Afetivos e Plataformas Digitais

As interações entre sujeitos individuais e coletivos nas e pelas Plataformas, não obedecem ao protocolo da ação racionalmente orientada para a busca do consenso preconizada por Habermas (2003). São geralmente marcadas por agências com densa carga emocional e, dentre outras coisas, podem tender à polarização, sobretudo diante de eventos significativos. Poderíamos afirmar que diferentes Regimes de Ação Conectiva se perfazem nas esferas digitais. Dentre eles, podemos identificar regimes articulados em torno, por exemplo, de lógicas algorítmicas, corporativas, identitárias, publicitárias, etc. Nos interessa neste trabalho o acercamento do que consideramos consistir em um Regime Orientado por Afetos e em Repertórios Afetivos que mobilizam, sobretudo, como nos conectamos, enquanto cidadãos, com as experiências de engajamento político.

As Plataformas constituem territórios de manifestação e intensificação de emoções que são operadas com base em diferentes Regimes de Afetos. Estes se estabelecem por meio do agenciamento e da negociação entre atores individuais e coletivos, a partir de repertórios culturais diversos. As emoções

manifestas diante de eventos significativos dos cenários políticos local e/ou global, hoje são profundamente marcadas pelas conexões. Afetos avatarizados nas interações digitais, desafiam fronteiras, significados e posições na estrutura social. A análise da movimentação politicamente orientada dos Públicos em Rede passa necessariamente pela compreensão das ações políticas conectivas e dos Regimes de Afetos que estas atualizam.

Para pensarmos o que aqui chamamos “Repertórios Afetivos”, é instrutivo retornar à noção de gramática. De forma geral, a abordagem gramatical dos fenômenos culturais passa uma “representação organizada” dos fatos, revelando uma lógica capaz de integrá-los de maneira inteligível, estabelecendo seus traços pertinentes e os “esquemas generativos cuja organização define um modelo de competência”(BOLTANSKI, 2004). A noção de gramática na análise de comportamentos coletivos normalmente é acionada no intento de evitação do relativismo, *“pois as regras que compõem uma gramática, muito embora apenas se atualizem nas situações particulares, são a elas irredutíveis no sentido em que não são refeitas ex nihilo a todo momento”* (CORRÊA & DIAS, 2016, p. 75).

Na fuga dos modelos interpretativos de ação social que não dão conta dos modos de agregação próprios às Plataformas Digitais, entrevemos na Teoria da Justificação de Boltansky e Thévenot (1991) uma base razoável para a reflexão em torno do que seriam e como operam os Repertórios Afetivos. Procurando evitar o relativismo dos valores, os autores formulam o modelo das *Cités*. O modelo é fundado na hipótese da existência de *“uma pluralidade limitada de ordens normativas hegemônicas capazes de compor uma metafísica política que permite aos indivíduos convergirem na direção de um acordo justo e de caráter universalista”* (CORRÊA & DIAS, 2016, p. 75).

Ainda que não acatemos plenamente a ideia de que existam ordens simbólicas homogêneas e universais orientando as ações dos sujeitos e que justo seja mais microdeterminado do que indicam, o que nos atrai na proposta da “Teoria das *Cités*” de Boltansky e Thévenot é aquilo que descreve Honnet (2010): o reconhecimento dos dois autores de que os atores geralmente coordenam seus planos de ação usando sua competência, recorrendo a concepções morais que justifiquem as suas agências. E, sobretudo pelo imperativo de que estes sujeitos devem ser reconhecidos como agentes proativos, com capacidade de autodeterminação, pois por iniciativa própria, recorrem a diferentes concepções de ordem social para a gestão de seus projetos de ação individuais.

Sendo assim, na situação em que os modelos morais entram em risco, quando o curso de condutas padrão cotidiano é interrompido, os sujeitos, “Enfrentam então, como John Dewey ou George H. Mead teriam formulado, o requisito funcional de reavaliar suas suposições, que antes assumiam como válidas, a fim de ajustá-las intelectualmente às condições modificadas” (HONNET, 2010, Pp. 20).

No entendimento de Boltansky & Thévenot, a vida social é marcada pela “demanda de justificação” por parte dos sujeitos, no curso de suas ações, que os auxiliam, frente a crises sempre recorrentes, a divulgação e defesa de suas concepções de ordem (HONNET, 2010).

Tais pontos de justificação discursiva representam o aspecto reflexivo da reprodução social através do qual o que foi previamente dado implicitamente pelo fluxo rotineiro de interações no mundo da vida é explicado. Os participantes comunicativos são agora forçados a oferecer argumentos e razões pelas quais gostariam que o aspecto do mundo da vida que se tornou problemático fosse regulado por um e não por outro modelo de ordem, razão pela qual o problema de coordenação em questão só pode ser resolvido da forma que eles preferem. (HONNET, 2010, p. 380)

Diferentemente de Boltansky & Thévenot, que têm as suas análises ancoradas em empiria própria às chamadas Democracias do Ocidente, não trabalhamos com os pressupostos de macroestruturas na análise que propomos neste artigo. Recorremos às noções de “Justificação” e à “Teoria das Cités” como um ponto de partida para tratar do que entendemos como “Repertórios Afetivos”, especialmente no que diz respeito ao papel que exerce como quadro de referência na ordenação de agências individuais e coletivas.

Os Repertórios Afetivos consistem no conjunto de sentidos e significações desenvolvido por diferentes agrupamentos que são corporificados e tangibilizados em estados emocionais e humorais. Eles são heterogêneos, dinâmicos e erráticos em suas trajetórias. Funcionam como o arsenal de sentidos emocionais, incorporados pelos sujeitos num processo constante de educação sentimental e compartilhado em diferentes escalas por determinados segmentos sociais. Em certa medida, os Repertórios Afetivos são os quadros de sentido que

ancoram e “justificam” as agências afetivas dos sujeitos. É a “razão” afetiva que legitima certas expressões humorais e emocionais numa coletividade imediata.

Do ponto de vista da discussão mais ampla que propomos neste artigo, trabalhamos com a hipótese de que, nas interações online, à medida que Repertórios Afetivos contraditórios são mobilizados por usuários apoiadores e opositores de determinado evento, causa e/ou discurso podem emergir diversas formas de polarização política. E que estão intimamente ligadas a movimentações próprias dentro de um complexo “circuito de afetos” (categoria que exploraremos mais adiante).

Entretanto, antes de passarmos à reflexão da polarização política à luz dos circuitos e repertórios de afetos, retomamos as possíveis conceituações na gramática política mais ampla e as possíveis acepções que podem tomar quando pensadas no universo das interações digitais, especialmente no contexto brasileiro.

Polarização Política

Carothers & O’Donohue em “Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization.” (2019) indicam que à primeira vista, a vida política de um país é polarizada na medida em que as forças políticas em disputa divergem em suas concepções e ações, não compartilhando um terreno comum significativo.

Para Mouffe (2005), se quisermos discutir seriamente a Polarização, é fundamental recorrer à genealogia histórica da divisão social e política (e das articulações entre elas), pensando-as como parte da socialidade humana. Especialmente se consideramos que divisões no tecido social são inevitáveis e o desafio político essencial no qual toda sociedade precisa se empenhar é o desenvolvimento de recursos para os equilíbrios institucionais. E que, neste processo, performances e jogos complexos de linguagem manifestam-se de forma agonística.

Yannis Stavrakakis (2018), retomando estudos clássicos para pensar a Polarização, sinaliza que Lévi-Strauss, a partir da investigação etnográfica junto a dois segmentos sociais, descreve a estrutura social de Winnebago como dividida em duas partes (wangeregi, ou “aqueles que estão acima” e manegi, ou “aqueles que estão na terra”). Prossegue Stavrakakis na descrição da análise etnográfica de Lévi-Strauss (2018):

o que é interessante é que, quando solicitados a desenharem o arranjo espacial de sua aldeia, os membros dos dois subgrupos diferentes produziram ilustrações muito diferentes: Ambos percebem a vila como um círculo, mas para um subgrupo há dentro desse círculo outro círculo de casas centrais, de modo que temos dois círculos concêntricos; enquanto para o outro subgrupo o círculo é dividido em dois por uma linha divisória clara. (Zizek em Butler, Laclau e Zizek, 2000, p. 112). A divisão social e suas representações antitéticas (políticas) parecem revelar, neste exemplo, as sementes da polarização que operam ao longo da história. Em nossa trajetória ocidental, significantes como "os que estão abaixo", os "demos", os "plebeus" e "as pessoas" (STAVRAKAKIS, 2019, p.47).

Ainda numa perspectiva dos estudos clássicos, a visão de Carl Schmitt da política, que pressupõe a discriminação amigo/inimigo, é invocada por Mouffe (2005). Mouffe afirma que, Schmitt teria enfatizado insistentemente a *differentia specifica* do político como a discriminação amigo/inimigo. Mas, tal discriminação se daria de forma eminentemente política, não fundada na economia ou na ética. “*O inimigo nunca deveria ser o inimigo “pessoal” - o que em latim é chamado de inimicus, - mas o inimigo “público”*” (p. 246).

Para Schmitt, o mundo político é um pluriverso, não um universo. Assim, é ilusória a ideia de que os fins da política são estabelecer consenso em torno de um único modelo. Questionando o padrão de Democracia do mundo ocidental, Mouffe (2005) ainda afirma que “*o problema central que nosso mundo unipolar atual está enfrentando é que é impossível que os antagonismos encontrem formas legítimas de expressão.*” (p. 250).

Entretanto, o processo de polarização, afirma Stavrakakis (2018) apoiado em McCoy e Murat Somer, embora não estranho às democracias, mesmo as pensadas dentro do modelo racional moderno, acachapa a complexidade da política e das relações sociais. E faz isso “*alinhando divisões não relacionadas, emasculando divisões transversais e dividindo a sociedade e a política em dois blocos separados, opostos e inflexíveis*” (p. 51).

A questão é que, na Era Digital ou nas Sociedades de Informação (CASTELLS, 2000), novas formas de expressão do político vêm sendo gestadas. E, em muitos aspectos, as formas clássicas de circunscrição do fenômeno Polarização Política podem não dar conta dos contornos que ela toma quando experienciada em agências eminentemente conectadas. Procuramos desenvolver este ponto a seguir, pensando a Polarização Política em contextos digitais, partindo da experiência brasileira.

Internet e Polarização no Brasil

É possível observar a tendência à polarização para além da Internet em diferentes países, Hunter (1992) em “Culture Wars: The Struggle to Define America” usa o termo “guerras culturais” para designar a exploração de temáticas polêmicas como aborto, direitos LGBT e controle de armas para a reconfiguração do debate político, substituindo as pautas tradicionais e contribuindo fortemente para processos de confrontos bilateralizados.

Em 2017, Ortellado & Ribeiro (2018) iniciaram um trabalho de rastreamento do comportamento online de usuários do Facebook nos EUA e na Argentina e, segundo eles, nestes países “os usuários de direita e de esquerda do Facebook existem em universos totalmente diferentes, não apenas em termos dos políticos que apoiam, mas também em seus interesses sociais”.⁵

O Relatório de Notícias Digitais 2019 (Digital News Report) construído pelo Instituto Reuters em parceria com a Oxford University, sobre o mercado jornalístico e as práticas de consumo de notícias online, a partir de entrevistas com leitores de 38 países, identificou que “a radicalização da disputa política e a disseminação de desinformação podem ser notadas em função da preocupação com a veracidade da notícia, que aparece em 85% dos relatos no Brasil, 70% no Reino Unido e 67% nos EUA”.⁶

Bartlett (2018) entende que o crescimento da presença de grupos radicais na internet se deve ao fato destes estarem fora dos jornais e do *mainstream*. “Todos nós nos tornamos mais radicais” [...] pulamos de um assunto para outro

⁵ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/polarizacao-politica-e-fake-news-impactam-confianca-no-jornalismo>>. Acesso em 18/01/2020.

⁶ Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/31/As-redes-sociais-e-a-internet-s%C3%A3o-mesmo-as-principais-culpadas-pela-polariza%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>> Acesso em 23/01/2020.

e somos apresentados a mais e mais conteúdos apelativos e sensacionalistas para manter nosso vício nas redes”. (2018, p. 40) Um dos desdobramentos disso seria a constante exposição a argumentos emocionais radicais, xingamentos e embates inflamados nas Redes Sociais Digitais.

Em uma direção diferente dos autores já mencionados, economistas da Universidade de Brown (USA), analisando o processo de polarização política nos EUA em 2016 e 2017, indicam que o seu crescimento naquele país é mais intenso em grupos demográficos que acessam menos a internet e as redes sociais digitais.

“A pesquisa partiu da percepção cada vez mais comum de que as redes sociais e as fontes de notícias on-line formam caixas de reverberação de opiniões políticas. É a ideia do filtro-bolha, e do viés de confirmação - um viés cognitivo cujo efeito é chamar nossa atenção e aprovação para notícias e opiniões que reforcem nossas crenças pré-existentes. Essa tendência das pessoas a ler só o que confirma opiniões prévias geraria uma predisposição a negar opiniões divergentes e eliminaria a possibilidade de debate equilibrado”.⁷

Ou seja, em suas palavras: *“nossos achados vão contra a hipótese de que a internet em geral e as mídias sociais em particular são os principais agentes da crescente onda de polarização”*.⁸

No que toca à Polarização e Internet no Brasil, Ortellado & Ribeiro (2018) rastreando páginas políticas no Facebook em 2013, identificaram a partir de perfis de brasileiros com interesses políticos seis “comunidades de usuários” com base nos tipos de páginas que visitavam: (1) políticos e partidos conservadores; (2) políticos e partidos de esquerda; (3) grupos anticrime de linha dura; (4) campanhas anticorrupção; (5) movimentos sociais progressistas; e (6) direitos humanos e ambientalismo. Dando prosseguimento à pesquisa, observaram a intensificação da tendência à polarização política entre 2014 e

⁷ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/polarizacao-politica-e-fake-news-impactam-confianca-no-jornalismo>>. Acesso em 18/01/2020.

⁸ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/31/As-redes-sociais-e-a-internet-s%C3%A3o-mesmo-as-principais-culpadas-pela-polariza%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica> Acesso em 18/02/2020.

2016. “*Vimos usuários que antes compreendiam seis comunidades de interesse visivelmente distintas se separarem em apenas dois grupos com pouca sobreposição entre si: progressistas e conservadores.*”⁹ Com o impeachment em agosto de 2016 da presidenta Dilma Rousseff, as pesquisas mostram que a polarização no Brasil aumentou.

No que toca à existência de um processo de polarização política no Brasil que se desenrolaria de forma privilegiada nos ciberterritórios, alguns autores refutam completa ou parcialmente a ideia. E o fazem levantando questões que tocam à própria natureza de fenômenos como Polarização, Populismo e Agências de Extrema Direita.

Cas Mudde (2019) em sua reflexão mais ampla, mas que pode nos ajudar a pensar a dinâmica das Redes Sociais Digitais, acerca da relação entre polarização política e populismo, entende que “*a maior parte dos grandes partidos tem poucas narrativas ideológicas hoje em dia. É o que se chama política TINA [“There is no alternative”, não há alternativa]*”. O que favorece a emergência de discursos da Extrema Direita e acentua processos de Polarização. A Extrema Direita, em processos de Polarização Política, normalmente seria configurada conforme contextos políticos nacionais. No Brasil, a peculiaridade estaria no investimento das atuais forças no poder no discurso moral. Nas palavras do próprio Mudde: “*Bolsonaro tem um discurso religioso forte, especialmente devido ao papel dos evangélicos, que explica seu foco na degeneração moral*”.¹⁰ Além do foco numa moralidade de fundo religioso, as forças à direita representadas por Bolsonaro,

“... se encaixam no contexto de guerra cultural. Opiniões como as de Bolsonaro sobre questões de gênero e direitos LGBTQ são fundamentais para muitos políticos de extrema direita, especialmente os de fora da Europa ocidental. É parte de uma narrativa nacionalista, como se eles estivessem defendendo o Brasil verdadeiro contra essas ideias perversas que vêm do exterior para enfraquecer a nação. E elas ressoam com muita força em esferas conservadoras e religiosas, como se seus valores estivessem sendo desafiados

⁹ Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/partido-de-bolsonaro-pode-revelar-apoio-menor-que-esperado/a-51355745>. Acesso em 20/01/2020.

¹⁰ Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/partido-de-bolsonaro-pode-revelar-apoio-menor-que-esperado/a-51355745>. Acesso em 20/01/2020.

*por um ataque global [...] Bolsonaro trabalha muito com seus familiares e é rude de uma forma que atrai as pessoas. Por outro lado, há um aspecto típico de Bolsonaro que é o seu passado militar, e como isso se relaciona com a ditadura militar. Isso não é comparável com outros países como os Estados Unidos e a França, e tem um papel importante tanto para atrair apoiadores como despertar o medo de oponentes”.*¹¹

Seguindo o mesmo *thread* de Mudde (2019), Safatle (2020)¹² chama a atenção para a Duplicidade Política vivida hoje no Brasil, onde a figura do “*Bolsonaro atua como uma versão militarizada de seu oposito, a saber, Lula*”. O que não permitiria pensar que o Brasil estaria vivendo a Polarização. Que o investimento discursivo do Partido do Trabalhadores (PT), que se concentra na afirmação da existência da Polarização ideológica e partidária no cenário político brasileiro recente, é nocivo e inconsequente. E que, “*ao contrário, trata-se de dizer que tudo foi feito para anular a polaridade real, criando um duplo imaginário*”. Segue indicando que para a compreensão do retorno a discursos fascistas é preciso ter em conta estas “*lógicas dos duplos políticos. Pois, se há algo que nos falta é exatamente polaridade. Temos pouca polaridade e muita duplicidade*”.

Segundo Mignozzetti & Spektor (2019), diferentemente das Polarizações Partidárias e de cunho Ideológico, é possível verificar um forte componente afetivo na construção da narrativa da parte mais à Direita na polarização brasileira recente. Eles classificam como “*Afetiva de Massa*” a forma que a Polarização tomou no Brasil a partir das Jornadas de Junho de 2013. O processo eleitoral de 2018, em sua compreensão, “*causou níveis de polarização afetiva em massa, mas essa raiva social não se traduziu em*

¹¹ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-10/como-a-esquerda-brasileira-morreu.html>> Acesso em 20/12/2019.

¹² “Os níveis de polarização afetiva em massa no Brasil aumentaram, mais do que triplicando entre 2014 e 2018. De fato, em 2018, o Brasil exibiu níveis mais altos de polarização afetiva em massa do que a Turquia em 2011 ou qualquer outro país do país. dados fornecidos por Alban Lauka, Jennifer McCoy e Rengin Firat) In : MIGNOZZETTI, U. SPEKTOR, M. Brazil: When Political Oligarchies Limit Polarization but Fuel Populism”. In: Thomas Carothers & Andrew O’Donohue (Eds). **Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization**. Washington DC: Brookings Institution Press, 2019, p. 228-254.

¹¹ Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/partido-de-bolsonaro-pode-revelar-apoio-menor-que-esperado/a-51355745>. Acesso em 20/01/2020.

crecente partidarismo em grande medida” (p. 249). Não estaríamos vivendo um tipo de Polarização Partidária ou Ideológica, mas o crescente sentimento *antiestablishmentism* é que tem impulsionado a recente revolta política do Brasil.¹³

Apontando o WhatsApp como a principal Plataforma de mobilização política entre os brasileiros, os autores acreditam que *“a divisão e a Polarização on-line não viajam tão facilmente por um sistema de mensagens privadas quanto por Plataformas mais amplas de mídia social baseadas em redes e conexões”*. (MIGNOZZETTI & SPECTOR, 2019, p. 242).

No que diz respeito a tendência à Polarização na circulação de informações em Plataformas como o WhatsApp e o Telegram, muito ainda precisa ser desvendado por meio de pesquisas empíricas, sobretudo etnográficas, para se avance nesta discussão. Pesquisas como as de Cesarino (2018) e Bruno & Evangelista (2018) que tomam o Whatsapp como campo de investigação, sustentam que não é possível pensar em interações politicamente orientadas nos grupos formados em seu interior sem considerar fenômenos como as Fake News e os Filtros Bolhas.

Cesarino (2018) afirma que os Filtros Bolhas podem ser *“gerados de modo mais ou menos ‘espontâneo’ através dos algoritmos e padrões de uso correntes das mídias digitais”*, mas, no que toca ao que chama de Bolsoesfera¹⁴, há em operação *“uma mídia fractalizada, onde os próprios usuários incorporam o mecanismo populista e passam a (re)produzir seus padrões discursivos e de conteúdo digital”*.

Como ela observou no nicho bolsonarista, é possível notar nos termos de Douglas (1966), que a fiscalização mútua e permanente dos discursos entre os membros visa identificar o ‘impuro’ com o perigo que ameaça a integridade do grupo. (CESARINO, 2018). Bem como, *“a relação com o “outro” não é de um diálogo racional com um adversário legítimo, mas, uma relação afetiva,*

¹⁴ “A bolsoesfera não é, portanto, apenas um veículo de comunicação entre povo e líder entendidos enquanto emissor e receptor dados de antemão. Este aparato digital é o sistema líder-povo; tanto líder quanto povo só existem em e através dessa infraestrutura midiática.” In: CESARINO, Letícia. (2018) Populismo digital: roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/38061666/Populismo_digital_roteiro_inicial_para_um_conceito_a_partir_de_um_estudo_de_caso_da_campanha_eleitoral_de_2018>. Acesso em 02/12/2020.

emocional e incorporada de repulsa, nojo e animosidade com relação a um inimigo que deve ser eliminado”.

Bruno & Evangelista (2018) encontraram no WhatsApp grupos, constituídos a partir da segmentação por interesses. Segmentação que foi determinante para a radicalização política observada nas Eleições Presidenciais brasileiras de 2018. *“Essa é uma das hipóteses que nós temos. A de que houve um processo de radicalização e que ele tem a ver com a existência de desinformação direcionada para certos grupos”.* O que reforça a tese de Cesarino (2018) de que há sim expressões da Polarização no WhatsApp, se considerarmos a retroalimentação que este faz dos chamados Filtros Bolhas.

Assim, nos parece que, entre os pesquisadores que concentraram suas investidas empíricas em grupos do WhatsApp, a desinformação e a formação de Filtros Bolhas atuam ainda que indiretamente na construção de tendências à Polarização Política no contexto brasileiro. Se não é tão fácil identificar linhas de polaridade em redes de troca pessoais diretas criptografadas, observando na perspectiva de cada Bolha, seria possível reconhecer padrões que contribuem para a formação de contextos de Polarização Política.

Seja negando ou afirmando a existência de um processo de polarização política em curso no Brasil hoje, desenhado sobretudo a partir das conexões digitais, os autores com os quais trabalhamos nesta seção, em alguma medida, identificam a existência de um amplo movimento de tensão no debate público hoje no país. Mais do que atribuir nomenclaturas ou encapsular os eventos em categorias analíticas, é importante, na nossa compreensão, intensificar e ampliar a discussão, sobretudo, considerando a peculiaridade que toma quando analisada do ponto de vista das interações em redes sociais digitais. O que procuramos fazer na sequência.

Conexões, repertórios afetivos, “polarização afetiva” e duplicidades políticas

Para pensarmos a gestão das emoções e os acionamentos diversos dos Repertórios Afetivos nas Ações Conectivas, é importante entender quais tipos de interações são fomentadas nas Plataformas Digitais. Por sua vez, frente à complexidade do espaço de interação próprio às Plataformas Digitais é necessária a discussão da noção de Público no que toca às suas possíveis expressões em mundos digitais. Assim, retomamos o conceito de “Público em

Rede” de Ito (2008) e o papel desempenhado pelas tecnologias em sua configuração (BOYD, 2008).

O entendimento de “Públicos em Rede” de Ito (2008) nos leva a crer que as Plataformas Digitais se apresentam como ambientes privilegiados para a produção e intensificação de emoções, que podem ser operadas com base em racionalidades distintas, por meio do agenciamento e da negociação entre atores individuais e coletivos, a partir de repertórios culturais diversos. (PAVESI & VALENTIN, 2020, no prelo)

Podemos considerar que a heterogeneidade dos Públicos em Rede está intimamente relacionada à diversidade de Repertórios Afetivos por eles acionados. Safatle (2016) afirma que *“sociedades são, em seu nível mais fundamental, Circuitos de Afetos”*. (p. 46). Que não existe a possibilidade da *“adesão tácita a sistemas de normas que produz a coesão social”* (p. 47), que os Circuitos de Afetos é que cumprem efetivamente esse papel.

“Os ‘Circuitos de Afetos’ é que amalgamam a vida social, nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras [...] se fundamentam em afetos específicos, ou seja, elas precisam de tais afetos para continuar a se repetir, a impor seus modos de ordenamento definindo, com isso, o campo dos possíveis. Há uma adesão social construída através das afecções. Nesse sentido, quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos. Uma sociedade que desaba são também sentimentos que desaparecem e afetos inauditos que nascem. Por isso, quando uma sociedade desaba, leva consigo os sujeitos que ela mesma criou para reproduzir sentimentos e sofrimentos. (SAFATLE, 2016, p. 48)

Safatle afirma, ainda, que os afetos são sempre corporificados. Estes processos de corporificação podem ser materiais ou simbólicos. A partir disso, é possível

pensar os processos de avatarização de emoções nas malhas digitais como uma das formas possíveis de corporificação (neste caso em entes digitais) de afetos.

“Não há política sem alguma forma de incorporação. Não há política sem a encarnação, em alguma região e momentos precisos, da existência da vida social em seu conjunto de relações. Pois é tal encarnação que afeta os sujeitos que compõem o corpo político, criando e sustentando vínculos. Encarnação que pode se dar sob a figura do líder, da organização política, da classe, da ideia diretiva, dos vínculos a certos arranjos institucionais, da lavadeira; mas que deve se dar de alguma forma. Ignorar esse ponto é um dos maiores erros de várias formas de teoria da democracia. Uma encarnação não é necessariamente uma representação, mas um dispositivo de expressão de afetos. Sendo assim, podemos pensar a política a partir da maneira como afetos determinados produzem modos específicos de encarnação. Nem todas as corporeidades são idênticas; algumas são unidades imaginárias, outras são articulações simbólicas, outras são dissociações reais.

Desta maneira, na e pela internet, o “corpo político”, na tessitura e sustentação da coesão social, opera a partir de regimes de afecção. “Há certas afecções orgânicas, e não “deliberações racionais”, que nos fazem agir socialmente de determinada forma”.

Os Repertórios Afetivos são quadros mais ou menos estabilizados, embora sempre em movimento. As afecções aludidas por Safatle (2016) no fluxo do “Circuito dos Afetos” são parcialmente “ordenadas” a partir deles (dos Repertórios Afetivos). Por sua vez, ajudam a configurar o regime algorítmico das Plataformas e, ao mesmo tempo, são modulados pela arquitetura delas. Neste sentido, como Azevedo (2020)¹⁵ indica que os “discursos de ódio não são um mero efeito colateral das redes sociais: eles são produtos diretos do modelo de negócio das empresas que fazem fortunas colonizando o tempo e a atenção dos usuários”. O que nos leva a crer que as “*Plataformas lucram com o mal-*

¹⁵ Disponível em: <<https://universoracionalista.org/haters-sao-produtos-diretos-do-modelo-de-negocio-das-redes-sociais-aprenda-a-se->>. Acesso em 20/02/2020.

estar que os haters nos provocam. [...] Todo analista de redes sociais sabe disso: indignação gera engajamento.”

A “indignação” mencionada por Azevedo (2020) sinaliza o tensionamento e o risco a que os Repertórios Afetivos estão sendo expostos cotidianamente. A “estrutura” posta em risco, pode ser reafirmada ou rearranjada. Diante deste risco, devemos nos indagar: quais categorias “nativas” emergem neste processo? Quais são transpostas? Quais são reafirmadas? Ou, nos termos de Safatle (2016), “*faz-se necessário perguntar qual corporeidade social pode ser produzida por um Circuito de Afetos modulados por ações conectivas em seu curso*” (p. 45).

De maneira mais localizada, poderíamos afirmar que, na hipótese de que estejamos vivendo no Brasil um crescente movimento de Polarização Política, este seria causa e/ou efeito direto do processo de rearranjo de Repertórios Afetivos? Existem formas de corporificação de afetos e justificação de agências pró-Polarização próprias ao ambiente das Plataformas Digitais?

Como vimos anteriormente, Mignozzetti & Spektor (2019) consideram que vivemos sim um tipo de “Polarização Afetiva” hoje no Brasil. Traduzido muito mais na gestão dos afetos entre pares unidos por laços fortes (GRANOVETTER, 1973), que no embate por engajamento ideológico. Nesta Polarização Afetiva, há um circuito de afetos complexo sendo processado e corporificado em entes digitais expressivos (avatars de emoções). Neste processo, podemos identificar Repertórios Afetivos sendo acionados, testados, radicalizados e ou tendo parte de suas categorias nativas suprimidas.

Outra chave de interpretação que, para a questão posta anteriormente, é colocada por Safatle (2020)¹⁶, em seu entendimento de que não há Polarização Política no Brasil hoje, e que a polaridade real corporifica-se nas “lógicas dos duplos políticos”, onde duas formas de populismo antagônicas em conteúdo e muito parecidas na forma (Lulismo x Bolsonarismo) concorrem. Neste caso, não teríamos um tipo de Polaridade com base em afetos e sim muita duplicidade operando na tessitura do corpo político. E nesta tessitura do corpo político, os regimes de afeto são agentes poderosos e determinantes.

Polaridade Afetiva ou Duplicidade Política, entretanto, são produtoras e ao mesmo tempo resultados das negociações individuais e coletivas com Repertórios Afetivos diferentes. De forma que, numa situação de confronto, os

¹⁶ Disponível em:< <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-10/como-a-esquerda-brasileira-morreu.html>> Acesso em 15/10/2020.

mesmos sentimentos podem ser experienciados por dois lados diferentes em disputa, mobilizando Repertórios Afetivos e sentidos culturais completamente distintos. Algo próximo ao encontro entre ingleses e chineses no século XIX relatada por Sahlins (2007). Neste, tanto chineses, quanto ingleses trocavam presentes cujo mesmo conteúdo era interpretado a partir de Cosmologias completamente diferentes, em muitos sentidos até mesmo opostas.

Dentre as consequências que embates a partir do ordenamento de experiências por meio de Repertórios Afetivos diferentes, ora para um lado, ou para o outro, estão as eventuais rupturas e fissuras nas categorias simbólicas. Estas, podem abrir espaço para o que Mudde (2019) chamou de TINA [*"There is no alternative"*, não há alternativa]”, que podem criar solo para emergência de discursos extremistas.

Do ponto de vista da existência de regimes de Justificação próprios ao universo das Plataformas, desdobrados ou não em agências extremistas, a ação conectiva de públicos em rede possibilitada pelas Mídias Sociais Digitais, é modulada por políticas das empresas/plataformas que, mais do que tolerar, precisam estimular toda e qualquer tipo de manifestação de carga emocional exacerbada. Além da lógica corporativa, também são ordenadas por ânimos, humores e emoções com sentidos culturais particulares. Sendo assim, em vários momentos podemos identificar elementos que insinuam, sim, a possibilidade de um processo em curso de constituição de modos próprios de validação da vida social em ambientes digitais. Um novo regime de Justificação pode estar sendo formulado e não pode ser reduzido à repetição histórica de modos de reificação única e exclusivamente do Capitalismo.

No que toca à hipótese da Polarização Política, talvez, as categorias que dispomos historicamente para a sua compreensão podem não dar conta dos efeitos que as TIC's vêm gerando para a vida social. O que podemos afirmar neste momento é que, sim, vivemos no Brasil hoje, no mínimo, a tensão entre duas esferas em que orbitam regimes afetivos distintos, encubados no espectro de narrativas concorrentes, alinhadas à Esquerda (representadas na figura do ex-presidente Lula e/ou no “antipetismo e à Direita) e à Direita (mitificadas na figura do atual presidente Bolsonaro) respectivamente.

Considerações finais

A consciência da desordem vem das sensações de rupturas inéditas e imprevisíveis na sua própria cidade, onde as pessoas empreendem mil maneiras de se proteger, constroem muros e grades em torno de suas casas (...) quando é recomendado evitar circular em certos locais, em determinados horários: o deslocamento solitário (ECKERT, ROCHA: 2008, 77)

As Ações Conectivas empreendidas por Públicos em Rede nos ambientes das Plataformas Digitais são moduladas não apenas por lógicas algorítmicas. São, em grande medida, desenhadas por meio de um circuito de afetos, onde complexos encontros de repertórios afetivos geram granulações e estrias no corpo político. Uma das manifestações coletivas possíveis, e não a única e mais potente destes encontros quando configurados de forma conflituosa, é a tendência à Polarização Política.

O reconhecimento da existência de agentes políticos mais que humanos (Avatares) operados a partir de núcleos irascíveis de ação e a pertinência e legitimidade de uma “esfera relativamente pública digital”, permite-nos compreender, de forma mais ampla, a complexidade da ação em contextos históricos em que as TIC’s participam como sujeitos. Acompanhar Mídias Nativas, hashtags e outros Entes Digitais, nos momentos de vulnerabilidade do aparato coletivo, é uma boa estratégia para compreender a vida social a partir de cotidianidades, das microrrelações. Em outras palavras, Afetos em Redes Digitais são bons para pensar a sociedade.

Referências

- BARTLETT. **The people vs tech**: How the internet is killing democracy and how we save it Londres: Ebury Press, 2018
- BENNETT, W. Lance and SEGERBERG, Alexandra. **The Logic of Connective Action**: Digital Media and the personalization of Contentious Politics. Cambridge. New York, 2013.
- BOYD, D. 2010. “Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications”. In: PAPACHARISSI, Zizi (ed.). **Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites**. Routledge, pp. 39-58.
- _____. **Taken out of context**: American teen sociality in networked publics. PhD Dissertation. 2008 University of California, Berkley..

BOLTANSKI, Luc. **La condition foetale**. Paris: Gallimard, 2004.

_____ & THÉVENOT, Laurent. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, L. THÉVENOT, Laurent. 1991. **De la justification**: Les économies de la grandeur. Paris: Éditions Gallimard.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. In: A Sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.

CAROTHERS, Thomas. O'DONOHUE, Andrew. **Democracies Divided**: The Global Challenge of Political Polarization. Brookings Institution Press, 2019. JSTOR, www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctvbd8j2p. Accessed 18 Mar. 2020.

CESARINO, Letícia. (2018) **Populismo digital**: roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38061666/Populismo_digital_roteiro_inicial_para_um_conceito_a_partir_de_um_estudo_de_caso_da_campanha_eleitoral_de_2018

CORREA, Diogo Silva. DIAS, Rodrigo de Castro. A crítica e os momentos críticos: De La Justificacion e a guinada pragmática na Sociologia Francesa. **Mana**, 2016, vol.22, n.1, pp.67-99.

DI FELICE, M. **Mídias Nativas**. Acesso em: 20/04/2018. <<http://www.grupoatopos.blogspot.com>>

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. “Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu”. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sônia Pereira da Silva, 1966).

EVANGELISTA, R. & BRUNO, F. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. **Internet Policy Review**, 8(4), 2019.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. 2008. Cidade sitiada, o medo como intriga. **Revista IluMinuras**. Porto Alegre: UFRGS..9 (2)..

_____. 2003. Etnografia de Rua: Estudo de Antropologia Urbana. **Revista IluMinuras** - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA/UFRGS 4 (7).

ECO, U. 2005. **Obra Aberta**: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. São Paulo: Perspectiva.

FERREIRA, M. L. S. #BHNASRUAS: uma análise do confronto político contemporâneo a partir das páginas do Facebook. 10º ENCONTRO DA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, Belo Horizonte/MG
30 de agosto a 02 de setembro de 2016.

FOLHA UOL. **Folha Explica**. “Operação Lava-Jato”. São Paulo. Acesso em 10/08/18. <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>

FONSECA, A. A. **Haters são produtos diretos do modelo de negócio das redes sociais:** aprenda a se defender. Disponível em: <<https://universoracionalista.org/haters-sao-produtos-diretos-do-modelo-de-negocio-das-redes-sociais-aprenda-a-se->>. Acesso em 20/02/2020.

FUCHS, Christian. Mídias sociais e a esfera pública. In: **Revista Contracampo**, v. 34, n. 3, ed. dez/2015-mar/2016. Niterói. 2015. Págs: 5-80

_____. TROTTIER, Daniel. “Internet Surveillance after Snowden: A critical Empirical” Study of Computer Expert’s Attitudes on Commercial and State Surveillance of the Internet and Social Media post-Edward Snowden”. **Journal of Information, Communication & Ethics in Society**, v. 15, n. 4, p. 412-444, 2016.

GOMES, W. 2005. “Internet e participação política em sociedades democráticas” **Revista FAMECOS**, n.27, p.58-78.

GRANOVETTER, M. (1973). The strength of weak ties. In: **American Journal of Sociology**, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938.
_____. (1983).

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HONNETH, Axel. 2010. "**Dissolutions of the social:** on the social theory of Luc Boltanski and Laurent Thévenot". *Constellations*, 17(3):376-389.

HUNTER, J. D. **Culture Wars:** The Struggle To Define America, Art, Education, Law, And Politics In America. EUA, 1. ed. Avalon Publishing Group, 1992.)

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LÉVY, P. 2010. “A mutação inacabada da esfera pública”. In: LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet:** em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus.

LIU, B. Sentiment analysis and subjectivity. In: INDURKHA, Nitin; DAMERAU, Fred J. **Handbook of natural language processing** Boca Raton, FL: CRC Press, 2010

LOSEKANN, Cristiana. 2012. Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula. **Ambient. soc.** São Paulo, 15 (1).

LUTZ, C. ABU-LUGHOD L. 1990. **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press.

MALINI, F. CIARELLI, P. MEDEIROS, J. 2017. O sentimento político em redes sociais: big data, algoritmos e as emoções nos tweets sobre o impeachment de Dilma Rousseff. **Liinc em Revista**. 13 (2).

MEDEIROS, Jackson da Silva. 2013. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. **TransInformação**, Campinas, 25(1):27-33.

MIGNOZZETTI, U. SPEKTOR, M. Brazil: When Political Oligarchies Limit Polarization but Fuel Populism”. In: Thomas Carothers & Andrew O’Donohue (Eds). **Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization**. Washington DC: Brookings Institution Press, 2019, p. 228-254.

MIZUKO, Ito, Mizuko, **Living and Learning with New Media: Summary of Findings from the Digital Youth Project** In The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Reports on Digital Media and Learning. Cambridge: MIT Press, 2008.

MOUFFE, C. For an Agonistic Model of Democracy. In **The Democratic Paradox**. London : Verso, 2000.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018. 189 p.

MUDDE, C. **The Far Right Today**. Cambridge, Polity Press, 2019.

ORTELLADO P. RIBEIRO, M. M. **Gráficos mostram polarização política nas redes sociais no Brasil**. 2018, Disponível em:<<http://www.digitalnewsreport.org/>>. Acesso em 23/01/2020.

PAVESI, Patrícia Pereira. 2017. A gambiarra, o acesso à internet e a ciência de várzea: consumo de Tecnologias de Informação e epistemologias populares. **Revistas Sinais**, [21 \(2\)](#).

_____. VALENTIM, Julio. Emoções Tagueadas: notas sobre afetos em redes digitais a partir do assassinato de Marielle Franco. In ZANETTI, D. ANTOLINI, M. REIS, R. **Mídia, gêneros e identidades: representações e discursos**. 2020, No prelo.

RIFIOTIS, T. 2016. **Etnografia no Ciberespaço como “repovoamento” e explicação**. *RBCS*, 31 (90).

ROSENBLAT, Alex. **Uberland: how algorithms are rewriting the rules of work**. Oakland: University of California Press, 2018).

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac & Naif, 2016.

_____ **A esquerda brasileira morreu.** Disponível em:<
<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-10/como-a-esquerda-brasileira-morreu.html>> Acesso em 15/10/2020.

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial”. In: SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SCANNELL, Paddy. Public Service and Modern Public Life. **Media, Culture and Society**, v. 11, n. 2, p. 135-166, 1989.

SCHERER-WARREN, I. 2006. Redes sociais na sociedade da informação. In: MAIA,

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Democracia e os códigos invisíveis:** como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas (Coleção Democracia Digital). São Paulo: Edições SESC, 2019.

SRNICEK, N. **Platform capitalism.** Cambridge: Polity Press, 2017.

SPARKS, Colin. Is There a Global Public Sphere? In: THUSSU, Daya Kishan. **Electronic Empires. Global Media and Local Resistances.** London: Hodder Arnold, 1998, p. 91-107.

STAVRAKAKIS, Y. Paradoxes of Polarization: Democracy’s Inherent Division and the (Anti-) Populist Challenge. **American Behavioral Scientist**, 62(1), 43–58, 2018.

VALENTIM, Júlio. **A Mobilidade das Multidões:** Comunicação Sem-fio, Smart Mobs e Resistência nas Cibercidades. 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-0515-1.pdf>. Acesso em 22/01/2019.

VAN DIJCK, J. POELL, T. WAAL, M.D. **The platform society: public values in a connective world.** New York: Oxford University Press, 2018.

Emotion and Polarization in and by Digital Networks: the management of affective repertoires by networked audiences

ABSTRACT

Our aim in this article is to reflect, in a speculative perspective, the relationship between Affective Repertoires and Political Polarization / Duplicity in interactions on and over the Internet. Therefore, we seek to establish a dialogue with authors who discuss the phenomena in question. The hypothesis that guides our discussion is that, with the supposed existence of a cultural environment in the recent Brazilian historical context, there is favorable in the production of new ones and the reinforcement of old forms of polarization in audiences that connect in and through Digital Social Networks . This process would unfold

from conflicting modes of management of different Affective Repertoires between two large groups of actors: one more ideologically aligned with the Right's discourse and the other in tune with the Left's. In the path we followed, initially, we talked about the possibilities of research around emotions in digital environments. In the sequence, we raised theoretical elements for the understanding of the possibilities of Connective Action in the management of Affective Repertoires by Network Audiences in the universe of Digital Platforms, as well as the indicators of Internet Political Polarization, especially in Brazil.

Keywords: Social networks, Affective repertoires, Polarization, Duplicity.



O combate à “ideologia de Gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras

Pablo Ornelas Rosa¹
Aknaton Toczec Souza²
Giovane Matheus Camargo³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os desdobramentos daquilo que passou a ser chamado pelas novíssimas direitas de “ideologia de gênero”, tendo em vista essa recente forma de difusão e capilarização de certa narrativa que opera como verdade decorrente de novas tecnologias de poder que atuam no ciberespaço através do empreendedorismo moral orientado por certo marketing político de tradição neoconservadora. Considerando o debate epistemológico acerca da pós-verdade, procuramos por meio do método cibercartográfico, identificar como a divulgação incessante de materiais de apelo emotivo que valorizam muito mais a forma do que o conteúdo, tal qual como memes, fake news e teorias conspiratórias difundidas nas mídias digitais, têm legitimado o combate aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais, procurando alterar a percepção acerca de entendimentos sobre a categoria gênero que é apresentada como consenso no campo acadêmico nacional e internacional e corroborada pela Organização Mundial da Saúde – OMS e a Associação Psiquiátrica Americana.

Palavras-Chave: Ideologia de gênero, Direita, Novíssimas direitas, Pós-verdade.

Recebido em 19/09/2019
Aceito para publicação em 04/02/2020

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.29044>

¹ Doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política – PPGSP (Mestrado Acadêmico) e em Segurança Pública – PPGSO (Mestrado Profissional) da Universidade Vila Velha (UVV) e coordenador do Grupo de Pesquisa em Subjetividade, Poder e Resistência (GESPOR). E-mail: pablorosa13@gmail.com.

² Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), pesquisador vinculado ao Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos – CESPDPH (UFPR) e professor do curso de graduação em direito na Faculdade SECAL. E-mail: aknatontoczek@gmail.com.

³ Doutorando em sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná – CESPDPH (UFPR) e professor do curso de graduação de direito da Faculdade INSULPAR. E-mail: giovanemcamargo@gmail.com.

Introdução

Este trabalho que apresentamos é um dos desdobramentos de uma pesquisa coletiva que vem sendo realizada com o fim de identificar a cosmologia das novíssimas direitas brasileiras, assim como as suas principais estratégias, que se intensificaram após as chamadas “jornadas de junho de 2013” e que fizeram do ciberespaço um dos principais campos de articulações políticas. Para tanto, propomos uma análise cibercartográfica a partir de metodologias influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista apresentado por pensadores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Suely Rolnik, dentre outros, possibilitando o mapeamento de elementos discursivos independente do formato, método, tecnologias e mecanismos de produção de narrativas. A adoção desse método nos possibilitou ir além do material encontrado em livros e/ou artigos para que pudéssemos identificar também como os discursos e valores compartilhados pelas direitas conservadoras e/ou liberais-conservadoras tem emergido no contexto do ciberespaço e seu impacto sociológico.

No que diz respeito a este artigo em específico, optamos por fazer um recorte que enfatizou as questões ligadas a gênero e sexualidade, procurando entender como isto vem sendo tratado pela cosmologia conservadora e/ou liberal-conservadora. A proposta aqui é refletir sobre os novos arranjos que o combate à “ideologia de gênero” - que encontra sua gênese em textos produzidos a partir de 1997 por setores conservadores da Igreja Católica – tem ganhado nos últimos anos, considerando a discussão epistemológica levantada por Matthew D’ancona (2018) acerca da pós-verdade e a guerra contra os fatos por meio das notícias falsas e teorias conspiratórias, sobretudo através da internet.

Para fins didáticos, as reflexões aqui apresentadas encontram-se divididas em três partes sequenciais. Em um primeiro momento, apresentaremos as raízes do termo “ideologia de gênero” e o contexto em que ela foi incorporada nos debates públicos do Brasil acerca dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais e de gênero. Após estabelecidos alguns conceitos iniciais, introduziremos o leitor a breves considerações acerca da pós-verdade e da emergência das novíssimas direitas brasileiras – e, sobretudo, as conservadoras e liberais-conservadoras - no ciberespaço, para que seja possível compreender algumas das principais estratégias destes grupos, que consiste na incessante produção de materiais que valorizam muito mais a forma dramática e o apelo emocional do que o conteúdo e fontes legítimas. Por fim, discutiremos os impactos que o combate à “ideologia de gênero” realizado por meio do

embuste do “kit-gay” causou no processo eleitoral de 2018 e como essa estratégia ainda tem sido operada. Esperamos que a leitura possa contribuir para o debate acerca dos atuais processos políticos e sociais e servir como uma forma de esclarecimento diante da confusão de conteúdos criada sobre as questões de gênero.

O gênero como ideologia nos debates públicos

Segundo Joan Scott (1995), as epistemologias feministas, que vem trabalhando a categoria analítica “gênero” há pelo menos meio século em todo o mundo, nos mostram que o processo de reconhecimento das mulheres e das minorias sexuais na história exigiu necessariamente um alargamento das noções clássicas do que é historicamente importante, para que fosse possível incluir as experiências pessoais e subjetivas, bem como as atividades políticas e públicas. Assim sendo, o esforço necessário para trazer à tona uma nova história em que se reconheça o lugar de fala de alguns sujeitos subalternizados, depende também de como a categoria gênero vem sendo desenvolvida ao longo do tempo, já que ela é uma categoria analítica extremamente útil para se identificar processos históricos e sociais que classificam e posicionam os sujeitos a partir do masculino e do feminino.

Ainda que a categoria “gênero” já esteja assentada nas discussões no interior das ciências humanas como um amplo campo de estudos, durante a sua última visita ao Brasil, a filósofa Judith Butler, uma das principais teóricas feministas reconhecida em todo o mundo, foi interpelada no aeroporto de Congonhas por manifestantes que se diziam contra a “ideologia de gênero”, acusando-a de ser uma assassina de crianças e querer legalizar a pedofilia⁴. Após sua conturbada passagem pelo país, a autora escreveu uma carta afirmando que seu ponto de vista acerca da questão de gênero é justamente o contrário do que poderia ser tratado em termos de uma ideologia, pois ela se coloca veementemente crítica ao questionar tanto as premissas de que as pessoas tomam como evidentes em seu cotidiano a sua identidade e cultura, como se ambas fossem estáticas historicamente, quanto questiona as práticas institucionais dos campos médico e social que dizem respeito ao entendimento do que deve ser uma família, ou mesmo considerado como patológico ou anormal o comportamento homossexual e transexual.

⁴ Judith Butler sofre agressão no Aeroporto de Congonhas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=urNAs80yUDU>>. Acesso em 11/01/2019.

Quantos de nós ainda acreditamos que o sexo biológico determina os papéis sociais que devemos desempenhar? Quantos de nós ainda sustentamos que os significados de masculino e feminino são determinados pelas instituições da família heterossexual e da ideia de nação que impõe uma noção conjugal do casamento e da família? Famílias queers e travestis adotam outras formas de convívio íntimo, afinidade e apoio. Mães solteiras têm laços de afinidades diferentes. A mesma coisa se dá com famílias mistas, nas quais as pessoas se casam novamente ou se juntam com famílias, criando amálgamas muito diferentes daqueles vistos em estruturas familiares tradicionais. Encontramos apoio e afeto através de muitas formas sociais, incluindo a família, mas a família é também uma formação histórica: sua estrutura e seu significado mudam ao longo do tempo e do espaço. Se deixamos de afirmar isso, deixamos de afirmar a complexidade e a riqueza da existência humana⁵.

Não obstante, também é importante destacar que esse comportamento persecutório direcionado a ela no aeroporto de Congonhas e sua consequente agressão foi orientado por um *digital influencer* conservador chamado Bernardo Küster que, além de ser aluno de Olavo de Carvalho, o guru da direita⁶, sobretudo, do governo Bolsonaro, e de ter distorcido nitidamente o livro “Problemas de gênero”, escrito por Butler, em vídeo disponível no Youtube⁷, ainda disse que “Se nós não combatermos verdadeiramente as pessoas que propagam as ideias, as ideias continuarão aí. Não adianta combater apenas as ideias. Nós temos que combater agentes históricos reais que as promovem”.

Esse comportamento anti-liberal e anti-democrático norteado por certa paranoia somado a uma orientação persecutória e militarizada que visa a procura daqueles inimigos que cabem na elasticidade da noção imprecisa de marxismo cultural, acabou encontrando em Judith Butler um dos primeiros alvos de um governo que opera exclusivamente pelo combate aos seus inimigos, os dissidentes, conforme propôs o presidente Jair Bolsonaro ao argumentar que “as

⁵ Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>>. Acesso em 11/01/2019.

⁶ <https://theintercept.com/2018/10/28/olavo-de-carvalho-conservadorismo-paranoico/> Acesso em 18/01/2019.

⁷ https://www.youtube.com/watch?v=71348rFl7_o&t=225s Acesso em 18/01/2019.

minorias têm quem que se curvar às maiorias”⁸. Inclusive, é importante destacar que o próprio presidente da república indicou Bernardo Küster, através do Twitter, como uma “excelente opção de canal de informação” no Youtube⁹.

Embora a categoria gênero seja trabalhada há pelo menos meio século em diversos países, no Brasil a sua discussão nos debates públicos intensificou-se apenas no ano de 2010, durante a elaboração do Plano Nacional de Educação, mantendo-se também presente nos debates sobre a aprovação dos planos estaduais e municipais. Durante estas discussões, o termo “ideologia de gênero” foi – e ainda tem sido – frequentemente utilizado como forma de deslegitimar direitos e áreas do conhecimento, na tentativa de não reconhecer sujeitos e relações sociais que escapem à cosmologia conservadora de tradição judaico-cristã. Estes discursos têm ganhado força popular, logrando êxito em incluir proibições da utilização do termo gênero em escolas, como foi o caso das cidades de Paranaguá (PR), Cascavel (PR), Blumenau (SC), Tubarão (SC), Novo Gama (GO), Palmas (TO) e Ipatinga (MG).

Ainda que no campo das ciências sociais e humanas já esteja assentado de maneira incontestada, a utilidade científica dessa categoria teórica para identificar processos históricos e sociais que classificam os indivíduos por meio do feminino e do masculino, conforme mostrou Miskolci e Campana (2017), a utilização do termo “ideologia de gênero” tem cada vez mais ganhado terreno em todo o mundo, sobretudo na Europa e na América Latina, no contexto de discussões sobre a saúde reprodutiva das mulheres, educação sexual e o reconhecimento de identidades não heterossexuais, entre outros temas.

Para Norberto Bobbio (2010), talvez não exista palavra que possa ser comparada com a de “ideologia” no que diz respeito a frequência em que é utilizada e pela diversidade de sentidos que são atribuídos ao termo. Para fins didáticos, o autor divide a palavra em dois significados. O primeiro pode ser definido basicamente como “um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”, porquanto o outro sentido seria aquele que tem início na tradição do pensamento marxista como “falsa consciência das relações de domínio entre classes”. (p. 585).

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=BCkEwP8TeZY> Acesso em 18/01/2019.

⁹ <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1061809199196368896> Acesso em 18/01/2019.

O primeiro sentido colocado por Bobbio (2010) normalmente é utilizado para se referir ao “ideológico” como contraposto ao que é “pragmático”, o que parece assemelhar-se ao emprego do termo “ideologia” para se referir ao gênero, como se esta categoria fosse embasada em uma crença, doutrina, dogma e com um forte componente passional. Assim, quando se atribui este sentido ideológico a algo, quer-se referir a uma “mentalidade dogmática e doutrinária e, a nível emotivo, por um forte componente passional, que lhes confere um alto potencial ativista, enquanto os sistemas pragmáticos são caracterizados por qualidades opostas” (2010, p. 588). Neste sentido, a tentativa de se rotular o gênero como ideologia é justamente uma forma de colocá-la ao lado oposto do conhecimento científico, como algo que tomou a consciência das pessoas de maneira acrítica.

O livro publicado por Jorge Scala (2010), intitulado “*La ideología del género*”, foi essencial na disseminação dessa gramática político-moral que passou a atuar na América Latina buscando a substituição da noção de identidade de gênero pela de “ideologia de gênero”. Na obra, o autor afirma que a “ideologia de gênero” se trata de um sistema de pensamento fechado e autoritário, sendo ela uma das ideologias mais radicais da história humana, que visa destruir o indivíduo em seu núcleo mais íntimo e por consequência a sociedade. Segundo Miskolci e Campana (2017), professores que realizaram um mapeamento genealógico do termo, Scala (2010) situou o conceito de ideologia de gênero como “um instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de impor uma nova antropologia” (2017, p. 725).

Miskolci e Campana (2017), localizaram em seu mapeamento as origens da ideia de “ideologia de gênero” no seio da igreja católica, sobretudo por meio dos textos conservadores escritos pelo então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, antes de se tornar o Papa Bento 16, e que foram publicados em 1997. Suas acusações abarcavam ataques diretos aos feminismos e mais precisamente à Conferência Mundial de Beijing, organizada pelas Nações Unidas em 1995, aonde se reconheceu que a perspectiva integral de gênero é essencial para se abordar a desigualdade da mulher, que é um problema social estrutural.

Na América Latina, o combate à “ideologia de gênero” intensificou-se nos últimos anos na medida em que ocorreram avanços no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais, como, por exemplo, a descriminalização do aborto, a legalização do casamento homoafetivo e a inclusão da educação sexual nas escolas. Neste contexto em

que diversas organizações começaram a combater a “ideologia de gênero” através do empreendedorismo moral (BECKER, 2008), isto é, como indivíduos que tentam impor sua visão de mundo aos outros, acreditando estarem em uma cruzada moral para melhorarem suas vidas; a igreja católica, através de suas vertentes mais conservadoras, assumiu principal relevância na difusão do termo. Um dos instrumentos utilizados neste embate foi o documento produzido na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe - CELAM, intitulado “Documento de Aparecida”, onde se apresentou uma especial preocupação com os avanços de direitos destinados aos homossexuais e transexuais, propondo, portanto, uma agenda de combate à perspectiva de gênero em toda a América Latina (Miskolci e Campana, 2017).

Embora tenha sido empregado inicialmente na Argentina e no Brasil, o termo “ideologia de gênero” passou a ser intensamente utilizado no ano de 2016 no México em manifestações contra a aprovação do casamento homoafetivo e na Colômbia para que não houvesse o acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, sob a justificativa de que o país ficaria sob o risco de mergulhar em uma ditadura comunista, supostamente institucionalizando a chamada “ideologia de gênero” (Miskolci e Campana, 2017, 726), entendida muitas vezes como um desdobramento identitário de um projeto político comunista, conforme sugeriu Olavo de Carvalho (2014).

Para Miskolci e Campana (2017), ainda que o combate à “ideologia de gênero” apareça em diferentes contextos nacionais, foram encontradas três regularidades neste embate, a saber: I. todos ocorreram após a virada do milênio, II. emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda e III. deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais.

Contudo, foi a partir do final dos anos 1990 que as presidências de diversos países da América Latina foram assumidas por governos de esquerda (Venezuela em 1999-presente, Brasil em 2003-2016, Argentina em 2003-2015, Bolívia em 2006-presente, Chile em 2006-2010 e 2014-presente e Equador 2007-presente), mantendo certa proximidade com movimentos sociais vinculados às pautas feministas e LGBTQIs, o que “passou a movimentar propostas de iniciativas educacionais e legais visando ao reconhecimento da igualdade de gênero, ao enfrentamento da homofobia, assim como à aprovação do casamento igualitário” (Miskolci e Campana, 2017, p. 735). Neste contexto, setores mais conservadores da Igreja Católica passaram, não apenas a perseguir aquelas vertentes mais progressistas do catolicismo, a exemplo da teologia da libertação que passou a ser o alvo mais direto de grupos reacionários como

podemos ver no comportamento dos *youtubers* conservadores recomendados pelo Presidente Jair Bolsonaro (PSL)¹⁰, como Bernardo Küster¹¹, Nando Moura¹² e a grande referência de ambos, Olavo de Carvalho¹³, como também passou a travar embates políticos com estes governos de esquerda.

Tudo indica que os empreendedores morais contra a “ideologia de gênero” são grupos conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas. Sobretudo, dentro do recente campo discursivo de ação reconstituído neste artigo, buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão dos direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar a sua concepção de mundo tradicional (Miskolci e Campana, 2017, p. 743).

A lógica do combate à “ideologia de gênero” foi apropriada no Brasil pelo neopentecostalismo e organizações como o Programa Escola Sem Partido, para acusar professores de doutrinação política e ideológica em salas de aula e de usurpação dos direitos da família sobre a educação de seus filhos. Para Miskolci e Campana (2017) a luta contra a “ideologia de gênero” é justamente o combate aos direitos humanos. Nas palavras dos autores:

Se Ratzinger começa a mencionar os perigos da perspectiva de gênero em 1997, é possível reconhecer no Documento de Aparecida a disseminação da noção entre os bispos católicos latino-americanos até tornar-se tema de textos leigos como o citado livro do ativista católico Jorge Scala. Segundo as fontes consultadas, tudo indica que as aprovações do casamento entre pessoas do mesmo sexo em países como Argentina (2010) e Brasil (2011) foram o ponto de inflexão para que a noção de “ideologia de gênero” passasse progressivamente a delimitar uma gramática política na batalha de empreendedores morais contra os

¹⁰ <https://theintercept.com/2018/11/17/youtubers-bolsonaro-nando-moura-diego-rox-bernardo-kuster-fake-news/> Acesso em 30/01/2019.

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=G9pVzZV58dc&t=483s> Acesso em 30/01/2019.

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=9Y0NkE3rDFg> Acesso em 30/01/2019.

¹³ https://www.youtube.com/watch?v=sEKR0t7_ynE Acesso em 30/01/2019.

avanços dos direitos sexuais e reprodutivos. (2017, p. 743).

Ao contextualizarmos o cenário em que o termo “ideologia de gênero” se estabelece no Brasil, fica evidente que se trata de uma resistência aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais. A ofensiva intensifica-se em 2011¹⁴, época em que o Supremo Tribunal Federal - STF concedeu ao casamento homoafetivo o mesmo *status* do casamento heterossexual. Após apenas seis dias da decisão da suprema corte, a bancada evangélica acentuou seus ataques ao programa “Escola sem homofobia”, o qual foi apelidado pelos parlamentares conservadores, sobretudo, pelo atual presidente Jair Bolsonaro (PSL) de “kit gay”, afirmando que o material que seria distribuído em seis mil escolas públicas visava a implementação da “ideologia de gênero” e a inversão dos valores familiares¹⁵. Após intensa pressão, a então presidente Dilma Rousseff vetou o programa.

Utilizar o termo “ideologia de gênero” é um completo equívoco do ponto de vista científico e revela o esforço de grupos em deturpar o conceito de gênero na tentativa de instaurar um pânico social, banindo a noção de “igualdade de gênero” do debate público e reificando as desigualdades e violências sofridas por homens, mulheres e minorias sexuais. A resistência ao conceito de gênero demonstra ignorância em relação à produção científica nacional e internacional e, também, descaso em relação às situações de violência vivenciadas em nosso país. Isso sem falar que a noção de gênero é utilizada por dois dos mais importantes diagnósticos que tratam de transtornos mentais, a saber, O CID-11¹⁶ e DSM-V¹⁷, produzidos, respectivamente pela Organização Mundial da Saúde – OMS e Associação Americana de Psiquiatria. Neste sentido, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) publicou o “Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras”, assinado por 113 pesquisadores e grupos de estudos, desmistificando a ideia de que gênero é uma ideologia:

¹⁴ É importante mencionar que no ano anterior, nas eleições de 2010, a bancada neopentecostal no Congresso Nacional foi ampliada, o que oportunizou que alguns de seus representantes assumissem cargos na Comissão de Direitos Humanos, fazendo resistência aos projetos que avançavam na garantia de direitos das mulheres e das minorias sexuais (Miskolci e Campana, 2017).

¹⁵ <https://www.valor.com.br/politica/5927399/tse-manda-tirar-do-ar-ideos-de-bolsonaro-sobre-o-kit-gay> Acesso em 30/01/2019. Acesso em 11/01/2019.

¹⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/06/oms-tira-transexualidade-de-nova-versao-de-lista-de-doencas-mentais.shtml> Acesso em 11/01/2019.

¹⁷ <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v35n6/v35n6a01.pdf> Acesso em 11/01/2019.

Ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas” sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo. Gênero, enquanto um conceito, identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. E é, nesse sentido, que o conceito de gênero tem sido historicamente útil para que muitas pesquisas consigam identificar mecanismos de reprodução de desigualdades no contexto escolar¹⁸.

A igualdade de gênero é uma demanda de combate à discriminações e reprodução das desigualdades. O que se propõe como operacionalização política é a busca por uma sociedade em que as diferenças não incorram em desigualdades, e, para tanto, são necessárias práticas sociais e institucionais de combate às desigualdades de gênero.

Nas próximas linhas, serão analisados os novos arranjos que o combate à “ideologia de gênero” tomou por meio do ciberespaço na era da pós-verdade e o uso político das *fake news* durante as eleições do ano de 2018 pelas novíssimas direitas. Para tanto, inicialmente se faz necessário alguns esclarecimentos acerca de alguns conceitos.

Breves considerações acerca da pós-verdade, novíssimas direitas e ciberespaço

Na obra “Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*”, o autor britânico Matthew D’Ancona (2018) realiza uma discussão epistemológica afirmando que entramos, a partir do ano de 2016, na era da pós-verdade. Para o dicionário Oxford, que elegeu pós-verdade como a palavra do ano em 2016, este termo se caracteriza pela descrença da opinião pública nos fatos, frente aos apelos emotivos que se potencializam com a facilidade na

¹⁸ Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf. Acesso em 11/01/2019.

procura e no encontro de pessoas que compartilham uma mesma visão de mundo através do ciberespaço. Em outras palavras, “o que importa não é a veracidade, mas o impacto” (D’Ancona, 2018, p. 25).

Embora o autor utilize as eleições presidências dos EUA no ano de 2016, que elegeram Donald Trump como presidente, para delinear sua visão epistemológica, podemos traçar um paralelo com o uso político das *fake news* nas eleições brasileiras do ano de 2018 e o combate à “ideologia de gênero”. Para o autor, na era da pós-verdade as “ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia” (D’Ancona, 2018, p. 19).

Segundo o autor, a mentira é parte integrante da política desde as sociedades mais antigas que conhecemos e, em se tratando de políticos, há muito tempo tornou-se senso comum que a mentira é a regra em seus discursos, assim sendo, as pessoas não esperam mais que os políticos falem a verdade. O autor alerta ainda que não há nada de novo em relação à desonestidade dos políticos e o que de fato marca a era da pós-verdade é a resposta do público a isso. Desse modo, o nosso comportamento como cidadãos foi o que impulsionou a pós-verdade, onde “a indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conivência” (D’ancona, 2018, p. 34).

Em entrevista ao El País¹⁹, Noam Chomsky afirmou que as pessoas já não acreditam mais nos fatos e atribuiu tal descrédito à desilusão com as estruturas institucionais produzidas pelo neoliberalismo, conforme:

Pergunta. Vivemos uma época de desencanto?

Resposta. Já faz 40 anos que o neoliberalismo, liderado por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, assaltou o mundo. E isso teve um efeito. A concentração aguda de riqueza em mãos privadas veio acompanhada de uma perda do poder da população geral. As pessoas se sentem menos representadas e levam uma vida precária, com trabalhos cada vez piores. O resultado é uma mistura de aborrecimento, medo e escapismo. Já não se confia nem nos próprios fatos. Há quem chama isso de populismo, mas na verdade é descrédito das instituições.

P. E assim surgem as fake news (os boatos)?

¹⁹ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html Acesso em: 11/01/2019.

R. A desilusão com as estruturas institucionais levou a um ponto em que as pessoas já não acreditam nos fatos. Se você não confia em ninguém, por que tem de confiar nos fatos? Se ninguém faz nada por mim, por que tenho de acreditar em alguém?

Não obstante, a internet que prometia uma democratização do acesso à informação sem precedentes por meio da interconexão global, foi responsável por produzir o campo perfeito para que a verdade batesse em retirada abrindo espaço para os apelos emocionais, criando bolhas virtuais onde o estatuto de verdade é auferido não por fontes confiáveis ou checagem de informações, mas pela quantidade de “curtidas” e compartilhamentos em redes sociais, que também se proliferam ante a ausência de filtros acerca da veracidade das informações divulgadas. Como coloca Matthew D’ancona (2018, p. 59), “quando alguém com uma conta no Twitter pode reivindicar ser uma fonte de notícias, fica infinitamente mais difícil distinguir o fato e mentira. Todos e ninguém são especialistas”. Ainda, para o autor:

Essas campanhas de desinformação preparam o terreno para a era da pós-verdade. Invariavelmente, seu propósito é semear dúvida, em vez de triunfar de imediato no tribunal da opinião pública (em geral, um objetivo impraticável). Como as instituições que tradicionalmente atuam como árbitros sociais – juízes no gramado, por assim dizer – foram sendo cada vez mais desacreditadas, os grupos de pressão bem financiados estimularam o público a questionar a existência da verdade conclusivamente confiável. Assim sendo, a prática normal do debate antagônico é a metamorfose em um relativismo pernicioso, em que a caçada epistemológica não só é melhor do que a captura, mas é tudo o que importa. (D’Ancona, 2018, p. 49).

No Brasil, as “jornadas de junho” de junho de 2013 foram responsáveis por inaugurarem um novo paradigma no que diz respeito à difusão de opiniões públicas e sobretudo *marketing* político, que passou a ser intensamente difundido nos meios digitais de comunicação como Facebook, *Twitter*, *Whatsapp*, *Youtube* e *Instagram*. Neste contexto em que ocorreu uma polarização intensa e caricaturização do que seriam ideologias de esquerda e direita, conforme já mencionado em publicação anterior (Rosa; Rezende; Martins, 2018), emergiram também as novíssimas direitas conservadoras,

grupos que se identificam e defendem ideias anti-esquerdistas, anti-gênero, anti-LGBTQIs, anti-aborto, anti-descriminalização das drogas, etc. - ou seja, visam combater veementemente movimentos dissidentes que foram rotulados como marxismo cultural, recaindo sobre eles uma atitude paranoica e persecutória, uma vez que supostamente ameaçariam os valores ocidentais -, construindo uma narrativa na internet a partir de textos publicados por autores como Mario Ferreira dos Santos (2012), Alexandre Costa (2015), mas sobretudo a partir dos livros, cursos e vídeos de Olavo de Carvalho (2014; 2018).

Em um vídeo publicado no canal do *youtuber* Alba Expider, que em sua descrição afirma contribuir com uma batalha cultural, Eduardo Bolsonaro afirma que o mentor intelectual da atual onda conversadora brasileira é Olavo de Carvalho, sendo seu pai Jair Bolsonaro, apenas um instrumento²⁰. Não por coincidência, em um de seus primeiros discursos públicos proferido após a vitória nas eleições presidenciais de 2018 – transmitido em sua página do *Facebook* e em seu canal oficial do Youtube -, Jair Bolsonaro aparece sentado em uma mesa onde acima dela se encontram quatro livros: a Constituição Federal, a Bíblia, uma obra sobre Winston Churchill e o livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” de autoria de Olavo de Carvalho (2018)²¹.

Segundo Olavo de Carvalho (2014; 2018), o atual círculo acadêmico no Brasil é uma fábrica de cabos eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT) e não deve ser levado a sério. Por esta razão, todos os filósofos brasileiros que são dignos do nome não têm formação acadêmica em filosofia, o que incluiria Mario Ferreira dos Santos, que segundo ele teria sido o maior filósofo do país²², e ele próprio²³. Assim, sem ter diploma para tanto, Olavo de Carvalho tem se apresentado como filósofo e intelectual antiacadêmico. Conforme já expusemos com outros pesquisadores no artigo “As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras” (2018), a cosmologia “olavista” firma-se em uma narrativa etnocêntrica onde tudo aquilo que escapa à chamada unidade cultural, que seria forjada por certo entendimento acerca da civilização ocidental construída a partir da visão cristã, deve ser veementemente combatida a fim de “que seja garantida aquela suposta ordem que orientou as sociedades até o presente momento, evitando colocar em xeque novos valores que

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=U1FnGE6j8nY> Acesso em: 11/01/2019.

²¹ <https://www.youtube.com/watch?v=3gZ3WfVagoo&t> Acesso em: 11/01/2019.

²² <https://www.youtube.com/watch?v=SEHKi9wcPJY> Acesso em 30/01/2019.

²³ <https://www.youtube.com/watch?v=7LFh-l6UAi0> Acesso em 11/01/2019.

presumidamente comprometeriam sua existência” (Rosa, Rezende; Martins, 2018, p. 179). Assim sendo, qualquer ideia que não compartilhe dos pressupostos da filosofia antiga e da filosofia cristã medieval – incluem-se aí Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás Aquino -, recebe o *status* de inimigo, sob acusações de ser “ideológico” ou de “marxismo cultural”, sendo tratado como uma conspiração globalista que planeja a destruição dos valores ocidentais e da civilização judaico-cristã.

Com a ampla popularização das suas teorias conspiratórias, massivamente difundidas nas diferentes mídias digitais, o autointitulado filósofo autodidata Olavo de Carvalho tem se mostrado como um personagem influente na construção do pensamento conservador na era da pós-verdade. Em relação às questões de gênero, Olavo de Carvalho (2018) afirma que o movimento LGBTQI tenta impor uma “ideologia gayzista” – que em seu discurso aparece como sinônimo de “ideologia de gênero” – que tem por objetivo causar uma confusão moral e fazer com que o “gayzismo” impere como a única moralidade aceitável²⁴. A reprodução desta narrativa tem sido encontrada nos representantes das direitas brasileiras por meio da ideia de “ditadura gay”, como é o caso da transmissão ao vivo em que Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) – senador eleito pelo Rio de Janeiro em 2018 - fez em sua página oficial do Facebook, afirmando que “a ditadura da militância gay encontrou parceria em alguns membros do Judiciário e Bolsonaro foi condenado a pagar R\$ 150 mil²⁵. A afirmação se referia ao caso em que seu pai, o presidente Jair Bolsonaro (PSL), foi condenado pela justiça justamente por declarar em um programa de TV que nunca passou por sua cabeça ter um filho gay, pelo fato deles terem tido uma boa educação e ele ser um pai presente.

Considerando o potencial do ciberespaço e a fundamental importância dos *digital influencers* para a disseminação dessas narrativas, as novíssimas direitas conservadoras apropriaram-se da estética caricata, debochada e viral das mídias sociais, apostando na produção incessante de notícias, vídeos e memes²⁶ de apelo emocional que valorizam muito mais a forma do que o conteúdo preciso e evidências encontradas em fontes legítimas.

²⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=LnU9aDhGRM4> Acesso em 11/01/2019.

²⁵ <https://www.facebook.com/flaviobolsonaro/videos/a-ditadura-da-milit%C3%A2ncia-gay-encontrou-parceria-em-alguns-membros-do-judici%C3%A1rio-/1141809512621201> Acesso em 11/01/2019.

²⁶ Segundo o Dicionário online Priberam, o meme é uma “imagem, informação ou ideia que se espalha rapidamente através da internet, correspondendo geralmente à reutilização ou alteração

Contudo, Olavo de Carvalho, certamente o maior influenciador das novíssimas direitas conservadoras no Brasil, tem exercido uma autoridade enorme na política brasileira, principalmente no que se refere aos discursos produzidos sobre o processo de redemocratização do país nos anos 1980, alimentando um potente ódio aos islâmicos e, principalmente, socialistas e comunistas, assim como aos liberais que atuam junto ao sistema financeiro internacional, além dos illuminati e da maçonaria, conforme complementa o candidato presidenciável evangélico Cabo Daciolo (Patriotas). Basta verificar o número de inscritos não apenas no seu canal mas também de boa parte de seus seguidores, a exemplo de Bernardo Kuster, Nando Moura, Terça Livre, Diogo Rox, Spider, O Antagonista, dentre muitos outros, além das próprias narrativas históricas que defendem a Monarquia e que estão sendo construídas também por ele, a exemplo, os cursos do Brasil Paralelo, que se fundamentam na ideia de que o Brasil vive sob a égide do socialismo e/ou comunismo desde a década de 1990. Além disso, é preciso mencionar que em 2017 foi realizado o lançamento do filme “O jardim das aflições” - título de um dos livros de Olavo de Carvalho - dirigido por Josias Teófilo (Rosa, Rezende; Martins, 2018, pp. 177-178).

A partir dessas interações comunicacionais operadas no ciberespaço, houve um crescimento na difusão de propaganda política travestida de notícias falsas ou teorias conspiratórias, utilizadas tanto para beneficiar ou prejudicar pessoas, organizações ou ideologias. E os embustes criados foram os mais diversos, como “Papa Francisco afirma que o maior crime de Lula foi ter acabado com a fome no Brasil” ou “Senadora Fátima Bezerra apresentou projeto

humorística ou satírica de uma imagem”. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/meme>>. Acesso em 11/01/2019.

para colocar Wi-Fi em presídios federais”, dentre outras incontáveis notícias falsas que passaram a circular no ciberespaço²⁷.

Para o antropólogo Piero Leirner²⁸, elementos como as jornadas de junho de 2013, as denúncias de corrupção na gestão do Partido dos Trabalhadores - PT, o descrédito do legislativo, as eleições de 2014 e posteriormente o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff que ocorreu no ano seguinte, foram utilizadas por diferentes grupos conservadores, liberais e liberais-conservadores para criar uma narrativa antipetista e antissistema, produzindo aquilo que passou a ser chamado por Korybko (2018) de guerras híbridas, uma espécie de batalha travada no campo da informação e da contra-informação que tem por objetivo criar uma dissonância cognitiva dissuadindo e desnorteando o inimigo. Tal estratégia, encontra suas raízes em práticas militares. Em entrevista para o site El País²⁹, Leirner assim definiu o conceito:

O conceito foi inventado por um norte-americano que reside na Rússia, o Andre Korybko. Ele fala, sobretudo, em movimentos que se utilizam de pautas identitárias que são articuladas por agentes externos para provocar conflitos e desestabilizar regimes. Foi assim nas chamadas primaveras árabes e, penso, aqui também em 2013. Para ele há um claro envolvimento do assim chamado deep state [nome dado a uma mistura de interesses de agentes estatais com investidores e setores industriais] norte-americano.

P. A manipulação de pautas identitárias são a única maneira de usar a guerra híbrida?

R. Eu penso que não, ainda que os meios sejam os mesmos: basicamente uma guerra no campo da informação e contrainformação, cujo objetivo é dissuadir o inimigo sem precisar levantar a espada. Isso é Sun-Tzu [estrategista militar chinês autor do livro A Arte da Guerra]. Isso é a base das PsyOps, ou operações psicológicas. O ponto todo é sempre

²⁷ https://epoca.globo.com/quase-metade-da-populacao-acredita-em-noticias-falsas-23331540?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo
Acesso em: 11/01/2019.

²⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/comunicacao-de-bolsonaro-usa-tatica-militar-de-ponta-diz-especialista.shtml> Acesso em 11/01/2019.

²⁹ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540408647_371089.html Acesso em: 11/01/2019.

desnortear o inimigo, deixando praticamente impossível para ele uma avaliação real sobre o tamanho, o posicionamento, a coesão e o estado de suas forças. Toda informação deve ser criptografada, e sempre é preciso adicionar uma quantidade de camadas de informação diante dos fatos de modo que as pessoas não saibam mais se estão olhando para as distrações ou para a mão que realiza a manobra. Com essa parafernália conceitual, me parece plausível que existe aplicação em qualquer campo. Por que a política ficaria isenta dela?

Para Leirner, esse processo iniciado em 2013 por meio de uma guerra híbrida que se estendeu até 2018 com a utilização de outra tática de *marketing* político conhecida como “*firehose of falsehood*”, acabou criando um ecossistema em que não é possível encontrar um único núcleo gerador de notícias falsas, uma vez que a prática estimula que outras pessoas criem e compartilhem conteúdos por vontade própria.

Em 2016, Christopher Paul e Miriam Matthews publicaram um artigo intitulado “*The Russian ‘firehose of falsehood’: Propaganda Model*”, em que apresentavam precisamente a estratégia de propaganda utilizada pelo governo russo de Vladimir Putin, identificando essa prática que foi chamada por eles de *firehose of falsehood* – em português “mangueira de falsidades” -, que consiste na difusão de um fluxo intenso e constante de notícias falsas disseminadas por diferentes fontes, que se por um lado gera incertezas e confusão na população, por outro legitima ideias políticas. Uma tática similar já havia sido utilizada anteriormente sob o nome de “*marketing de guerrilha*”, entretanto, foi com o *firehose* que se verificou a ascensão de quatro características essenciais dessa tecnologia emergente: I. o alto volume de fluxo de conteúdo e pluralidade de canais para difundi-los; II. a rapidez, continuidade e repetitividade da produção; III. o não comprometimento com a realidade objetiva e IV. o não comprometimento com a consistência do que se afirma entre uma narrativa e outra (Paul; Matthews, 2016, p. 2).

Embora trate-se de uma investigação focada no governo de Vladimir Putin, o estudo serviu como contribuição para a compreensão da atuação do governo de Donald Trump e também das novíssimas direitas conservadoras no Brasil³⁰. Há de se salientar, que as estratégias políticas da pós-verdade não são

³⁰ Segundo o jornalista Renan Borges Simão (2018), inicialmente, o pesquisador Christopher Paul afirmou que a estratégia do “*firehose*” não se aplicaria ao governo Trump. Entretanto, o

uma exclusividade do pensamento conservador, sendo utilizado também, ainda que mais discretamente, pelas novíssimas esquerdas. Entretanto, é sobretudo por meio das novíssimas direitas conservadoras e liberais-conservadoras, assim como a sua atuação no ciberespaço que o combate à “ideologia de gênero” ganha novos arranjos, sobretudo, através do embuste produzido sob o nome de “kit gay”, que, segundo o presidente Jair Bolsonaro (PSL), foi criado pelo seu principal rival na corrida presidencial de 2018, Fernando Haddad (PT), que fora Ministro da Educação entre os anos de 2005-2012.

Não obstante, é importante esclarecer que aquilo que o presidente Jair Bolsonaro passou a combater veementemente sob o nome de “kit gay”, construindo, portanto uma narrativa amparada na ideia de que havia certa orientação de professores esquerdistas que visavam converter as crianças em homossexuais em decorrência de um plano globalista baseado na leitura orientada por Olavo de Carvalho (2014; 2018); na verdade a proposta petista era justamente outra, ou seja, era combater o preconceito, a homofobia e transfobia nas escolas³¹, a partir de um projeto chamado “Brasil sem homofobia”. Sendo assim, é possível afirmar, inclusive de acordo com a decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE³², que o então presidente Bolsonaro tentou manipular a opinião pública proferindo um discurso falacioso na medida em que ele inventou intencionalmente fatos e dados inexistentes sobre o que chamou equivocadamente de “kit gay, com o propósito não apenas de desqualificar o seu opositor, mas, sobretudo, fomentar um discurso de ódio para com os professores e populações LGBTQI que passaram a ser tratadas como inimigos.

A construção do “kit gay” como estratégia de combate à “ideologia de gênero”

Inicialmente, em 2004, durante o governo Lula (PT), o Governo Federal lançou o programa “Brasil sem homofobia,” o qual foi elaborado por meio de uma articulação com o movimento social LGBTQI e visava promover valores de respeito à paz e a não discriminação pela orientação sexual ou de

estudo recebeu financiamento do Gabinete do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, o que indica que a negativa do autor tenha razões políticas.

³¹ http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acesso em 30/01/2019.

³² <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/> Acesso em 30/01/2019.

gênero. Desse programa, nasceu o “Projeto Escola Sem Homofobia”, financiado pelo Ministério da Educação, que consistia na distribuição para professores de um “kit” composto por uma base teórica e material de respeito à diversidade sexual e promoção dos direitos humanos e de uma cidadania que incluía as pessoas LGBTQI. O caderno que acompanhava o kit propunha reconhecer que o cotidiano escolar é permeado pelas relações de gênero, contribuindo para que os profissionais da educação tivessem um melhor esclarecimento dessas relações e pudessem atuar de maneira mais qualificada no combate ao preconceito e à discriminação no ambiente escolar, garantindo a pluralidade nestes espaços educacionais³³.

O material produzido pelo Governo Federal teve sua distribuição não apenas aprovada, mas também recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e recebeu parecer técnico favorável do Conselho Federal de Psicologia. Ainda assim, ignorando estes pareceres especializados, como já citado, em 2011, seis dias após o Supremo Tribunal Federal aprovar o casamento homoafetivo, e enquanto o kit ainda estava sendo avaliado pelo MEC, a bancada evangélica parlamentar apelidou o caderno de “Kit gay”, afirmando que se tratava de uma tentativa de sexualizar as crianças de maneira precoce. Após intensa pressão, o Governo Federal recuou no programa e vetou sua distribuição em maio de 2011.

Não coincidentemente, em janeiro de 2016, seis meses antes de ser aprovado o *impeachment* da presidente Dilma Rouseff (PT), Jair Bolsonaro que até então era deputado federal pelo Rio de Janeiro, inicialmente pelo Partido Progressista – PP e depois pelo Partido Social Cristão - PSC, publicou um vídeo de apelo emocional em sua página oficial do Facebook, apresentando ao público um livro intitulado “Aparelho sexual e cia”, que fazia parte do suposto “kit-gay” e que estimularia precocemente crianças à se interessarem por sexo, sendo uma porta aberta para a pedofilia³⁴. Após a publicação do vídeo, o Ministério da Educação emitiu nota de esclarecimento no site oficial do governo afirmando que tal livro nunca foi produzido, adquirido ou distribuído³⁵. Pouco tempo

³³ <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf> Acesso em 11/01/2019.

³⁴ O vídeo original foi excluído em 2018 por ordem do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, que determinou a exclusão de seis vídeos da página de Jair Bolsonaro e seu filho Carlos Bolsonaro que continham a afirmação de que o livro “Aparelho sexual e cia” teria sido distribuído pelo Ministério da Educação durante a gestão de Fernando Haddad. Entretanto, atualmente o vídeo pode ser facilmente localizado em diferentes canais no site *Youtube* e páginas do *Facebook*.

³⁵ <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2016/01/mec-nao-distribuiu-nas-escolas-livro-de-educacao-sexual-citado-em-video-na-internet> Acesso em 11/01/2019.

depois, o site Nova Escola publicou um vídeo realizando a checagem de informações das afirmações de Bolsonaro demonstrando que tal material nunca fez parte do projeto “escola sem homofobia” ou de qualquer outra ação do governo³⁶.

Mesmo após as declarações terem sido desmentidas, o vídeo continuou a circular intensamente em mídias sociais como o *Facebook*, *Youtube* e principalmente o *Whatsapp*, até que em agosto de 2018, dois meses antes da votação para o primeiro turno da eleição presidencial, o então presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) em entrevista ao vivo para o Jornal Nacional tentou mostrar novamente o livro “aparelho sexual e cia”, reafirmando tudo o que havia sido desmentido anteriormente e sustentando que tudo teria sido criado pelo seu principal rival na corrida presidencial Fernando Haddad (PT) quando Ministro da Educação do governo Dilma Roussef (PT). Contudo, logo após as declarações em rede nacional, diversas mídias passaram a desmentir as afirmações de Bolsonaro. Situação que obrigou o presidenciável a gravar um vídeo que foi difundido em suas mídias sociais afirmando que na verdade o livro não faz parte do “kit gay”, mas que foi distribuído nas escolas de ensino fundamental de todo o Brasil como um brinde³⁷.

As declarações de Bolsonaro foram massivamente compartilhadas nas mídias sociais como *marketing* político, seja no formato original ou travestido de *memes*. Na plataforma *Facebook*, o Monitor do Debate político no Meio Digital realizou o mapeamento das dez publicações mais compartilhadas relacionadas à palavra “kit gay” durante 15 de setembro a 15 de outubro³⁸. O estudo demonstrou que das cinco páginas mais compartilhadas, quatro eram de apoio ao presidente Jair Bolsonaro, sendo a sua página oficial a que estava no topo da lista. Juntas, elas somavam a quantia de 192 mil compartilhamentos.

Para se ter ideia do impacto que as *fake news* utilizadas para tratar da suposta “ideologia de gênero” causaram nas eleições de 2018, é importante mencionar que o *Google Trends* em setembro deste ano mostrou que a expressão “kit gay” teve o maior pico de procuras, superando inclusive o ano de 2011 em que o projeto escola sem homofobia era colocado em discussão³⁹. Após uma pesquisa com eleitores do Bolsonaro, o *IDEIA Big Data*, em parceria com o *Avaaz*, divulgaram que 98,21% foram expostos a uma ou mais notícias falsas e

³⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=rpUnNyE8ztU> Acesso em 11/01/2019.

³⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=qjTiJCyXgtw> Acesso em 11/01/2019.

³⁸ <https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/> Acesso em 11/01/2019.

³⁹ <https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/> Acesso em 11/01/2019.

87,77% acreditavam que se tratava de notícias verdadeiras. Ainda em relação ao kit-gay, 84% dos entrevistados acreditavam ser verdade⁴⁰.

O que impressiona é que neste emaranhado de narrativas confusas e conspiratórias, comprovar que uma notícia é falsa não é o suficiente. A utilização de *hashtags* e algoritmos por mídias sociais e mecanismos de busca possibilitam o mapeamento de gostos e preferências, direcionando os usuários para conteúdos e pessoas de seu interesse, rejeitando o não familiar. Estes dados pessoais, que não são de fato subtraídos dos usuários, mas concedidos conscientemente, produzem *feeds* de notícias automatizados que enclausuram os indivíduos no interior do chamado “filtro bolha”, que tende a reforçar as opiniões e não contestar as mentiras compartilhadas. Assim, foi justamente por essa razão que a internet se tornou “o vetor definitivo da pós-verdade, exatamente porque é indiferente à mentira, à honestidade e à diferença entre os dois” (D’ancona, 2018, p. 55).

Ainda que nas ciências sociais e humanas o combate à “ideologia de gênero” não tenha sido capaz de impactar internamente a validade dos estudos em gênero, a tática da incessante divulgação de *fake news*, como afirma D’ancona (2018), não tem por objetivo a vitória acadêmica de imediato, mas sabotar a confiança do público na expertise científica na medida em que produz certa confusão de informações, garantindo que exista dúvidas onde jamais existiu. Desta maneira, o *marketing* político é difundido na web sem compromisso com a exatidão e consistência dos fatos, semeando a dúvida por meio do apelo dramático e emocional “sem triunfar de imediato no tribunal da opinião pública (em geral, um objetivo impraticável)” (D’ancona, 2018, p. 49). Quanto maior a repercussão do embuste nas diferentes mídias, maior a sua aparência de verdadeiro, daí a necessidade de uma estratégia que estimule uma produção incessante de conteúdo, pois a recusa em aceitar a conspiração como verdade pode transformar esse questionador em conspirador.

Essa é a característica que define o mundo da pós-verdade. A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê. Também seleciona

⁴⁰ Roubadas pelo WhatsApp! Pesquisa mostra que eleições brasileiras foram “inundadas” por *fake news*. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/act/media.php?press_id=917>. Acesso em 11/01/2019.

sua própria mentira, de modo não menos arbitrário (D’ancona, 2018, p. 57).

Segundo as professoras Tatiana Roque e Fernanda Bruno⁴¹, as notícias falsas que circularam acerca do “kit gay” não ganharam crédito no debate público apenas por conta da utilização de estratégias como o *firehosing*, mas porque servem como uma espécie de capital para se confirmar crenças previamente formuladas, como é o caso do combate à “ideologia de gênero”, que já vem sendo explorada desde 1997. Como colocado pelo jornalista Renan Borges Simão em seu texto “*firehosing*: por que fatos não vão chegar aos bolsonaristas” (2018), algumas pessoas exercem o seguinte raciocínio: “isso pode ser falso, mas é útil para promover o que eu acredito”.

Segundo o que foi afirmado até agora por Jair Bolsonaro e seus ministros, estas estratégias de batalhas ideológicas travadas durante a campanha eleitoral ainda continuam a serem utilizadas. Durante o seu discurso de posse como presidente da república em 2019⁴², Jair Bolsonaro afirmou que o país começa a se libertar do socialismo e do “politicamente correto”. No congresso⁴³, afirmou que libertará o Brasil de suas amarras ideológicas, combatendo a ideologia de gênero. Pouco tempo depois, a Ministra Damares Alves, responsável pela pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos – a qual já nos primeiros dias do governo teve suprimida às menções sobre a população LGBTQIs – em discurso de defesa ao combate à “ideologia de gênero”, afirmou que “menino veste azul e menina veste rosa”⁴⁴, afirmação esta que viralizou e tomou conta das redes sociais, resultando em uma enxurrada de *memes* e *hashtags*. Para se ter ideia, em menos de 24 horas após sua declaração, a busca pelo nome da ministra no site de buscas *Google* aumentou em 1.550%⁴⁵.

Em entrevista ao site *El País*⁴⁶, Roberto Romano comentou que a utilização de palavras-chave como “ideologia de gênero”, “kit gay”, “socialismo”, “politicamente correto” e “corrupção” são utilizadas

⁴¹ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/11/fenomeno-da-pos-verdade-transforma-os-consensos-ja-estabelecidos.shtml> Acesso em 11/01/2019.

⁴² <https://www.youtube.com/watch?v=TLShKhwd4XA> Acesso em 11/01/2019.

⁴³ <https://www.youtube.com/watch?v=CHzC8cOKwwM> Acesso em 11/01/2019.

⁴⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=u0ofUS9B1dE> Acesso em 11/01/2019.

⁴⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/01/busca-por-ministra-damares-no-google-cresceu-1550-apos-fala-sobre-rosa-e-azul.shtml> Acesso em 11/01/2019.

⁴⁶

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/politica/1546619303_381027.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM&fbclid=IwAR0SIi2y95rMpkRys9rvGBgpj0sJna8hPugxLg5JEqXh_YGRI69oy_VBTJsg Acesso em 11/01/2019.

constantemente porque criam um ambiente de guerra simbólica, onde a linguagem funciona como um símbolo imagético que gera certa solidariedade e adesão ao governo que busca legitimidade. Essa narrativa desenvolve uma batalha ideológica que cria um falso inimigo, intensificando a polarização entre direita e esquerda, mantendo a sociedade atenta à um falso debate, porquanto põem-se em prática um projeto de poder de tomada do Estado.

Segundo Piero Leirner essas narrativas funcionam como uma “cortina de fumaça que força uma polarização com setores identitaristas e toda uma sorte de agentes, sejam políticos, blogs, imprensa e famosos”⁴⁷. Leirner afirma que esse tipo de estratégia tem basicamente dois objetivos: Em primeiro lugar, ela funciona como uma forma de ofuscar outras questões políticas, como as relacionadas ao desemprego, saúde, educação, meio ambiente e etc., permitindo que o governo possa se manter em um campo de batalha política no qual já conseguiu criar um consenso durante a campanha; em segundo lugar, a divulgação constante dessas declarações e embustes servem como combustível para que os grupos que se articulam em torno de pautas identitárias continuem focados nestes assuntos e assim mantidos neutralizados.

Desta maneira, as novíssimas direitas conservadoras brasileiras, sob a narrativa de que estão libertando o país de suas amarras ideológicas e trazendo a renovação ao país por meio do combate ao “socialismo” e a “ideologia de gênero” por exemplo, na prática asseguram a conservação da velha e arcaica política oligárquica. Assim, conforme mostrou a pesquisa genealógica do governo Bolsonaro apresentada por Ricardo Costa de Oliveira, apesar de alguns nomes da atual conjuntura política serem novos, os sobrenomes não o são, já que se tratam de “famílias que já estavam no poder há 50 ou mais de 100 anos, tanto no meio empresarial, no agroindustrial, na burocracia, na elite política, militar ou na magistratura”⁴⁸.

O que mais impressiona nesse debate, sobretudo no que diz às questões de gênero, é a confusão de conteúdos. Segundo a carta pública escrita pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná - UFPR, o combate à “ideologia de gênero” opera por meio do “pânico

47

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/04/politica/1546619303_381027.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM&fbclid=IwAR0Sli2y95rMpkRys9rvGBgpj0sJna8hPugxLg5JEqXh_YGRI69oy_VBtJsg Acesso em 11/01/2019.

48 <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/metade-do-ministerio-de-bolsonaro-vem-de-familia-de-politicos-ou-militares/?fbclid=IwAR1B70vmIEalPnpuo1HdhcSbf9r9Bv8p-wEzpMmyPosTP7ZGIPyPVkgWCvA> Acesso em 11/01/2019.

moral, pela leitura equivocada de textos bíblicos e pela não fundamentação a respeito das questões de gênero que envolvem as vidas, as narrativas, as experiências, os desejos e o viver das pessoas”⁴⁹. Estas práticas legitimam formas de violência uma vez que rejeitam a diversidade da experiência humana e negam às pessoas o direito a existir, produzindo assim, um falseamento da realidade, onde se distorcem conceitos e se impõem práticas que contrapõem às pessoas, considerando uns mais humanos que os outros. O ciberespaço tem sido o local perfeito para a difusão destas narrativas, uma vez que se mostra indiferente no tratamento dado à relação entre a mentira e a honestidade (D’ancona, 2018).

Considerações finais

Como demonstrado anteriormente, o combate à “ideologia de gênero” pode ser traduzido em um processo de ataques e resistências aos avanços no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das minorias sexuais. Não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, essa narrativa vem exercendo especial influência nos debates públicos acerca do casamento homoafetivo, da adoção por famílias que escapam à cisheterossexualidade, da inclusão da educação sexual e da descriminalização do aborto.

Embora o termo “ideologia de gênero” encontre suas raízes em textos de membros conservadores da igreja católica que remontam o ano de 1997, essa ofensiva ainda vem ganhando terreno e, nos últimos anos, tem obtido novos arranjos que incrementaram a sua difusão e força nos espaços públicos e privados. Com a emergência da pós-verdade, a confusão antes criada acerca dos conteúdos sobre a sexualidade foi potencializada por meio de um material difundido no ciberespaço que investe em um formato estético viral e de apelo emocional e, no que diz respeito ao conteúdo, se mostra pouco comprometido com a consistência dos fatos e com as fontes fidedignas utilizadas. Desta maneira, notícias falsas e teorias conspiratórias passaram a ser difundidas estrategicamente a fim de constituírem um *marketing* político, ainda que muitas vezes não explícito, como é o exemplo da roupagem da “estética da zoeira” que aposta no caráter caricato e viral dos *memes*.

⁴⁹ <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/pesquisadores-da-ufpr-dizem-que-acusa-los-de-ideologia-de-genero-e-difamacao-leia-carta/> Acesso em 11 de jan. de 2019.

Utilizamos como exemplo o embuste do “kit gay”, o qual já havido sido criado em 2011 - seis dias após o Supremo Tribunal Federal reconhecer a validade jurídica do casamento homoafetivo -, mas que alcançou seu pico de buscas na internet um mês antes do primeiro turno das eleições brasileiras de 2018, justamente após o candidato à presidente Jair Bolsonaro voltar a divulgar que o livro “aparelho sexual e cia” estava sendo distribuído na internet, mesmo o Ministério da Educação e outros sites de checagem de informações terem desmentido aquilo que havia sido apresentado como verdade.

Agora eleito, o governo Bolsonaro continua a travar uma guerra ideológica, utilizando os mesmos símbolos falaciosos que logrou êxito em criar consenso durante a sua campanha, independentemente da existência ou não do famigerado “kit gay”. Os rótulos de “doutrinação” e “ideologia” foram e ainda são utilizados como uma etiqueta na medida em que cria um falso inimigo que se apresenta imprecisamente a partir de uma espécie de elástico conceitual que trata das dissidências a partir do rótulo do marxismo cultural. Desse modo, tudo que se apresenta como crítica ou oposição não apenas cabe nesse letreiro, como também deveria ser combatido, tendo em vista que o esquerdismo e toda a sua imprecisão conceitual abarcaria o grande mal encontrado no país. Assim, sob a narrativa da renovação da política, verificamos visivelmente certa reprodução daquela velha oligarquia, sendo necessário, mais do que nunca, uma nova linguagem e uma nova abordagem nos debates públicos acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo, no que se refere às informações produzidas e compartilhadas no ciberespaço.

Referências

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª Ed, 2010.

CARVALHO, O. de. **A nova era e a revolução cultural**: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Campinas: Vide Editorial, 2014.

_____. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2018.

COSTA, A. **Introdução à Nova Ordem Mundial**. Campinas: Vide Editorial, 2015.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*. Baarueri: faro Editorial, 2018.

DAY, Richard J. F. **De la hegemonía a la afinidad**: Solidariedad y responsabilidad en los nuevos movimientos sociales. Madrid: Enclave de Libros, 2016.

KETZER, P. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. In: **Revista Argumentos**. ano 9, v. 18, p. 95-106, 2017.

SANTOS, M. F. dos. **Invasão vertical dos bárbaros**. São Paulo: Ed. É Realizações, 2012.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: Das revoluções verdes aos golpes. São Paulo : Ed. Expressão Popular, 2018.

SCALA, J. **La ideología del género. O el género como herramienta de poder**. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SIMÃO, R. B. *Firehosing*: por que fatos não vão chegar aos bolsonaristas. **Le monde diplomatique Brasil**. São Paulo, n. 137, dez. 2018.

MISKOLCI, R; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. In: **Revista Sociedade e Estado**. Volume 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

PAUL, C; METTHEWS, M. **The russian "firehose of falsehood" propaganda model: why it might work and options to counter it**. RAND. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep02439?seq=1#page_scan_tab_contents>.

ROSA, P. O; REZENDE, R. A.; MARTINS, V. M. M. As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras. In: **Revista NEP – Núcleo de estudos paranaenses da UFPR**, v. 4, p. 4, 2018.

The fight against “Gender ideology” in the post-truth era: a cyber cartography of fake news disseminated in Brazilian digital media

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the meanings and effects of what the newest rightwing influencers call “gender ideology”. Considering this recent form of diffusion and capillarization of this certain narrative, it is established as the truth due to new technologies of power acting in the cyberspace through a moral entrepreneurship guided by a political marketing of neoconservative tradition. Grounded on the epistemological debate on post-truth and a cibercartographic methodology, we pursue to identify how the incessant diffusion of emotionally appealing materials has legitimized the fight against sexual and reproductive rights of women and sexual minorities. These materials valorize form more than content, just like memes, fake news and conspiracy theories disseminated through digital media. They struggle to change perceptions on the understandings about gender, which is consensual in the academic field and supported by the World Health Organization and American Psychiatric Association.

Keywords: Gender ideology, Right-wing, Newest right, Post-truth.



Das utopias globais, ruídos e recomposições: uma conversa sobre práticas de leitura e movimentos sociais

Martín Bergel¹

Tradução:
Paulo Edgar R. Resende²

Revisão:
Rodrigo Nunes³

RESUMO

Pelo menos desde o Iluminismo a leitura ocupa um lugar nodal nos projetos emancipatórios abrigados dentro das tradições de esquerda. Mas, ao calor da revolução digital das últimas duas décadas, este espaço privilegiado experimentou profundas transformações sobre as quais talvez ainda não se tenha refletido o suficiente. Neste diálogo, Amador Fernández-Savater, Franco Ingrassia e Rodrigo Nunes, todos eles nascidos nos anos 70 e envolvidos ativamente em movimentos sociais das últimas duas décadas, destrincham alguns aspectos relativos às mudanças recentes nas relações entre as esquerdas, as redes sociais e as práticas de leitura. Desde suas cidades de residência no momento da entrevista — Madrid, Rosário e Porto Alegre/Londres/Rio de Janeiro, respectivamente —, mas em conexão com muitos outros lugares do mundo, os três participantes desta conversa têm estado desde os anos 90 envolvidos em numerosos espaços e iniciativas vinculadas ao ir e vir entre pensamento e movimentos sociais.

¹ Doutor em História pela Universidade de Buenos Aires, Professor de História da Escola de Humanidades da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), pesquisador do Centro de História Intelectual (Universidad de Quilmes, UNQ) e do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet) da Argentina. Professor de História Social Latino-americana na Universidade de Buenos Aires (UBA). E-mail: mbergel@fibertel.com.ar.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Autônoma de Barcelona, UAB, Espanha. Professor do programa de Pós-graduação em Sociologia Política, do curso de graduação em Relações Internacionais e de disciplinas EAD da Universidade Vila Velha – ES. E-mail: pauloedgar.rresende@gmail.com.

³ Doutor em Filosofia pela Universidade de Londres. Professor do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: rgnunes@yahoo.com.

Palavras-chave: ciberativismo; esquerdas; práticas de leitura; redes sociais

Recebido em 30/07/2019

Aceito para publicação em 01/02/2020

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v2i23.29033>

Entrevista realizada por Martín Bergel a Amador Fernández-Savater, Franco Ingrassia e Rodrigo Nunes para a Revista Nueva Sociedad, n. 268, março – abril, 2017. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/de-utopias-globales-ruidos-y-recomposiciones/>

Amador Fernández-Savater participou, entre outros, dos movimentos antiglobalização, V de Vivenda e 15M, é editor da Acuarela Libros e colabora ativamente em blogs e meios digitais. É autor de Filosofia e Ação (Editorial Limite, 1999), coautor de Red Ciudadana tras el 11-M: cuando el sufrimiento no impide pensar ni actuar (Acuarela Livros, 2008).

Franco Ingrassia foi um dos fundadores do coletivo cultural Planeta/x e atualmente forma parte da Universidad del Hacer, um dos projetos da organização política Ciudad Futura, de Rosário, Argentina.

Rodrigo Nunes participou ativamente da organização das primeiras edições do Fórum Social Mundial, de campanhas de organização sindical e imigrante em Londres, e foi um dos editores da revista Turbulence. É professor de filosofia na PUC/Rio e autor do livro Organisation of the Organisationless. Collective Action After Networks (Mute, Londres, 2014).

Martín Bergel: Gostaria de propor que examinemos a trajetória do que foram as mudanças dos últimos 20 anos nas condições e práticas de leitura para os intelectuais, militantes e, mais em geral, nas sensibilidades de esquerda (um campo vago e internamente estratificado que haveria de se especificar). Como sabemos, nestas duas décadas assistimos — talvez com menos sobressaltos que o esperado — a profundas mutações sociais e culturais nos modos em que se produzem e circulam os sentidos sociais e o lugar que os textos ocupam nessas situações radicalmente novas. Mas antes de entrarmos nesse exercício de

recapitulação dos quadros de experiência em que vocês estiveram ativamente envolvidos, me permitam começar perguntando algo mais genérico relativo ao status contemporâneo dos textos. Na introdução à edição em castelhano da História da Leitura no Mundo Ocidental⁴, Roger Chartier recorda que nas últimas décadas se falou recorrentemente da possibilidade da morte do livro; e ao mesmo tempo, as estatísticas indicam que nunca se produziu e circulou tantos livros como em nosso tempo. Na visão de vocês, haveria sentido diferenciar os objetos impressos dos textos que circulam rapidamente no formato digital? Como se configurou a interação entre ambos tipos de textos, aqueles que se reproduzem no formato histórico do tipo de objeto que chamamos livro e aqueles que vemos somente nas telas e nos telefones celulares?

Franco Ingrassia: Creio que a diferença entre livros impressos e textos digitais se pode pensar em termos de corte e fluxo. O surgimento da internet liberta a edição de livros de sua função de “publicação”: a circulação digital é muito mais veloz, ampla e econômica. Esse é o fluxo: uma maré incessante de textos que podemos acessar. Nossa capacidade de acesso excede em muito nossas possibilidades de leitura. Mas essa nova ecologia digital permite que o livro impresso adquira um novo estatuto. A edição creio que pode ser entendida hoje como uma operação de corte, de sublinhado. Uma agência editorial, na maior parte das vezes coletiva, toma para si o esforço de isolar temporalmente um texto ou uma série de textos do fluxo, para destacá-los. E dessa maneira se produz uma finitude, partindo desse campo virtualmente infinito da circulação digital, que nos convida à leitura. É assim que resulta possível que alguém leia um livro que obteve um ou dois anos atrás, enquanto que é improvável que faça o mesmo com um PDF baixado com a mesma antecedência.

E me parece também que esta ecologia textual dupla implica o desenvolvimento de uma subjetividade leitora igualmente dupla, que desenvolve critérios para se manejar tanto na finitude dos livros impressos como na infinitude do acesso digital. A essas operações de fluxo e corte realizadas por outros temos que sobrepor nossas próprias, nos convertendo em editores de nossos próprios itinerários de leitura. E penso que essas operações exigem critérios de orientação que necessariamente se encontram fora da ecologia textual. Lemos para algo

⁴ Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (orgs.), *História da Leitura no Mundo Ocidental* (São Paulo: Ática, 1998).

que está além da prática de leitura e do mundo dos textos, lemos para que parte do que lemos se articule, se componha, afete mundos de práticas não textuais.

Rodrigo Nunes: Além da dinâmica de corte e fluxo descrita por Franco, podemos pensar nossa relação contemporânea com a leitura em termos da díade informação-ruído. A altíssima velocidade e o custo muito baixo de produção e circulação em formato digital implicam uma oferta de informação que, se não infinita, excede em muito a capacidade de processamento de qualquer indivíduo. Este excesso de informação se converte em ruído; daí a importância da função de filtragem. Nossos filtros vêm de nossos interesses práticos, da educação que tivemos, de nossas referências e assim por diante; cada vez mais, nossos filtros são os outros, e nossa rede de amizades, digitais ou extradigitais, funciona como extensão de nossa capacidade de coletar e processar informação. Mas filtros também vêm do capital simbólico associado a cada fonte e a cada meio, e aí me parece que a publicação impressa tem ainda seu peso. Que algo esteja disponível fora da internet, que um autor não seja apenas reconhecido nos blogs mas também nos meios mais convencionais (livros, revistas), estes elementos ainda operam como filtros relevantes. Isto se vincula não só ao capital acumulado pela publicação impressa em geral, e por alguns nós em particular (determinadas editoras ou revistas, por exemplo), mas também ao fato de que, instintivamente, supõe-se que uma atividade cujos custos são mais elevados mobiliza filtros mais exigentes. E isto sugere algumas questões interessantes para a esquerda, dado que, apesar da digitalização ter permitido uma explosão na produção e circulação de textos críticos ou militantes, a propriedade dos meios de atribuição de capital simbólico não mudou tanto.

Diria então que sim, ainda há diferença entre ambos universos textuais, apesar de que o consumo crescente de livros em PDF ou outros formatos complique as fronteiras entre os dois tipos de leitura, e que a diferença esteja sobretudo relacionada com a qualidade de atenção e com o tempo que se supõe envolvido não somente com a leitura, mas também com a escrita. No formato digital a coisa costuma funcionar mais por saturação: lemos muitas coisas pequenas sobre um mesmo tema, cada uma agrega relativamente pouco, mas com todas vamos cumulativamente compondo quadros da situação. Enquanto que com livros a expectativa é que abordem questões de maior fôlego, que dialoguem com um conjunto mais amplo de fontes, que ofereçam olhares mais completos. Deve-se observar, no entanto, que essa dinâmica de excesso e sobreprodução também penetrou o mercado editorial. Grandes intelectuais como Alain Badiou, Jacques Rancière e Slavoj Žižek hoje alternam tratados teóricos publicados espaçadamente com um fluxo permanente de pequenos livros de divulgação ou

comentários sobre temas atuais. Inclusive os livros contemporâneos que têm uma pretensão sinóptica já não costumam ser grandes sínteses originais como ainda eram *As Palavras e as Coisas* (1966), *O Anti-Édipo* (1972) ou mesmo *Império* (2000), mas textos muito mais parciais, dialogando com uma massa de informação mais recente e restrita. Porque ninguém tem mais condições de sintetizar tudo, e menos ainda sob o imperativo da produtividade que pesa sobre os acadêmicos, ou o imperativo de participação constante no debate que as redes sociais impõem a todos.

Amador Fernández-Savater: Ocorre-me a distinção que faz Reinaldo Laddaga entre o “regime estético” e o “regime prático” das artes. No primeiro, os autores são especialistas que trabalham a uma certa distância do mundo em uma obra com bordas estritas, e se relacionam mais tarde através de espaços “desafetados” (galeria, museu) com públicos silenciosos e desconhecidos. No segundo, o autor é mais um “ponto de passagem” que coleta e relança um fluxo de conversa incessante, feita de segmentos, ligado à “atualidade” e relativamente desierarquizado. A diferença aqui seria que esses dois regimes não se substituem no tempo, como explica Laddaga, mas coexistem (e se contaminam).

Não sei se essa distinção pode ser útil em relação a livros e textos, mas ao menos coincide com minha experiência. Falando como editor, o retorno que por muitos anos recebíamos na editora Acquarela ou na revista *Archipiélago*, por exemplo, era demasiado escasso: uma carta de vez em quando, algo na apresentação ocasional de um livro, coisas assim. Mas cada livro ou número da revista tinha, por suas mesmas condições de produção, certa potencialidade de acontecimento, de sacudida, de irrupção. E falando como leitor, para eu ler um livro, claro, me exige essa suspensão do mundo (do alvoroço do mundo precisamente) de que fala Laddaga. Certo distanciamento, serenidade e atenção quase incompatível (fisicamente) com o estado de inquietude permanente das redes. Por outro lado, no “regime prático do livro”, se cabe falar assim, o que mais valorizo é a condição *amadora* de muitos convidados à conversa, uma autêntica “rebelião dos públicos”. A possibilidade (legitimada) de compartilhar versões beta (esboços, rascunhos e bosquejos) das coisas que se vai pensando, de a pessoa se sentir autorizada a escrever a partir unicamente da autoridade de sua própria experiência, contando algo que tenha vivido em primeira pessoa, etc. Nos dois regimes, a ameaça — “a morte do texto” — me parece que é um pouco a mesma: a *indiferença*. Que por isolamento ou circulação banal, por lentidão mortífera ou velocidade estúpida, um escrito não ressoe, não interpele, não comova, não se vincule, não encontre leitores, não crie novos autores.

MB: *As indagações que abrem estas respostas são fascinantes. Mas agora sim queria que passássemos à história mais concreta das últimas duas décadas. Proponho que tratemos de recuperar os distintos momentos e expectativas que se deram nesses anos, que não classifiquemos todo o período sob um único olhar. Por volta dos finais do século passado, o surgimento do movimento antiglobalização e outros movimentos afins, bem como a aparição de uma militância vinculada às novas redes sociais então apenas incipientes — falamos de uma era anterior ao Facebook —, deram lugar a expressões de otimismo. Alguns até profetizaram que estávamos testemunhando uma verdadeira ruptura nas formas da política emancipatória. O que vocês recordam das discussões e emoções que circulavam então? E ao mesmo tempo, como se reordenaram as práticas de leitura nesses momentos iniciais das redes sociais?*

AFS: Puxando pela memória, vejo uma passagem nesses anos que poderíamos chamar “do underground às redes”. Ou seja, vínhamos do mundo dos fanzines e os circuitos de autoprodução, um trabalho meio artesanal, a impressão por fotocópias, muita presença física para tudo (distribuição, venda direta, encontros), o correio como meio de comunicação (recebíamos cartas na caixa de correios com a mesma emoção que se fossem cartas de amor), etc. E passamos às redes online, às listas de emails, às agências de contrainformação, aos fóruns online — muitas horas em frente à tela para tudo, uma verdadeira aprendizagem. Uma passagem que não é linear ou absoluta, mas combinada. Também me lembro nesses anos de haver trabalhado em revistas e folhetins de agitação (*Archipiélago*, *Contrapoder*, *Desobediencia Global*), os grupos de leitura de livros difíceis e densos (*Mil Platôs*, *A Sociedade do Espetáculo*) em espaços e centros sociais, os dossiês sobre temas importantes do momento (violência, *copyleft*, trabalho, etc.). Minha amiga Marta, a quem pergunto por suas recordações a respeito, me diz que de fato pensa que antes fazíamos um uso mais coletivo da rede, no sentido de pesquisar juntos algo e não simplesmente ler cada um as suas coisas.

Lembro da importância que tiveram livros como *Império e Multidão* de Antonio Negri e Michael Hardt. Livros que devoramos para entender a nova conformação do poder global (acéfalo mas com polos de atração e força, etc.), a guerra desatada depois do 11 de Setembro de 2001 (guerra infinita, guerra constituinte, guerra ordenadora), o caráter do movimento que nasce em Seattle, a natureza do sujeito coletivo que se esboçava (a “multidão”), sua composição, estratégia, linguagem, etc. Uma recepção polêmica, em disputa com a “velha política” interna ao movimento global (nacional-popular, estadocêntrica, etc.), que abriu e ao mesmo tempo fechou: abriu as cabeças a outras noções, imagens

e linguagens, mas finalmente recriou fetiches, palavras-chave e uma *langue de bois* que tinha respostas para tudo a partir de categorias prévias.

Lembro do ar que nos foi dado por um autor como Wu Ming, um grupo de cinco escritores e ativistas italianos que inicialmente tinham experimentado o “nome coletivo” Luther Blissett. Alguns líamos a Wu Ming como uma linha de fuga dessas relações tão pesadas e instrumentais com a teoria, na qual os conceitos se “aplicam” e os fatos “se encaixam”. Seus textos misturavam a literatura e o ensaio, deixavam entrar a experiência vivida nos relatos, investigavam na cultura popular os materiais para contar histórias, tinham uma “vontade de estilo” que os distanciava do simples moedor ideológico militante, escreviam com muito humor, se aproximavam a mundos não estrita ou estreitamente políticos, etc. Dentro da ideia, que hoje me parece tão problemática, da “política como comunicação”, Wu Ming representava uma singularidade, um trabalho singular, uma possibilidade de singularização (e não de repetição mecânica das teorias dos grandes nomes).

Por último, me lembro da experiência do Indymedia Madri, em que combinamos a “abertura ao caos” (a livre publicação de texto ou imagem, hoje algo banal, mas na época insólito e fundador) e uma “linha editorial” que operava, nos termos em que Franco estava falando, um corte no fluxo, um trabalho editorial de orientação e destaque (a partir das posições próprias do coletivo editorial, que eram muito próximas às dos Disobbedienti⁵ italianos). Essa tentativa de edição recebeu uma resposta muito dura, uma verdadeira “guerra troll”, da parte de pessoas e setores que entendiam que estávamos desvirtuando uma ferramenta que deveria ser horizontal, sem outro filtro que não o cronológico, e nos apropriando dela a partir de posições político-ideológicas muito concretas.

Em fim, tudo o que mencionei mais acima (livros, autores, plataformas, discussões, etc.) tinha lugar em uma “área” muito delimitada: aquela da autonomia, dos movimentos sociais. O movimento global era algo assim como “todos os movimentos sociais juntos”. Uma abertura com respeito a momentos políticos anteriores, sem dúvida, mas ainda muito relativa se a vemos do ponto de vista de hoje. Os limites dessa “área” foram felizmente transbordados já na

⁵ Movimento social italiano nascido da dissolução dos chamados Tute Bianche (“Macacões Brancos”) após os protestos contra a reunião do G8 em Gênova, 2001. Baseados sobretudo em centros sociais ocupados no norte e centro da Itália, caracterizavam-se por empregar formas de “confronto não-violento” em manifestações. De todos os grupos autonomistas europeus daquele período, foi o mais influente, construindo uma rede internacional que incluía Espanha, França, Dinamarca e Eslovênia, entre outros.

raiz de movimentos como aquele que houve contra a Guerra do Iraque⁶ e a resposta social ao atentado de 11 de março de 2004.⁷ Do coletivo (ou do “movimento de movimentos”) passamos então ao “pessoal conectado” (blogs e depois redes sociais, outras formas de leitura/ escrita).

FI: A pergunta me remete a uma imagem concreta: uma pilha de textos impressos, obtidos da internet, separados em pastas. Creio que é uma imagem transicional, como boa parte do que ocorreu nesses momentos, não somente no campo da leitura. Creio que essa espécie de biblioteca singular de materiais digitais permitia aplicar a esse novo tipo de acesso digital operações aprendidas na experiência de leitura “tradicional”: grifos, anotações na margem, etc. Recordo também o acesso via internet a traduções de alguns materiais muito referenciados nesse momento que estavam disponíveis antes de sua publicação “oficial”, e que inclusive eram melhores que as traduções posteriormente publicadas — por exemplo, a versão de *Império* feita por Eduardo Sadier. Era uma época na qual, ao menos na Argentina, as dificuldades tecnológicas e econômicas para a edição de livros impressos eram ainda consideráveis, pelo que a popularização da internet implicou uma explosão de acesso a textos que permitiram tomar contato com outras culturas políticas. Mais tarde, novas tecnologias como a impressão por demanda e o *offset* digital mudariam radicalmente os padrões básicos de acesso. Por outra parte, o modo pré-redes sociais de compartilhar essas leituras reenviava a uma circulação mais tradicional: fotocópias de textos impressos, revistas em papel, etc. Nós, como leitores, também estávamos em transição, e ainda que o acesso fosse digital, a maioria necessitava a impressão do texto para poder lê-lo, ou seja, para poder aplicar sobre o texto as operações que produziam uma leitura.

⁶ O movimento contra a Guerra do Iraque estendeu-se de 2002 até após a invasão do país árabe por tropas norte-americanas em 2003. Seu ápice foi o Dia de Ação Global de 15 de fevereiro de 2003, que levou milhões de pessoas às ruas em cerca de 800 cidades em todo o mundo e acabou registrado no *Guinness Book of Records* como o maior protesto da história. Mesmo tendo fracassado no propósito de impedir a guerra, foi o último grande marco do movimento altermundista.

⁷ A mobilização que se seguiu ao atentado terrorista na estação de Atocha, Madri, em 11 de março de 2004, foi o segundo caso na história de movimento convocado primariamente através de mensagens de SMS. (O primeiro, em janeiro de 2001 nas Filipinas, provocara a queda do presidente José Estrada.) Às vésperas de uma eleição, o Partido Popular (PP), que havia apoiado e participado da incursão estadunidense no Iraque, tentou atribuir o atentado ao grupo separatista basco ETA, encobrimdo o fato de que os verdadeiros autores eram ligados à Al Qaeda e haviam agido em represália à posição do governo espanhol. A reação da população foi instrumental para que, apenas três dias depois e contra todos os prognósticos, o PP fosse derrotado nas urnas.

RN: O mais impactante da experiência desses anos, para mim, foi o encurtamento do tempo entre algo acontecer e a difusão de informação e elaboração teórica a seu respeito. Lembro que em 1997 saiu a primeira edição brasileira de *A Sociedade do Espetáculo*, ou seja: esse livro que fora tão importante no 1968 francês chegava ao Brasil com três décadas de atraso. Mas apenas um par de anos depois eu conseguia acompanhar “em tempo real” o que acontecia nos Dias de Ação Global ou os debates que estavam ocorrendo nos movimentos da Argentina, da Europa, do México, dos Estados Unidos ou do resto do Brasil. (Verdade seja dita, naquela época os brasileiros éramos muito mais bem conectados com outros lugares do mundo que entre nós.) Foi uma mudança apaixonante: enquanto as coisas antes pareciam chegar apenas quando já eram episódios dos livros de história, agora era possível intervir em um debate global ao vivo.

Entre os muitos prognósticos otimistas de então, um que acabou se materializando de maneira bastante diferente do imaginado foi o “*be the media*” que era slogan do Indymedia. É verdade que hoje temos uma capacidade generalizada de produção e circulação de conteúdo escrito e audiovisual, e que “ser os meios” é uma possibilidade efetivamente disponível diariamente para quase 60% da população mundial. Mas a aposta pela saturação como via de diminuição do poder dos meios corporativos não trouxe os resultados esperados. Todos produzimos textos e imagens o tempo todo, mas se observarmos quem são as vozes de maior autoridade, aquelas em quem nos apoiamos para compartilhar informação nas redes sociais, veremos que a imprensa corporativa, ou indivíduos associados a ela, seguem ocupando um lugar preponderante.

No fim, muito do que hoje fazem os meios corporativos não é mais que vender-nos de volta a informação que todos nós produzimos, mas filtrada, editada, contextualizada. Mas isto só ressalta o fato de que não podemos ignorar a questão dos filtros, tal como o fizemos há vinte anos atrás. Em uma frase: a saturação gera muita informação, mas esta informação se transforma em mero ruído se as pessoas não tiverem filtros. A aposta pela saturação feita no final do século passado era otimista não apenas porque supunha uma teleologia, uma inexorável linha ascendente de democratização dos meios de produção e difusão de informação. Mais que isso, o problema era que esta teleologia servia para dissolver, em vez de resolver, o problema da mediação. Na medida em que se supunha que o crescimento inevitável da informação instantânea eliminaria todo tipo de mediação, pensar a mediação já não era nenhum problema ou desafio; ela simplesmente definharia até desaparecer. Mas aquilo que descobrimos, no fim das contas, é que o crescimento exponencial da informação imediata,

justamente porque transmuta a informação em ruído, acaba recolocando o problema da mediação. Pode ser que aquilo que debilita os meios tradicionais seja, finalmente, também o que impede que eles morram; o que diminui sua importância serve, por outro lado, para confirmar sua necessidade. Em última análise, a dúvida que surge é se o ideal da ausência de mediação, por mais que nos pareça desejável, não é irrealizável, e irrealizável justamente porque acaba por produzir seu contrário, isto é, a necessidade de mediação. Se este é o caso, o que seria preciso fazer é, em vez de buscar eliminar a mediação, encontrar maneiras de transformá-la, distribuí-la, democratizá-la.

Fala-se atualmente em “crise da mediação”, mas não creio que isso contradiga o que acabo de dizer, antes pelo contrário. Em primeiro lugar, esta crise é, na verdade, uma fragmentação de públicos que se desligam ou distanciam progressivamente dos mediadores tradicionais. Mas isto ocorre justamente porque eles passam a ter seus próprios mediadores — os Youtubers conservadores, por exemplo. Segundo, se a mídia corporativa perde um tanto de sua capacidade de *agenda setting* em relação a estes públicos, cuja conversa interna se torna relativamente autônoma, ela ainda tem muito poder para decidir se a conversa de um público chegará aos outros, a visibilidade e o peso que uma história importante para um deles poderá vir a ter para os demais. No Brasil, isto ficou claro, por exemplo, no papel dos grandes meios em mobilizar para as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff e rapidamente abafar a discussão sobre o impeachment de Michel Temer. Que ela retenha este poder implica, terceiro, um limite para o crescimento destes públicos paralelos. Pode-se objetar que nos Estados Unidos, por exemplo, o ecossistema informacional da extrema direita é gigantesco e altamente autônomo. Mas isto é esquecer que lá eles têm uma grande rede de comunicação, a Fox, como nó central.

MB: *Eu também associo essa primeira etapa à Indymedia como experiência que condensava a aposta pela universalização da produção de notícias, histórias, etc., como um tipo de utopia de indistinção entre produtores e leitores de textos. E, como dizia Rodrigo, tudo isso sob a ideia de que esse movimento de produtores/ leitores poderia vir a ser tão potente quanto a mídia de massa. Mas vocês mesmos chamam atenção para o fato que esse momento durou pouco, e que logo sobrevieram esses fenômenos de “ruído” que comentavam; um ruído que com frequência veiculava emoções bastante negativas (ressentimentos, desconfianças, etc.). Como foram se processando historicamente essas questões quando apareceram, se é que chegaram a se processar, e como pensá-las hoje?*

RN: O que me ocorre aqui é falar de uma transição geracional. O movimento global do início do século foi predominantemente um fenômeno da chamada Geração X, e se caracterizava por ideias muito fortes sobre o anonimato, a autoria, a denúncia de concepções antiquadas de “gênio” ou “líder”, o horror ao *selling out*. Os textos tinham que ser assinados de maneira coletiva, os nomes próprios se ocultavam por detrás de uma série de pseudônimos, havia uma valorização da invisibilidade, bem como doses consideráveis de paranoia em relação a tudo o que se poderia conceber como vontade de poder ou esforço por criar algum tipo de “marca” pessoal ou política. Hoje podemos perceber que havia aí uma tensão ineliminável que vinha de nossa dupla condição de militantes e “trabalhadores culturais”, e que decorria da própria natureza deste tipo de atividade produtiva. Porque, no fim das contas, em condições de atomização diante do mercado, o que faz um trabalhador cultural é sempre, de uma forma ou de outra, apropriar-se privadamente de processos coletivos. Trata-se de algo que seria preciso enfrentar não como uma questão moral, como se se tratasse apenas de uma fraquejada ética que bastaria uma dose maior de vontade militante para impedir; mas a partir de uma perspectiva tática e estratégica que nos ajudasse a navegar essa tensão de maneira saudável, produzindo formas de organização política e econômica capazes de nos tirar da atomização e reforçar processos coletivos. Mas naquele tempo creio que tínhamos ainda uma visão muito moralista sobre o tema, o que fazia com que esta contradição inescapável em que vivíamos só pudesse ser experimentada como culpa e desconfiança, em vez de ser o ponto de partida para a reflexão e a construção de alternativas.

Hoje, por outro lado, vê-se por toda parte comportamentos e estratégias de rede que seriam absolutamente inaceitáveis há quinze anos atrás. Para alguém como eu, nascido exatamente na fronteira entre as gerações X e *Millennial*, a passagem de um momento para o outro foi motivo ao mesmo tempo de fascinação e choque. Por um lado, havia qualquer coisa de libertador. Porque muitas das crises que tínhamos no movimento global, experiências bastante destrutivas como a que acabou de relatar Amador, giravam em torno de uma paranoia contra qualquer manifestação da individualidade, fosse esta a expressão de um indivíduo ou de um coletivo (como, no caso, um grupo editorial). Era uma lógica que pressupunha que os espaços deveriam se manter indefinidamente abertos, o que implicava que a individuação de identidades dentro deles fosse imediatamente considerada suspeita, uma espécie de usurpação. E isto produzia “superegos de grupo”, para tomar emprestada uma expressão de Félix Guattari, altamente punitivos e fortemente inibidores. A relativa desinibição em que vivemos hoje implica não só muito mais capacidade de criação e realização, me

parece, mas também um desejo benéfico de falar para todo mundo, e não só para um público ativista. Enquanto o Indymedia jamais pretendeu ir além de um certo gueto ativista, hoje temos diversos exemplos de iniciativas bem-sucedidas — a Jacobin nos Estados Unidos e a Novara Media no Reino Unido vêm à mente — cuja proposta é atingir um público bem mais amplo.

O problema, por outro lado, é o quanto a comunicação passou a ser mediada pelo perfil pessoal, pela “marca” que se constrói nas redes, o que pode ser muito danoso para processos coletivos. Isto decorre, por um lado, da própria arquitetura das redes sociais, que fazem com que você se posicione como um indivíduo que disputa um mercado de likes, cultiva um público, estabelece um determinado “perfil”, desenvolve uma persona digital, etc. Por outro lado, quanto mais jovem você é, mais você já naturalizou esse tipo de operação, não só porque você já cresceu nesta arquitetura, mas porque cresceu num mundo em que empregos estáveis são cada vez mais raros, e é preciso estar permanentemente se promovendo, mantendo-se visível. Para os *millennials*, esta lógica do “empreendedor de si mesmo” é segunda natureza: você nada ou morre (O ideal *slacker* da Geração X, hoje vemos, era fruto de um momento em que o capital globalizado estava em expansão e o estado de bem-estar social ainda estava menos desmontado). Isso cria uma certa resistência a dissolver-se em processos coletivos, porque fazê-lo ameaça a capacidade de manter a própria individualidade, que é um imperativo inescapável. Pior, se as pessoas não constituem processos coletivos deliberadamente, são os algoritmos que irão constituir coletividades para elas — a partir da dinâmica competitiva da disputa por *likes*, da iteração de performances que progressivamente seleciona uma “bolha” ou câmara de eco, da cristalização de fenômenos de pensamento de grupo, do “narcisismo das pequenas diferenças”... Para a saúde de um ecossistema de movimento, tudo isto é extremamente prejudicial e produz resultados altamente disfuncionais.

AFS: Na assembleia onde decidimos por fim à nossa experiência como coletivo editorial de Indymedia- Madri, um dos amigos e companheiros – *hacker* e com muito mais olfato que os demais para ler as transformações de internet – nos falou dos blogs: “é o que vem”. Creio recordar que aos demais não nos pareceu nenhuma boa notícia: víamos como uma “privatização” ou uma “individualização” da experiência da rede.

A subjetividade militante chegou tardíssimo ao mundo dos blogs e também no das redes sociais. Tem a ver com uma rejeição — ética, estética, política — do “pessoal”. Em um blog (depois em um perfil, ou em uma timeline, ainda que as

coisas sejam distintas) elabora-se um “ponto de vista pessoal” sobre o mundo, no qual todas as dimensões da experiência vital (um livro, um sonho, relações amistosas, amorosas, políticas...) estão em um mesmo plano. A subjetividade militante, entretanto, era (era?) uma subjetividade muito mais “dissociada”: o fazer político é a “figura” que se destaca sobre o fundo (oculto) da vida cotidiana.

Entretanto, agora penso que nos equivocamos naquela assembleia ao julgar “o que vinha” *simplesmente* como uma expressão do “narcisismo autorreferencial das subjetividades contemporâneas”, incapazes de construir algo coletivo. Os blogs foram determinantes no movimento V de Vivienda⁸, por exemplo, assim como as redes sociais foram mais tarde para outros. Esse “ponto de vista pessoal” não era solipsista, mas se punha em relação com outros e criava assim uma conversa e um ecossistema: a blogosfera. Mais livre e descentralizado que o atual, onde estamos todos embolados nos “currais” de Twitter ou Facebook.

Nas manifestações espontâneas depois do atentado de 11 de março de 2004, no movimento *V de Vivienda* e dali em diante, ativou-se politicamente a confiança no “pessoal”: quanto mais “pessoal” for uma voz, maior credibilidade eu lhe outorgo. Por exemplo, força mobilizadora das mensagens que convocavam as pessoas a se manifestar no dia 13 de Março de 2004 contra o “apagão” midiático e as mentiras do governo do Partido Popular depois do atentado baseavam-se no fato de que eram mensagens que recebíamos de pessoas que conhecíamos.

É como se os blogs tivessem nascido como “resposta” aos males de Indymedia (o “ruído” do discurso hiperideologizado e desencarnado), “superando” seu contexto. Por um lado, a socialização da tecnologia para além das redes ativistas tornou a coisa política mais inclusiva e participável. Por outro lado, nessa blogosfera emergia uma subjetividade leitora/escritora mais robusta que a precedente, no sentido de que se experimentavam outros vínculos entre o eu e o nós, entre o pessoal e o comum. Está claro que, hoje em dia, a economia libidinal do ego nas redes sociais tem efeitos terríveis em todos os níveis. Mas como ir além sem voltar simplesmente para trás?

⁸ *V de Vivienda* (“V de Moradia”) foi um movimento surgido em 2006 em diversas cidades da Espanha, que protestava contra a especulação imobiliária e chamava a atenção para a bolha financeira que estava no coração da crise mundial que estouraria no ano seguinte. Com o slogan “*No vas a tener casa en tu puta vida*” (“Você nunca vai ter uma casa nessa porra dessa vida”), as ações irreverentes e chamativas do movimento deixaram aprendizados e estruturas que acabariam sendo importantíssimas para o movimento 15M (o chamado “movimento dos indignados”) que emergiria cinco anos depois.

MB: *Voltando ao mundo dos livros — esses retângulos de meio quilograma de peso com capas, páginas, letras e outras convenções que muitos de nós seguimos querendo e até venerando —, também nas últimas duas décadas a concentração de grandes redes editoriais coincidiu com o fenômeno das pequenas editoras independentes. Que balanço vocês fazem desse movimento? O que podemos aprender ainda em relação com as políticas do livro em relação a sua fabricação, distribuição, fomento de usos e tipos de leitura, etc.?*

FI: Sim, voltando a uma ideia do princípio, a edição em papel pode assumir uma função de corte diante do fluxo textual digital, então me parece que a chave é estratégica: em função de que projeto, de que lógica ou de que horizonte se produzem esses cortes? Nesse sentido, creio que a polaridade entre os “fetichistas do objeto-livro” e os “estrategistas editoriais” se apresentam em toda sua tensão. Nos primeiros, o que comanda o trabalho editorial é o gozo ligado à produção do objeto. Nos segundos, se trata de uma aposta política, de uma tentativa de intervenção em um campo intelectual. Obviamente, os processos reais são mais complexos que este esquema, e com frequência apresentam figuras editoriais que hibridizam elementos de ambas polaridades. Mas creio que o esquema é válido na hora de ler as práticas de publicação em papel nas condições contemporâneas de disponibilidade digital: se não é para permitir o acesso ao texto, para que editar um livro? Quanto de prazer do editor há, quanto de estratégia de intervenção (a qual, obviamente, costuma implicar o próprio prazer)?

MB: *A pergunta, muito ampla e geral, seria: o que é ler em nossa era digital? E como a leitura pode se vincular ainda a práticas de transformação social?*

AFS: Inspirado na leitura recente de um par de artigos de Diego Sztulwark sobre Pierre Hadot e Ricardo Piglia, me ocorre dizer que ler poderia ser, na era digital, um trabalho ou uma técnica de “cuidado de si”. Vivemos, como é bem sabido, na época da dispersão, da interrupção, da multitarefa. O caráter “político” da leitura-escritura não poderia ter a ver hoje já não somente com a “formação” (ou qualquer outra maneira de vê-la como o “meio” para um “fim”), mas com a experiência que habilita? Estar ali e não em outro lugar. Estar concentrado e não disperso. Estar em algo e não “em tudo e em nada”. Encontrar um tempo e um espaço próprios. Fixar alguns pensamentos. Afundar-se no mundo que o outro nos propõe e ao mesmo tempo ativar nossa imaginação sensível para nos “reapropriarmos” dele. Poderíamos pensar a leitura e a escritura, a começar pelos mil cadernos, blocos de nota que se leva consigo, como uma “disciplina”

de coleta e registro de impressões, conexões e elaboração de sentido contra o ruído mental, a vida adiada, a dispersão e a interrupção permanentes, etc.

FI: Adiciono uma perspectiva a mais. Se definimos o pensamento como “a prática de pensar a prática”, o momento em que uma experiência, singular ou coletiva, adquire reflexividade, o centro dessa prática de pensamento estará no que faz obstáculo — como bloqueio ou como ameaça de dispersão — à dita experiência situada. Se esse trabalho de pensamento recorre à recombinação de hipóteses, ideias e conceitos, então podemos falar de ferramentas conceituais, utilizadas no trabalho de pensamento sempre de formas distintas, em função da singularidade do problema/obstáculo a se pensar. Finalmente, se chamamos “caixa de ferramentas” ao “espaço teórico” no qual esses conceitos se encontram em “disponibilidade”, preparados para ser apropriados por uma prática de pensamento, então as práticas de leitura poderão ser pensadas como os procedimentos que extraem esses elementos dos textos em função do enriquecimento da caixa de ferramentas. “Saquear” um texto para, de forma fragmentária e assistemática, obter dele as ferramentas que possam ajudar a mudar a vida e transformar o mundo.

MB: *Para terminar, gostaria que voltássemos a pensar a questão dos textos e seus usos em uma perspectiva de longa duração. A discussão sobre o peso efetivo que tiveram os textos nas culturas de esquerda pode oferecer distintas perspectivas. De um lado, pode-se destacar experiências como a do dirigente comunista chileno Luis Emilio Recabarren, fundador de numerosos jornais na pampa salitreira [região no norte do Chile] no começo do século XX; jornais que, em um habitat literalmente desértico, tiveram poderosos efeitos na criação de uma das tradições de esquerda mais potentes da América Latina (quase como oásis milagrosos que, em meio a condições sumamente hostis, se falava e se operava a partir de textos de Marx ou Bakunin). Por outro lado, a recente “guinada afetiva” das ciências humanas pode levar a uma relativização da anterior confiança ilustrada nas capacidades emancipatórias da leitura, em seu papel de favorecimento de sujeitos críticos e autoconscientes, etc. Para enfoques desse estilo, o universo das emoções é tanto ou mais efetivo na composição de mundos políticos que as ideias que veiculam os textos. Como veem esse debate? Que lugar pode ou deve ocupar a cultura escrita nos movimentos e experiências políticas que estão por vir?*

RN: Em certo sentido, pode-se dizer que a esquerda é a última “religião do livro”. É algo que se observa na relação obsessiva que o marxismo (sobretudo, mas não só) sempre manteve com seus textos fundadores, mas também na

preocupação constante de localizar precedentes históricos e definir posições diante de fatos passados. Há não só uma fé gigantesca no poder da palavra, como uma espécie crença implícita de que tudo já está de alguma forma dito em algum lugar — basta encontrar onde.

Disto resulta um modo muito problemático de atuar no mundo, que consiste em acreditar que o conteúdo lógico-racional dos enunciados é autossuficiente. Fazer isto é esquecer que enunciar algo é sempre já uma ação, um ato ou performance cujas associações afetivas que transcendem os conteúdos linguísticos, o que torna crucial pensar *como* se enuncia, e não somente *o quê*. Daí que a esquerda muitas vezes soe arrogante, desconectada da vida, e produza mais rejeição que adesão, inclusive — ou especialmente — quando o que se diz é aquilo que se espera que todos deveriam pensar. Daí também que frequentemente ela acabe chegando à conclusão de que, se as pessoas não dão ouvidos, é porque são burras, e não porque não estamos realmente falando com elas. Há uma confusão muito grande em medir a “radicalidade” de uma mensagem pela quantidade de significantes “radicais” com que ela é decorada: a cor vermelha, a foice e o martelo, um certo tipo de jargão, referências a este ou aquele episódio revolucionário... Na verdade, estes significantes só carregam alguma informação para quem os conhece, isto é, quem já é de esquerda. Para a grande maioria das pessoas, eles ou são indiferentes, ou despertam rejeição. Por que você cobriria uma mensagem que você considera importante com adereços que são não apenas inteiramente secundários, mas efetivamente detraem de sua capacidade de comunicar? Isto demonstra, na verdade, que com frequência a esquerda está menos interessada em comunicar-se com as pessoas do que em mandar sinais para outros grupos ou pessoas de esquerda.

Aí, se a população em geral a rejeita, ela pensa: as pessoas não estão preparadas para esta mensagem. Mas na verdade você jamais deu às pessoas a chance de apreciar a mensagem, porque você a cobriu de penduricalhos que eram direcionados para um outro público-alvo, inteiramente distinto. Ser materialista em política implica pensar a circulação dos enunciados em todas suas dimensões: não somente os conteúdos, mas também as formas estéticas e os afetos que ativamos ou com os quais nos conectamos. À guisa de epigrama, podemos dizer que um materialista é alguém que compreende que, na frase “*but if you go carrying pictures of Chairman Mao / you ain't gonna make it with anyone anyhow*” [se você anda por aí com retratos do presidente Mao, não vai se dar bem com ninguém de qualquer forma], o problema está em “*carrying pictures*” mais que em qualquer outra coisa.

Há também a ideia de que a dimensão afetiva seria uma mera ilusão de que é possível desfazer-se “ensinando” a verdade. Muito antes da chamada “virada afetiva”⁹, Spinoza já dizia que, ainda que o imaginativo possa ser uma perspectiva limitada sobre o real, ele traz consigo uma realidade *positiva*: embora eu identifique erroneamente as causas do que sinto, me sentir desta ou daquela maneira não é *falso*, porque é algo que efetivamente se produziu no mundo sob condições presentes nele. Isto se vincula ao tema tão atual dos populismos de direita. Como observou Yves Citton, se apenas dissermos para aqueles que se sentem sufocados pela insegurança econômica ou a criminalidade que é irracional ou moralmente condenável sentir-se assim, sem oferecer uma visão do que se deve mudar no mundo que produziu esses afetos para fazê-los desaparecer, é natural que as pessoas acabem procurando políticos que pelo menos finjam levar sua ansiedade a sério.

AFS: Não creio que nos sirva a distinção entre texto e emoção, escrito e afetivo. Sinto principalmente que forma parte da cultura (de separações e dissociações) que rejeitamos.

Há uma saudável revolta contra a “tirania do livro”. A que me refiro? Uma rebelião contra a Teoria que pressupõe a realidade sem escutá-la, projetando categorias prévias. É uma verdadeira “maldição” de nossa cultura política e intelectual. Ver o que se quer ver, ver o que esse ou aquele livro ou autor dizem que se deve ver. Esta cultura do livro é profundamente niilista porque no fundo a realidade não importa nada, é sempre signo de outra coisa: este ou aquele movimento, por exemplo, é a manifestação deste ou daquele Sujeito Político deduzido neste ou naquele livro. Se relacionar com signos é aplicar um código: o signo tem sempre um sentido e basta lhe colocar o código adequado. É uma relação muito desajeitada com os textos, muito rígida, muito alienada. Mas a saída não me parece que esteja em desassociar o pensamento dos afetos, mas em voltar a conectá-los (o que o filósofo francês Henri Meschinnic chama “restituir o ritmo” entre corpo e linguagem). Tomar o afeto, o ser afetado por algo, como aquilo que necessitamos para pensar, para ativar o pensamento, para sair da repetição (pressuposição/ projeção) e ir além. O afeto é o que interrompe

⁹ Convencionou-se datar o início da chamada “virada afetiva” nas ciências humanas a partir da metade dos anos 90, quando influentes trabalhos de Eve Sedgwick e Brian Massumi reabriram a discussão sobre o papel dos afetos ou emoções na vida social. Embora sejam muito diferentes entre si, elaborando influências tão diversas quanto a neurobiologia e as filosofias de Baruch Spinoza e Gilles Deleuze, os trabalhos agrupados sob este rótulo genérico têm em comum o fato de rejeitarem uma independência ou preeminência da cognição e do pensamento racional em relação à dimensão afetiva, e de pensar esta última em termos sociais e não meramente individuais.

os códigos preestabelecidos e nos põe em movimento. Não tem sentido, é o que nos empurra a uma criação de sentido.

Não é verdade que ler seja desconectar-se do mundo, nem que pensar requeira “arrancar-se os olhos”, como dizia Platão (que, ele sim, defendia esta oposição entre pensamento e mundo sensível). Não é verdade que “os textos imponham um real” e que, portanto, “a leitura não traga consigo nada sensível”. Ler pode ser relacionar-se com os afetos dissimulados em um texto, despertar seus desejos adormecidos. Não só decifrar mensagens ou informação racional contida em signos. Ler requer uma ativação da imaginação sensível: colocar junto às palavras que lemos nossas experiências ou vivências. Ler pode ser essa operação de tradução pela qual relacionamos o lido com o vivido com o pensado com o ouvido com o visto com o...

From global utopias, noise and recomposition: a conversation about reading practices and social movements

ABSTRACT

At least since the Enlightenment, reading stands on a nodal place in the emancipatory projects sheltered within leftist traditions. However, in the heat of the last two decades digital revolution, this privileged space has experienced deep transformations that may not yet have been sufficiently considered. In this dialog, Amador Fernández-Savater, Franco Ingrassia and Rodrigo Nunes, all of them were born in the 70's and have been actively involved in the last two decades social movements, unravel some aspects of recent changes in left-wing relations, social networks and reading practices. From their home cities by the time of this interview – Madrid, Rosario and Porto Alegre/London/Rio de Janeiro, respectively –, but in connection with many other places in the world, the three participants of this conversation have been since the 90's involved in many places and initiatives linked to the coming and going between thought and social movements.

Key-words: Ciberactivism, Left-wing, Reading practices, Social networks.